

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
Faculdade de Educação - FAE  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**Economia Popular Solidária: os Processos Formativos Populares e a  
Construção de uma Nova Cultura do Trabalho**

Laurenicio Mendes da Silva  
Belo Horizonte, Novembro de 2007

Laurenicio Mendes da Silva

**Economia Popular Solidária: os Processos Formativos Populares e a  
Construção da nova Cultura do Trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Antônio Júlio de Menezes Neto.

Belo Horizonte, Novembro de 2007

**Economia Popular Solidária: os Processos Formativos Populares e a  
Construção da nova Cultura do Trabalho**

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes Neto- Fae - UFMG - Orientador

---

Prof. Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira – UFSJ

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> Daisy Moreira Cunha - FAE-UFMG

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, a quem devo a vida, o sorriso, às lágrimas e a esperança em dias melhores para a classe que vive do trabalho.

Aos meus familiares a quem devo o incentivo das minhas realizações pessoais e profissionais.

Aos trabalhadores do movimento de Economia Popular Solidária acompanhados pela Pastoral Operária de Minas Gerais, a compreensão, a abertura e a participação no nosso trabalho com os seus depoimentos;

A Pastoral Operária de Minas Gerais e seus representantes pelo interesse, apoio e disposição em contribuir conosco através de documentações, informações e depoimentos;

Ao Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e SENAES pela disponibilização de informações e dos dados dos SIES – Sistema integrado de informações em Economia Solidária.

Aos professores e colegas do NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – FAE/UFMG, pelos seminários, colóquios e debates que muito acrescentaram a este trabalho.

Agradeço de forma especial, ao Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes Neto, pelo referencial teórico, ético, pela amizade, apoio e incentivo e por aceitar o desafio de me orientar neste estudo.

A todos aqueles que de alguma forma participaram do desenvolvimento desta dissertação e de modo muito especial a minha esposa e companheira Edina Souza Ramos, pelo amor, cumplicidade e despojamento;

A minha irmã Ivone Maria Mendes pelo apoio incondicional e disponibilidade de acolhimento e revisão dos originais.

***“Para além do mundo do trabalho assalariado, existem outros mundos do trabalho e para além do modo capitalista de produção, são possíveis outros modos de produção da existência humana”.***

**Lia Tiriba**

## RESUMO

Este é um estudo de natureza qualitativa que se propõe a compreender a formação humana no processo de trabalho, buscando analisar que elementos indicativos de novas relações sociais e de trabalho estão presentes nas experiências autogestionárias da Economia Popular Solidária e que processos formativos contribuem para uma nova cultura do trabalho. A metodologia de pesquisa consistiu na revisão bibliográfica de trabalhos científicos das áreas de Educação, Ciências Humanas, Economia Solidária e pelo Ministério do Trabalho. Além disso, realizamos observação participante e entrevistas com as trabalhadoras dos grupos populares autogestionários assessorados pela Pastoral Operária de Minas Gerais<sup>1</sup>, distribuídos por diferentes regiões do Estado e, em sua totalidade, mulheres. Os aspectos para os quais voltamos nossa atenção incluíram um conjunto de atividades presentes nas formas de gestão do trabalho, da organização política e social dos trabalhadores, tais como: planejamentos, projetos, reuniões, a própria dinâmica do processo produtivo e das relações sociais, tipos de envolvimento dos trabalhadores no grupo e nas redes de articulações. Pretendendo ampliar a compreensão do vínculo entre educação e trabalho, partimos do pressuposto do *trabalho como princípio educativo*, levando em conta as contribuições teóricas de Lukács, Marx e Gramsci. Tais autores concebem o trabalho em sua dupla dimensão (dimensão ontológica e dimensão histórica), como fonte de produção e apropriação de conhecimentos e saberes, portanto, princípio educativo. A análise dos dados permitiu-nos construir algumas considerações críticas e conclusões acerca da realidade e dos sujeitos em questão. Assim, constatamos que as experiências autogestionárias levam em suas práticas algumas propostas político-educativas que contribuem para a construção de uma nova cultura, constituída por novas relações de trabalho. É perceptível a gestação de uma nova cultura do trabalho nos grupos abordados na pesquisa por um esforço de uma cultura de cooperação ou de identidade contrárias ao capitalismo.

Palavras Chave: Economia Solidária, Autogestão, Processos educativos populares, Nova Cultura do Trabalho.

---

<sup>1</sup> A Pastoral Operária de Minas Gerais é uma pastoral social vinculada a CNBB.

## ABSTRACT

This study aims to analyze human education in the process of work and the implications of education practices associated to the self-management productive process in the solidary popular economy, seeking to understand the way in which they contribute to the construction, dissemination and strengthening of a new work culture. The subjects of this research were the workers of self-management popular groups aided by “Pastoral Operária de Minas Gerais”<sup>2</sup> (Labor Pastoral of the State of Minas Gerais), distributed by different regions in the State and most of them women. Data were collected through individual and group interviews, participant observation and document analysis. The aspects focused included a set of activities present in the forms of work management, workers’ political and social organization, such as: plannings, projects, meetings and the dinamism itself in the productive process and social relations, types of workers involvement in the group and articulations networks. Aiming to broaden the understanding of the connection between education and work, we start from the assumption that *work is an education principle*, taking into consideration Lukács, Marx and Gramsci’s theoretical contributions. These authors conceive work in its double dimension (ontological dimension and historical dimension), as a source of production and assumption of knowledge and attainments thus an education principle. The data analysis enabled us to get to some critical considerations and conclusions over the reality of the subjects of study. Consequently, we noticed that these new ways of work organization lead to their initiative practices and education proposals that contribute to a certain extent to the construction of a new culture, constituted by new relations of work, that reflect on the workers’ profiles, their world visions, their way of interfering in the reality of their own work and their new way of organization as a category. Besides, it has been observed that the present work market demands tend to articulate new practices and new discourses, that is, new survival strategies in changing world. This movement shows us the origin of new values, new workers’ postures before society, work world, its requirements and demands.

Key words: Solidary economy, self-management, popular education processes, New Work culture.

---

<sup>2</sup> “Pastoral Operária de Minas Gerais” is associated to CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

## **Listas de Abreviações e Siglas**

ADS- Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG- Agência Nacional dos Trabalhadores em  
empresas Autogestionárias e de Participação Acionária

APSOL- Associação de Produção Solidária Cristo Libertador

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CNBB-Leste II – Conferência Nacional  
dos Bispos do Brasil – Regional Leste II

CUT- Central Única dos Trabalhadores

EPS – Economia Popular Solidária

FASE- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

GT- Grupo de Trabalho

GTZ -Cooperação Técnica Alemã (Deutsche Gesellschaft für Technische  
Zusammenarbeit GmbH),

JAC- Juventude Agrária Católica

JOC- Juventude Operária Católica

JUC- Juventude Universitária Católica

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PACs – Projetos Alternativos Comunitários

PEA – População Economicamente Ativa

PO – Pastoral Operária

## Lista de Figuras

Figura 1 – Feira Estadual de Economia Popular Solidária realizada em Belo Horizonte .....	66
Figura 2 – Feira estadual de Economia Popular Solidária realizada em Belo Horizonte .....	66
Figura 3 – Encontro Estadual de Avaliação e planejamento das atividades anuais da Pastoral Operária de Minas Gerais .....	75
Figura 4 – Curso de Formação com grupos de Cataguases (Zona da Mata Mineira)	85
Figura 5 – Curso sobre Cooperativismo e autogestão em Varginha (Sul do Estado de Minas Gerais) .....	85
Figura 6- Estrutura e funcionamento do FBES.....	
Figura 7 – Momentos de planejamento – MG.....	106
Figura 8 – Aprendizado prático em Pompeu – MG.....	106
Figura 9 – Encontro Estadual de Avaliação e Planejamento das Atividades anuais da Pastoral Operária de Minas Gerais .....	106
Figura 10 – Momentos de Formação com os Grupos.....	106
Figura 11 – Momentos de Formação com os Grupos.....	106
Figura 12 – Divisão de Gênero .....	119
Figura 13 – Remuneração.....	122
Figura 14 – Mulheres no Processo Produtivo .....	126

## **Lista de Tabelas e Gráficos**

Gráfico1 - Formas de Organização .....	117
Tabela 1- Área de Atuação do Empreendimento .....	118
Tabela 2 – Escolaridade .....	120
Gráfico 2 - Cursos realizados antes da entrada no empreendimento .....	121
Gráfico 3-Cursos realizados após a entrada no empreendimento .....	121
Gráfico 4 - Tomada de decisões .....	123
Gráfico 5 - Formas de comercialização.....	124
Gráfico 6 – Formas de Comercialização .....	124
Gráfico 7 – Formas de comercialização.....	125

## SUMÁRIO

<b>Resumo.....</b>	<b>6</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I – As Mudanças no Mundo do Trabalho: A Crise da Sociedade do Trabalho.....</b>	<b>18</b>
1.1 Sobre a Categoria Trabalho .....	18
1.2 A chamada “Crise do Trabalho .....	24
1.3 As Mudanças do Mundo do Trabalho: Fatores Relacionados e suas implicações..	27
1.4 Rumo a uma nova Organização Social do Trabalho? .....	30
1.4.1 A Processo de desregulamentação .....	30
1.4.2 A Questão do Desemprego.....	31
1.5 Reestruturação Produtiva e os Trabalhadores .....	35
<b>Capítulo II – Economia Popular, Economia Solidária, Economia Popular Solidária: distinção conceitual e principais controvérsias.....</b>	<b>42</b>
2.1. Introdução.....	42
2.2 Economia Popular .....	44
2.3 Economia Solidária.....	49
2.4 Economia Popular Solidária .....	51
<b>Capítulo III – O Perfil da Economia Solidária no Brasil: Antecedente histórico - ideológicos e a trajetória de um processo em construção.....</b>	<b>56</b>
3.1 Antecedentes históricos e ideológicos da Economia Solidária.....	56
3.2 Economia Solidária nos tempos atuais e sua configuração no Brasil .....	59
3.3 Os Principais atores da Economia Solidária no Brasil e suas ações .....	61
3.4 Os empreendimentos Econômicos Solidários .....	65
3.5 A Comercialização de produtos e serviços: a importância das feiras solidárias .	67

3.6 O movimento do Comércio Justo de do Consumo Consciente .....	69
3.7 O Movimento das Finanças Solidárias: Novas possibilidades do acesso ao crédito .....	70
3.8 As Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento .....	73
3.8.1 A Pastoral Operária de Minas Gerais, uma entidade de apoio e fomento: breve histórico .....	75
3.8.1.1 Os Processos Formativos Populares na Pastoral Operária.....	81
3.9 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) .....	86
3.9.1 Os Grupos de Trabalho (GTs) do Fórum Brasileiro de Economia Solidária(FBES) .....	88
3.10 Os Fóruns Estaduais de Economia popular solidária .....	91
3.10.1 A lei estadual de Economia Popular Solidária de Minas Gerais.....	91
3.11 O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS).....	92
<b>Capítulo IV – Educação Popular e Economia Popular Solidária.....</b>	<b>95</b>
4.1 O s conceitos de formação humana e cultura.....	96
4.2 A educação popular e a proposta político- educativa da Economia Popular Solidária: interseções.....	99
<b>Capítulo V – Aspectos Metodológicos da Pesquisa.....</b>	<b>107</b>
5.1 – Considerações iniciais.....	107
5.2 – Natureza Qualitativa da Pesquisa .....	109
5.2.1 – Etapas da pesquisa e os Instrumentos de coleta de dados .....	110
5.3. Sujeitos da Pesquisa .....	111
5.4. O Campo da pesquisa.....	111
5.5. Fases do processo de Coleta de Dados .....	111
<b>Capítulo VI – Analisando os dados sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários Pesquisados e sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>117</b>
6.1 Perfil dos Grupos .....	117
6.2 Cursos de Formação e aperfeiçoamento .....	120
6.3 Remuneração .....	122

6.4 Tomada de decisões .....	122
6.5 A Comercialização de Produtos e Serviços .....	124
6.6 Analisando a percepção dos Sujeitos Pesquisados .....	126
6.6.1 A Presença das Mulheres na Economia Popular Solidária .....	126
6.6.2 Aperfeiçoamento Profissional.....	130
6.6.3 Autogestão nos Empreendimentos Econômicos Solidários pesquisados .....	135
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>143</b>
<b>Referencias Bibliográficas .....</b>	<b>147</b>

## **Anexos**

Anexo A: Empreendimentos Econômicos Solidários abordados na pesquisa .....	166
Anexo B: Mapa do estado de Minas Gerais com destaque para os municípios onde estão localizados os empreendimentos abordados na pesquisa .....	167
Anexo C: Roteiro de entrevista Semi- estruturada.....	168
Anexo D: Documentos Consultados – Outros Documentos .....	171
Anexo E: Sítios na internet.....	172

## Introdução

As profundas transformações no padrão de acumulação capitalista e nas formas de regulação pública de seus efeitos, ocorridas nas últimas décadas, afetam drasticamente o paradigma do emprego assalariado estável. As conseqüências disso dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais representados pelos direitos e pelas identidades forjadas a partir da condição assalariada. O desemprego e subemprego, ao assumirem um aspecto funcional ao atual padrão de crescimento, se traduzem em uma miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse contexto, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente assiste-se à perda da coesão social. Sem dúvida, a extensão da crise do assalariamento conduz a mudanças nas formas e sentidos do trabalho. Nesse processo, ganha visibilidade o movimento social de trabalhadores que, por meio de uma rede de iniciativas no campo popular, tem criado possibilidades reais de geração de trabalho e renda. Tais iniciativas ganham expressão material sob a forma de associações, cooperativas populares, clubes de trocas, redes de empreendimentos, empreendimentos autogestionários, grupos, ligas e uniões.

Interessou-nos, no presente estudo, perscrutar as mudanças que estão ocorrendo a partir das formas autogestionárias de trabalho, onde a possibilidade de uma Economia Solidária emerge. Embora haja diferentes leituras sobre o que venha a ser tal economia, nossa compreensão é de que o trabalho autogestionário nesse contexto representa uma novidade política e formativa. A novidade estaria justamente no fato de que a própria forma coletiva de trabalho atuaria em favor da produção de vínculos sociais, bem como de uma qualidade particular para esses vínculos. Isso se traduz no questionamento da naturalização das relações de mercado capitalistas a partir dos novos valores, relações e cultura praticados, ou apenas ensaiados, pelos sujeitos no interior das experiências autogestionárias: a cooperação como fator gerador de riquezas materiais e simbólicas; a gestão compartilhada de recursos; a motivação voltada para a justa distribuição e não acumulação das riquezas produzidas e trocadas.

Num mundo que sofre profundas transformações e exige novos arranjos sociais e culturais, a proposta político-educativa dos movimentos da Economia Popular Solidária busca inscrever sua atuação num projeto mais global, que ultrapassa a escolarização formal e a qualificação profissional vista como o desenvolvimento de um conjunto de atributos requeridos por determinada atividade ou posto de trabalho. Trata-se, portanto, de um projeto implicado em se contrapor aos processos de exclusão e desigualdade social e trazer contribuições à construção de uma perspectiva histórica e uma sociedade com mais justiça e trabalho para todos. Mas esse projeto também enfrenta desafios, alguns dos quais nos remetem à seguinte problemática: A Economia Popular Solidária oferece hoje condições para ser uma alternativa à crise estrutural do desemprego ou, mais amplamente, ao capitalismo? Trata-se de uma nova abordagem de tudo o que está envolvido nos processos econômicos? O que tal cenário traz de novo em relação ao mercado de trabalho e suas atuais configurações? Como essas configurações ditam mudanças em outros níveis?

Atentos à hipótese (sustentada por autores como Tiriba, 2004; Razeto, 1993 e Coraggio, 1998) de que as experiências autogestionárias abrem possibilidades para a construção de novas relações sociais e de trabalho, que podem resultar em uma “nova cultura de trabalho” ou uma “outra economia”, buscamos investigar como esse fenômeno é compreendido, em suas diversas facetas, sob a ótica dos trabalhadores.

Consideramos a seguinte questão de partida: Que elementos (valores, saberes, práticas etc) indicativos de novas relações sociais e de trabalho estão presentes nas experiências autogestionárias e que processos formativos contribuem para sua construção e legitimação?

Nosso objetivo geral nesta pesquisa consistiu, então, em construir uma reflexão acerca do significado da Economia Popular Solidária enquanto proposta política-educativa e movimento social dos trabalhadores face às transformações contemporâneas do mundo do trabalho.

Os objetivos específicos, por sua vez, incluíram: caracterização dos grupos/empreendimentos de Economia Popular Solidária acompanhados pela

Pastoral Operária de Minas Gerais; identificação dos princípios de gestão e organização do trabalho que podem remeter a novas relações sociais de trabalho; análise dos processos formativos e socializantes, a fim de detectar estratégias de construção e legitimação de elementos de uma nova cultura do trabalho; identificação de como os trabalhadores dos empreendimentos solidários constroem socialmente o seu próprio processo de formação humana e profissional, a partir da ação educativa da Pastoral Operaria de Minas Gerais e outras entidades parceiras envolvidas no processo. Nesse sentido, torna-se importante analisar também as representações que os grupos fazem de si próprios enquanto pertencentes à Economia Popular Solidária, assim como o modo pelo qual os trabalhadores autogestionários têm construído e se apropriado dessa “outra economia”, seja na relação com o trabalho, nas formas de integração social e participação comunitária, nos valores sustentados.

Para atingir os objetivos acima listados trilharemos um caminho metodológico que passa tanto pela revisão bibliográfica de estudos, acadêmicos ou não, que se debruçaram sobre a temática, documentos produzidos pelas experiências de Economia Popular Solidária, pelo Ministério do Trabalho e emprego - SENAES, fóruns, quanto a realização de uma pesquisa de campo que buscou investigar as perspectivas dos próprios trabalhadores.

No primeiro capítulo, abordamos a categoria trabalho e seu caráter plural e polissêmico, fazendo alusão à polêmica em torno da perda da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo. Apontamos algumas das principais transformações ocorridas no universo do trabalho no século XX, circunscrevendo as características da chamada “crise do trabalho” e suas conseqüências para a classe trabalhadora. Demos ainda especial destaque ao desemprego, apresentando-o como a face mais perversa da precarização do trabalho. Referenciar esse contexto nos pareceu um ponto de partida fundamental, pois ampliou nosso entendimento acerca dos dilemas que acompanham a conformação do trabalho no capitalismo contemporâneo, bem como a complexidade da Economia Popular Solidária, um fenômeno recente, fruto da conjuntura sócio-político-econômica em que, em esfera mundial, os trabalhadores estão inseridos.

No segundo capítulo, esclarecemos as diferenças conceituais entre os termos Economia Popular, Economia Solidária e Economia Popular Solidária, abordando as principais controvérsias que as acompanham.

No terceiro capítulo, referenciamos, de modo geral, o perfil da Economia Solidária no Brasil em suas dimensões jurídico-organizativa, política e ideológica. Mais especificamente, discutimos os antecedentes históricos e a influência do ideário preconizado pelo socialismo utópico na construção do que hoje se entende como Economia Solidária; os desafios e avanços que marcam a emergência do movimento da Economia no Brasil e, por fim, os principais atores envolvidos na trajetória desse projeto em construção.

No quarto capítulo, discutimos a relação entre Educação Popular e Economia Popular Solidária, interpelando os significados dessas duas noções e os exemplos de iniciativas que tecem sua articulação na prática (EPS, MST, EJA). Procuramos problematizar como os processos formativos vêm se apresentando nos empreendimentos autogestionários os quais pesquisamos, refletindo sobre até que ponto estão identificados com os princípios de uma educação popular, centrada na produção cooperativa. Em que medida a formação humana engendrada no interior dos grupos/empreendimentos populares solidários estaria contribuindo para que os trabalhadores e trabalhadoras superem a condição de segmento manipulado e se coloquem como agentes transformadores de sua própria condição econômica, política, social e cultural? De que modo os trabalhadores percebem a relação dessa formação com as formas de atuação profissional, política e social que vivenciam?

No quinto capítulo abordamos os aspectos metodológicos da pesquisa, indicando seus pressupostos teóricos, assim como suas etapas, sujeitos e campo da pesquisa.

No sexto e último capítulo apresentamos uma discussão dos dados empíricos contemplando as experiências dos grupos autogestionários assessorados pela Pastoral Operária de Minas Gerais, pastoral social vinculada à CNBB e ao Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Tais experiências foram caracterizadas a partir da ótica dos trabalhadores, como uma estratégia de vida e de sociedade, nas quais se mostra possível a re-invenção de formas de se relacionar com a atividade

de trabalho, bem como a construção de espaços de formação humana, voltados à produção e à socialização de saberes oriundos da prática social.

# Capítulo I

## 1. As mudanças no mundo do trabalho – A crise da Sociedade do Trabalho

### 1.1 Sobre a categoria Trabalho

A concepção de trabalho que norteia esse estudo está centrada na formulação marxiana do *trabalho como principio educativo*. Tal abordagem percebe o trabalho como fonte de produção e apropriação de conhecimentos e saberes e os trabalhadores como atores de resistências e aceitações, lutas e negociações não como espectadores dos acontecimentos. Nesse sentido justificamos nosso interesse em desvendar a ótica dos trabalhadores e discutir, não as estruturas ou os movimentos organizacionais, mas sim a forma como os trabalhadores percebem as práticas no cotidiano da produção autogestionária, a relação com o aprendizado e as relações sociais das quais participam.

Não há dúvidas de que o trabalho pode promover diferentes identificações para o ser humano e seu significado depende da trama de relações que se estabelece entre esferas diversas do cenário social num determinado momento histórico e a gama de interesses, desejos e saberes de cada indivíduo. SCHWARTZ (1996) ressalta essa multiplicidade de dimensões que gestam a significação do trabalho ao afirmar:

O trabalho acumula a herança de seus sucessivos nascimentos (...) nunca compreenderemos inteiramente esta realidade que articula inextricavelmente o antropológico, o histórico, heranças imemoriais e relações sociais extremamente carregadas de sentido. (1996: 151).

Certas facetas da história têm nos mostrado que o trabalho pode remeter a condições aviltantes da existência humana, associado à tortura, sofrimento, labuta, como a própria etimologia da palavra *trabalho* indica (do latim *tripalium*, aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados). Considerado uma atividade de pouco valor, um castigo, um desprezo, como algo desonroso,

ligado à escravidão e ao sofrimento físico e mental, assim era visto o trabalho na antiguidade. Na Grécia antiga, o trabalho estava associado aos escravos e as mulheres. As outras atividades, a exemplo do comércio, eram consideradas de segunda categoria, existindo nos porões da sociedade. O trabalho, como tal, era identificado a partir do trabalho escravo.

Já a maneira mais antiga de organizar o processo de produção de um produto remonta ao sistema de trabalho artesanal. O artesão era a figura central que detinha todos os conhecimentos e técnicas indispensáveis à execução integral de um determinado produto. Não havia assim a conhecida e clássica divisão técnica do trabalho. A figura do artesão trabalhava isoladamente e para concretizar todas as tarefas necessárias para realização final de sua obra, utilizava-se de ferramentas de sua propriedade e não dividia responsabilidades, era ele o detentor de todo o processo de fabricação. O trabalhador artesão decidia o que ia fabricar, planejava todas as etapas, resolvia todas as pendências que por ventura ocorressem e o resultado final era o fruto de seu esforço e de sua dedicação.

Na evolução histórica o trabalho do artesão é paulatinamente substituído por um sistema em que uma pessoa reunia vários trabalhadores num só local que lhe pertencia, conjuntamente com as ferramentas rudimentares que também eram suas e onde todos produziam a mesma coisa. Aí começou o surgimento da manufatura e com ela o patrão e a classe trabalhadora.

o assalariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inserção numa comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão. (CASTEL, 1999: 495-496).

Na modernidade, com a economia política, aparecem outras concepções de trabalho. Para Adam Smith, o trabalho gerador de riqueza era somente o trabalho realizado na agricultura. Era o trabalho criador de valor. David Ricardo e Karl Marx

vêm demonstrar que, além do trabalho na agricultura, o trabalho industrial produz valor, ou seja, riqueza. O destaque vai ser dado ao conceito de valor que se origina do trabalho humano. Com o advento da modernidade e conforme as necessidades, foram surgindo trabalhadores livres, tais como: artesãos, artífices entre outros. O trabalho foi institucionalizado em um fator de civilização e progresso, seria então o trabalho assalariado.

O trabalho passa a adquirir um sentido ético, um dever social, dignificante: muda-se o sentido. O estado passa a defender os interesses do capital. Paulatinamente o trabalhador vai assumindo seu papel e ganhando importância na sociedade capitalista. É considerado livre proprietário da sua força de trabalho, livre no sentido de vender sua força de trabalho, como única mercadoria para subsistência sua e dos seus.

Segundo MARX (1985), somente o trabalho assalariado é considerado estranho, pois o trabalho é uma condição de existência do homem, “independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e natureza, portanto da vida humana.” (MARX, 1985: 50).

Os séculos recentes fizeram de todas as pessoas trabalhadores assalariados. A ideologia subjacente à revolução industrial transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência, como dizia MARX no Manifesto do Partido Comunista, há mais de 150 anos. Posteriormente, também as mulheres conseguiram marcar sua inserção no mercado de trabalho. As pessoas passam a se identificar a partir do trabalho que têm (citam a profissão) ou se não têm (desempregado). (CEPAT INFORMA, 2000:8).

GORZ (1987), pensador francês, defende que o trabalho, assim como é praticado e entendido pela modernidade, é uma “invenção” ou uma “construção social”. A forma pela qual nós o conhecemos, praticamos e colocamos no centro da vida individual e social; foi inventado generalizado para a industrialização. Podemos fazer a mesma análise quando pensamos na atual “crise do trabalho” ou “o fim do trabalho” ou a sua não-centralidade. Esta não é senão uma construção social. O fundamental, então, seria compreender que fatores estão relacionados a essa construção e de que forma ela se apresenta aos olhos dos trabalhadores e em seu cotidiano.

ARENDT (1991) fez uma reconstituição histórica do significado etimológico e fenomenológico do labor como uma condição primeira da vida ou, como ela mesma diz: o trabalho é um dos elementos da “vita activa”, além do labor e da ação. Labor é a atividade básica que aproxima necessidade e futilidade, é a ação que o homem não pode evitar, se quiser sobreviver e manter a espécie.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano... O trabalho é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana..., a ação corresponde à condição humana da pluralidade. (ARENDT, 1991:109)

Estes três elementos da “vita activa” formam a condição humana e se acham intimamente relacionados. E “work” (obra) seria a atividade realizada de forma isolada, individual, que não está presente no recorrente ciclo da espécie.

Conforme ARENDT (1991):

O motivo pelo qual esta distinção permaneceu ignorada e sua importância nunca foi examinada nos tempos antigos está no desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo o esforço sem deixar qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer obra digna de ser lembrada, generalizou-se à medida que as exigências da vida na polis consumia cada vez mais tempos do cidadão e com a ênfase em sua abstenção de qualquer atividade que não fosse política, até entender-se a tudo quanto exigisse esforço. (ARENDT, 1991:91).

Fica evidente, contudo, que o trabalho é um momento da vida e da experiência humana. Não existindo, em separado; é um elemento histórico. Pensando assim, interessa-nos acessar um modo de entender o trabalho que nos possibilite um olhar crítico sobre as suas formas de concepção existentes ao longo da história.

Recorremos, então, ao pensamento desenvolvido por Marx. Em sua análise, o que importa ao sistema capitalista, desde o início, é o trabalho abstrato, entendido enquanto tempo de trabalho, capaz de gerar o sobretrabalho, assim sendo, a mais-valia seria a grande responsável pelo movimento de acumulação.

Todos aqueles que se arvoravam à produção de valores de uso, como os artesãos e as mulheres que faziam o trabalho doméstico, não produziam valores, enquanto riqueza social. Em termos teóricos, uma divisão do trabalho em improdutivo e produtivo e as mulheres com o trabalho doméstico seriam consideradas não produtoras de mais-valia e portanto as horas de trabalho dedicadas ao trabalho doméstico, como lavar, cozinhar, dentre outras atividades, representariam horas improdutivas.

Além da divisão social do trabalho, Marx aponta o surgimento da divisão sexual do trabalho. As mulheres começaram a ter uma participação ínfima nas indústrias e consideradas como mão de obra barata, paulatinamente, foram sendo relegadas ao trabalho doméstico. As mais ousadas, que se atreviam a serem operárias, eram discriminadas, alvo de chacotas e taxadas de mães imperfeitas, mulheres inacabadas, prostitutas e contraventoras da ordem social.

Para Marx, o trabalho, independentemente da forma como o capitalismo resolve aprisioná-lo, é constituído por atividades vitais, que tornam possível a existência e a reprodução da vida humana. “O trabalho é a atividade humana constituidora da humanidade do homem, ou seja, aquilo que o diferencia de todo o resto da natureza

(...). O trabalho é a categoria central a partir ou em torno da qual pode-se pensar o indivíduo, a sociedade, com seus sistemas políticos, jurídicos, ideológicos, sua cultura, etc. O trabalho, assim, seria o espaço de afirmação do homem. (SOUZA JÚNIOR apud DICIONÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2000:335) .

Ocupando um lugar central na vida do homem e na produção de sua própria existência, a categoria trabalho carrega em seu bojo uma série de contradições em sua realização, na lógica que significa a alienação do próprio homem de si mesmo. Se o trabalho é um valor central para o ser humano, como tal, de fato, colocam em evidência as contradições radicais do modelo de organização capitalista.

É o que aponta Marx, nos manuscritos de 1843-1844 (MARX apud MANACORDA,1991), nos quais afirma que a sociedade capitalista aliena o trabalhador do produto de seu próprio trabalho; coloca-o como concorrente daqueles

com quem partilha interesses e, em consequência, aliena-o de seus pares; enquanto o agricultor percebe imediatamente o sentido do seu trabalho (extrair da natureza seus meios de subsistência), o trabalhador da indústria é apartado do sentido do seu trabalho; enfim, a divisão do trabalho despoja o trabalhador de sua própria humanidade. O trabalho “aliena do homem seu próprio corpo, mas também a natureza externa, sua vida mental e sua vida humana”. Tais apontamentos são recorrentes nos textos de juventude de Marx (1842-48) onde: o sistema capitalista desencadeia processos cumulativos que escapam ao controle dos indivíduos; libera forças sociais que eles são incapazes de dominar e que despojam a maioria deles do produto e sentido do seu trabalho; enfim, a divisão do trabalho despoja o trabalhador de sua própria humanidade. O trabalho aliena do homem seu próprio corpo, mas também a natureza externa, sua vida mental e sua vida humana.

O processo de reprodução capitalista reproduz, portanto, por si mesmo, a separação entre trabalhador e condições de trabalho. Reproduz e eterniza justamente por isso as condições que obrigam o operário a se vender para viver e que propiciam ao capitalista comprá-lo para enriquecer. (Cap. I, XXIII).

O caráter autônomo e alienado que a produção capitalista imprime em geral às condições e ao produto do trabalho em relação ao operário desenvolve-se, portanto, com a máquina até o antagonismo mais pronunciado. Por isso ela é a primeira a ocasionar a revolta brutal do operário contra o meio de trabalho. (Cap. I, XV -1842-48).

Separação ou perda sofrida pelo trabalhador de uma parte do seu ser, de sua atividade, da sua construção humana é o que se denomina comumente a alienação. Ao se sujeitar ao processo de trabalho capitalista, o trabalhador sofre um processo de desapropriação de si, que pode chegar a ser tão intenso quanto a quantidade de riqueza produzida. Em relação aos produtos do trabalho, o trabalhador não detém a propriedade nem o controle sobre os frutos do seu trabalho, não determina o quê nem o porquê do que é produzido. Em relação à atividade de trabalho, o trabalhador não controla como o produto é produzido: participa como executor de um processo concebido por outros; em relação à espécie, o trabalhador, ao se sujeitar a esse processo de desapropriação de si, não se desenvolve plenamente como ser humano. O trabalho se transforma, então, em atividade potencialmente lesiva, desinteressante e em fonte de sofrimento para o trabalhador, um empecilho para a formação humana e dos vínculos humanos, pois a alienação provoca o isolamento

social do indivíduo. O sentido do trabalho se reduz, torna-se um mero meio de subsistência (ARANHA, 2001:17).

## 1.2 A chamada “Crise do Trabalho”

[...] O trabalho tem estado no centro de profundas e radicais transformações provocadas pelo capitalismo no final do século passado e início deste novo milênio. Muitas idéias, pensamentos e práticas, tidos como certos e que serviram de portos seguros para interpretar a realidade social e, mais especificamente, a realidade do mundo do trabalho, se esvaeceram (...). Os fenômenos do desemprego, da desregulamentação e da precarização relacionados ao trabalho tomaram de assalto sociedades inteiras. É a chamada crise do trabalho, que marca o final do século XX de forma contundente e reflete uma das principais características da globalização competitiva: desenvolver economicamente sem gerar emprego. (LANGER, 2004:3)

Conforme argumenta Langer (2004) no fragmento destacado, nas últimas décadas o mundo do trabalho vem sofrendo inúmeras transformações. Estas, conforme estudos diversos, dão lugar a uma multiplicidade e descontinuidade de formas de trabalho. Existe a hipótese de que o trabalho vem perdendo a forma e o conteúdo e que fizeram dele a força motora do conflito de classe. A desestruturação da condição salarial, a instabilidade, o desemprego em massa, os contratos mínimos e o desmantelamento da proteção social são fenômenos que cotidianamente alimentam tal hipótese. Milhares de pessoas não têm acesso ao trabalho ou, quando têm, é na forma de empregos precarizados (processo que é eufemisticamente chamado de flexibilização por alguns). Trata-se de uma situação de insegurança generalizada, a qual o capitalismo parece ter transformado em princípio de organização social e do trabalho.

Esse conjunto de transformações tem sido correntemente chamado de “crise do trabalho” e é alvo de análises as mais diversas. O trabalho, no sentido de trabalho assalariado, perde sua centralidade à medida que o volume de emprego recua, e à medida que o desemprego de massa cresce internacionalmente: o trabalho assalariado é questionado pela realidade atual do emprego. Entretanto no sentido de atividade, continua a ter uma posição estratégica na vida dos indivíduos. As críticas

que poderiam ser dirigidas aos que afirmam a perda da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas (HABERMAS (1987); OFFE, (1985); ARENDT, são de três ordens. Primeiramente, essa posição é o resultado de uma confusão entre diminuição do emprego e diminuição do trabalho. Em segundo lugar, ela é consequência de uma concepção muito restrita do trabalho, compreendido como trabalho produtivo e industrial. Ela desconhece, assim, toda a demanda do trabalho das mulheres, toda a produção doméstica, por exemplo, assim como o setor de serviços pessoais, hoje impulsionado. Em terceiro lugar, ela parte de um ponto de vista eurocentrista, que não considera a divisão internacional do trabalho que concentra cada vez mais nos países ditos “em vias de desenvolvimento”, justamente as atividades de trabalho.

Outros autores, como GORZ (1987), concebem que essa crise tem a positividade de levar os indivíduos a buscarem formas alternativas, fora da lógica do assalariamento. Para os marxistas em geral, segundo SOUZA JÚNIOR apud DICIONÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, (2000:80):

Este processo é visto como uma crise do trabalho assalariado e não do trabalho em geral, este continuaria sendo uma categoria analítica fundamental. Este movimento histórico, na realidade, estaria aprofundando as desigualdades sociais, e a contradição capital-trabalho estaria sendo ampliada e não superada.

O que se traduziria em mais uma forma de manutenção da ordem social, de concentração das riquezas e de mercantilização das coisas e dos homens.

(...) As consequências deste processo seriam um aumento do desemprego em nível mundial, declínio do padrão de vida dos trabalhadores empregados, mesmo nos países avançados, e aumento vertiginoso dos índices de miséria na periferia do sistema. (Idem)

ANTUNES (1995) está entre os que contestam as teses que defendem o fim da centralidade do trabalho no mundo capitalista contemporâneo. Segundo ele, o que podemos perceber, é a eliminação e a precarização de postos de trabalho existentes. A classe trabalhadora já vivencia a perda das garantias conquistadas, o não reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, da seguridade social e previdenciária. É importante destacar que esta é uma crise da sociedade do trabalho

abstrato e não do trabalho em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza.

Julgamos importante dialogar com essa discussão em torno da polêmica de perda da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, buscando compreender as perspectivas defendidas pelas vertentes analíticas. Mas entendemos que a categoria trabalho continua possuindo estatuto de centralidade enquanto elemento da constituição humana. Até podemos reconhecer que as transformações pelas quais passa o mundo do trabalho podem culminar no *fim da sociedade salarial*, mas isto é muito diferente de afirmar que o trabalho perdeu sua centralidade, no universo da práxis humana.

Mas o que significa, então, afirmar que a civilização do trabalho assalariado, inaugurada na Idade Moderna, está em crise? O que tal cenário traz de novo em relação ao mundo do trabalho e suas atuais configurações? Como essas transformações ditam mudanças em outros níveis? A partir do quadro que descreveremos nas seções seguintes, que encampa elementos diversos (desemprego, desregulamentação etc), todos relacionados ao que GORZ (1987) chama de “crise da sociedade salarial”, pretendemos avançar um pouco mais em nossas reflexões nesse sentido. Primeiramente, apontaremos alguns fatores tidos como responsáveis pelo desencadeamento desta crise, para então comentar, mais detidamente, a questão da reestruturação produtiva e do desemprego. O que, acreditamos, contribuirá de modo geral para enriquecer a discussão feita nesta dissertação.

Afinal, partimos do pressuposto que o embate da sociedade civil frente à “crise da sociedade do trabalho” e ao desemprego vem impondo o surgimento de experiências produtivas diversas, como aquelas sobre as quais deteremos nossa análise nesse estudo: a chamada Economia Popular Solidária. Daí a importância de analisarmos o quadro das mudanças no mundo do trabalho, e suas conseqüências para compreender os novos processos de organização do trabalho e as conseqüências para a formação de uma nova cultura do trabalho.

### **1.3 As mudanças do mundo do trabalho: fatores relacionados e suas implicações**

Os fatores fundamentais responsáveis pela eclosão das transformações são diversos e costumam ser associados às inovações científico-tecnológicas: a crise do fordismo, as políticas neoliberais, os novos modelos de organização do trabalho, o crescimento dos serviços em detrimento da atividade industrial, dentre outros. DELGADO (2001) e GENTILI (1998) apontam três causas principais que desencadearam o quadro no qual se encontra o mundo do trabalho na atualidade. O primeiro fator seria a chamada crise do petróleo, que deu início a um longo período de recessão e instabilidade na economia capitalista (na década de 70), durante o qual o capitalismo avançado enfrentou três processos associados: estagnação, desemprego progressivo e inflação acelerada. Para caracterizar a realidade marcada por esses processos, os economistas cunharam o termo *estagflação*. Segundo Eric Hobsbawm: “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (1995, p.393). Foi assim que vimos ruir a era de ouro do breve século XX e, com ela, as expectativas no crescimento sem limites e a confiança na possibilidade de distribuir democraticamente os frutos do crescimento alcançado anteriormente (GENTILI,1998).

A segunda causa mencionada como fator de constituição da crise do final do século XX é o aprofundamento da chamada III Revolução Industrial, com avanços da tecnologia, tais como o desenvolvimento da microeletrônica, robotização e microinformática que introduzem uma alternativa de reestruturação da produção. Uma das principais conseqüências desse processo é a redução dos postos de trabalho; afinal, as máquinas, ao contrário dos trabalhadores, não requerem direitos trabalhistas ou certas condições para realizar as tarefas prescritas de produção. Mas não se trata apenas disso. A incorporação intensiva de tecnologia no mundo do trabalho trouxe uma realidade mais complexa que não se restringe à redução do emprego. Ocorre, hoje, uma verdadeira revolução nas relações de trabalho e na própria maneira como o trabalho é concebido e significado socialmente. Daí a

importância de se investigar a dinâmica social como agente, ou pelo menos um dos ingredientes principais dessas transformações.

(...) A operação dessa tecnologia exige dos trabalhadores que se mantém nos postos de trabalho algo ainda pouco demandado no trabalho tal como concebido até então: um alto nível de conhecimento, traduzidos em níveis elevados de escolaridade. Mas esses parecem não ser ainda requisitos suficientes para a formação do perfil do trabalhador da contemporaneidade. (ALMEIDA, 2005)<sup>3</sup>

A cientista social Bernadete W. Aued, coordenadora do núcleo de estudos sobre as transformações no mundo do trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), faz também uma consideração importante a esse respeito. Para ela, em geral, as pessoas costumam vincular a extinção e criação de profissões ou o desemprego ao uso de novas tecnologias, mas o que, geralmente, é pouco abordado, é a investigação do papel da dinâmica social como elemento decisivo, para as transformações em estudos sobre esse tipo de fenômeno.

Por fim, o terceiro fator associado à crise do trabalho é a globalização ou mundialização da economia. Globalização entendida por nós, tal como definida por HOBSEBAWM (1995): um processo histórico, que reflete uma transformação incessante. Trata-se de um processo heterogêneo e assimétrico que expressa o estágio atual das relações capitalistas de produção. Outra característica essencial: o processo de globalização corresponde muito mais à eliminação de obstáculos técnicos do que de obstáculos econômicos. Para o autor, na esteira do processo de globalização e da evolução do capitalismo, o mundo tornou-se imensamente rico; entretanto, a expansão do acesso a bens de consumo e serviços generalizados não se fez acompanhar por uma distribuição da riqueza. Sinalizando as mudanças ocorridas no setor produtivo e a grande massa de desempregados no mundo inteiro, um desafio é apontado pelo autor: Como distribuir a riqueza nacional e internacional de forma mais justa?

---

<sup>3</sup> Essa citação nos remete ao intrincado debate acerca do modelo da competência, que vem orientando as mudanças que estão atualmente ocorrendo na gestão da força de trabalho e as reformas nos sistemas de educação profissional e básica. Discussão que merece ser aprofundada em outra ocasião.

Nesse sentido, tanto HOBBSAWM (1995) quanto CASTELLS (1998) consideram a globalização como um processo irreversível, mas a ideologia baseada na globalização, segundo HOBBSAWM, não o é. Mas será do interesse do Estado ou das grandes corporações intervir nesse processo? Afinal, a tentativa de controlar o mercado deve apresentar resultados negativos, pois restringem a acumulação de lucros sobre o capital. Segundo LIMA FILHO & QUELUZ (2005), é nesse contexto que:

O capital assume plena liberdade e mobilidade, em busca das melhores e mais vantajosas condições para a sua valorização e reprodução ampliada, frente a uma relativa imobilidade do trabalho. (p.23)

Conforme vimos a partir do apanhado histórico feito por Hobsbawm (1995), ao longo do século XX, a globalização do capital foi conduzindo à globalização da informação e dos padrões culturais e de consumo e, como não poderíamos deixar de ressaltar, a “globalização” da pobreza. Isso se deveu não apenas ao progresso tecnológico, intrínseco à Revolução Industrial, mas – e sobretudo – ao imperativo dos negócios. Por isso consideramos tão pertinente a análise feita pelo teórico marxista Stephen Marglin no livro organizado por André Gorz (*“A crítica da divisão do trabalho”*). Esse autor elabora considerações fundamentais acerca da origem e sentido da divisão do trabalho no capitalismo. Mais que isso, ele conclui que as formas de organização do trabalho são determinadas pela sociedade e não pela tecnologia- conforme defendia Adam Smith. Em suas palavras: “A função social do controle hierárquico da produção consiste em permitir a acumulação do capital”. Desse modo, a divisão capitalista do trabalho procurava – senão de forma prioritária, pelo menos concomitantemente – “dividir para reinar”. Essa seria uma das grandes prerrogativas do capitalismo.

Entendendo o sentido dessas análises, buscamos compreender por que se mantém a exclusão dos trabalhadores das riquezas produzidas tanto `a época da Revolução Industrial quanto atualmente. O que podemos observar, é que algumas formas de exploração permaneceram tão grotescas como o eram, há mais de dois séculos. Outras se mimetizaram a ponto de parecerem conquistas. Nesse sentido, os gerentes do capitalismo estão sempre procurando “saídas”, mas muitas delas se resumem a fórmulas técnicas organizacionais, que ao mesmo tempo visam contribuir para superar o duelo com a classe trabalhadora e moldar a força de trabalho aos

novos meios de produção. E nesse contexto surgem o taylorismo, o fordismo, toyotismo e o volvoísmo ou modelo sueco de produção.

De qualquer análise que se parta é factível reconhecer que as transformações no mundo do trabalho, ocorridas nos últimos anos, redesenharam um novo cenário composto por precárias e vulneráveis formas de organização do trabalho ou mesmo de sobrevivência, onde a incerteza e a falta de horizontes é a tônica do dia a dia.

Segundo LOPEZ (2005),

(...) Tais são os nossos tempos de palavras perfumadas: reengenharia, privatização, economia de mercado, modernidade e – metáfora do imperialismo – globalização. A classe trabalhadora, debilitada por causa do desemprego, resultante do maciço investimento tecnológico, ou está jogada no desamparo, ou foi absorvida pelo setor de serviços, uma economia fluida e que não permite a formação de uma consciência de classe.

Enfim, estamos vivendo uma crise geral da sociedade do trabalho. Esta crise não coincide com uma contração linear do *tempo de trabalho* como acreditam GORZ (1987) e RIFKIN (1995). Consiste no fato de que, hoje, a riqueza social é produzida, sobretudo, pela ciência da informação e do saber em geral. Não mais, ou menos, pelo trabalho feito pelas pessoas singularmente. No entanto, este termo continua em voga como balizador do desenvolvimento e da distribuição de renda. O tempo de trabalho é a unidade de medida em vigor, mas não mais verdadeira. Então, a superação da sociedade do trabalho se dá cada vez mais nas formas prescritas do sistema social alicerçado sobre o trabalho assalariado. O tempo em excesso, ou seja, uma potencial riqueza, se apresenta como miséria: desemprego estrutural (provocado pelos investimentos, não pela escassez), ilimitada flexibilidade no emprego da força de trabalho e da proliferação de hierarquias.

## **1.4 Rumo a uma nova organização social do trabalho?**

### **1.4.1. O processo de desregulamentação**

LANGER (2004) aponta que a década de 90 foi desastrosa para os trabalhadores em todos os sentidos e a desregulamentação, enquanto fenômeno social, contribuiu

muito para agravar a situação de todos os trabalhadores no país. Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, o processo de desregulamentação foi empreendido através de pequenas mudanças. A começar pela lei aprovada em 1998, permitindo a contratação por prazo determinado. Outro passo significativo foi a aprovação da lei das cooperativas profissionais, de 1994, processo que origina as popularmente conhecidas “Coopergatos” e possibilita que trabalhadores se organizem em cooperativas para prestarem serviços e executarem o trabalho dentro de uma empresa, sem caracterização de vínculo empregatício (significando na prática perdas de direitos trabalhistas). Uma terceira medida importante foi à instituição do banco de horas, lei que favorece a flexibilização na determinação do tempo de trabalho.

Essas e outras medidas caminham no sentido de desregulamentar e flexibilizar o trabalho, o que contribui para o seu desmanche. Para entendermos o atual cenário de precarização do trabalho temos que levar em conta todas essas perdas. Num país em que as relações de trabalho já são extremamente precárias, tais tipos de iniciativa contribuem ainda mais para a precarização. (LANGER, 2005). E com isso novas categorias sociais surgiram: os desempregados, os inempregáveis, os supranumerários, os desqualificados e os excluídos. Estamos vivenciando situações em que muitos já são considerados “inúteis” para o trabalho, e conforme CASTEL (1999): porque não se encaixam nas exigências do mercado. Podemos incluir ainda nesta situação: os jovens das grandes periferias, homens e mulheres, adultos com baixa escolaridade e os idosos.

#### **1.4.2 A questão do desemprego**

Se nos propuséssemos destacar a face mais perversa da precarização do trabalho, certamente esta seria a do desemprego. Podemos calcular a dimensão da gravidade do desemprego hoje comparando a situação atual com aquela vivida, por exemplo, na década de 80. “Diz-se que aquele desemprego foi conjuntural ou cíclico. Foi intenso, deveu-se a uma falta de demanda decorrente de uma crise da atividade econômica”. (LANGER, 2005). Acabada esta crise, o desemprego caiu para níveis toleráveis. Com análise semelhante, POCHMANN (2001:39) afirma que, no final do século XX, a idéia do “pleno emprego” se tornou decepcionante, para quem

esperava por uma revolução no tocante ao emprego nas economias de mercado. Na verdade, “(...) o Brasil vive a mais grave crise do emprego de sua história” (POCHMANN, 2001). Na visão desse autor, o que se observou foi uma mudança setorial na composição relativa da população ocupada, com diminuição das vagas dos empregos nos setores primários e secundários e um aumento das vagas no setor terciário, acompanhadas de deterioração dos postos de trabalho.

Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, no final do século XIX, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as recessões nas atividades produtivas nos períodos 1981-1983 e 1990-1993 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação na absorção da mão-de-obra nacional quanto a que pode ser identificada nos dias de hoje. É importante destacar as mudanças ocorridas no Brasil nos últimos anos no tocante à reestruturação produtiva, levando em conta o impacto em toda vida social. Essas mudanças desembocaram em uma desestruturação do mercado de trabalho que conhecíamos e com impactos profundos nos direitos dos trabalhadores, especialmente no que tange a três premissas básicas: expansão das taxas de desemprego aberto, geração insuficiente ou precária de postos de trabalho e dessalariamento (POCHMANN, 2001).

A desestruturação do mercado de trabalho com a expansão das taxas de desemprego aberto e de dessalariamento repercute negativamente em todos os segmentos da força de trabalho, com efeitos ainda mais deletérios para aqueles que representam os mais vulneráveis da população: os jovens, as mulheres e os idosos.

Atualmente, no entanto, a questão do desemprego apresenta outras facetas, reconhecidamente complexas, especialmente as referidas ao chamado desemprego estrutural<sup>4</sup>, que mexe com as bases da sociedade brasileira. Estamos perdendo empregos em todas as partes do mundo e isso é uma realidade. O fato alcançou

---

<sup>4</sup> Segundo Veríssimo & Soares, “(...) enquanto o desemprego conjuntural está relacionado a uma situação temporária, determinada por fatores de contingência e não leva necessariamente à desqualificação dos trabalhadores, (...) o desemprego estrutural é mais profundo, pois é a própria estrutura econômica a responsável pela sua emergência, implicando a extinção, sem perspectiva de retorno, de postos de trabalho. O desemprego estrutural é gerado pelo próprio modelo de desenvolvimento adotado e é capaz de provocar a repentina desqualificação de grande parte da mão-de-obra”. (2000, p.93)

proporções de crise estrutural. No ano de 1995, 800 milhões de pessoas estavam desempregadas ou subempregadas; atualmente, mais de um bilhão se encontram nessas categorias. Segundo POCHMANN (2006) o desemprego, no Brasil, em 1989, era de 1,8 milhões. Hoje são 8 milhões de desempregados. Mesmo em países da Europa e nos Estados Unidos, milhões de trabalhadores encontram-se subempregados ou sem trabalho e com poucas expectativas de obter pleno emprego. No mundo todo, o emprego industrial continua a desaparecer, apesar do setor estar crescendo em ritmo mais rápido.

Contudo, alguns analistas argumentam que durante muito tempo a produtividade permite às empresas produzir muito mais bens e serviços com custos reduzidos e, conseqüentemente, bens e serviços mais baratos estimulam as demandas. O crescimento da demanda conduz a mais produção e serviços e maior produtividade, o que, por sua vez, aumenta cada vez mais a demanda, num ciclo sem fim. Se o avanço da produtividade pode substituir trabalho humano, resultado de mais trabalhadores sendo afastados à força de seus postos de trabalho, aonde a demanda dos consumidores vai poder chegar para comprar todo o potencial de novos produtos e serviços? Estamos no meio de uma contradição de nossa economia de mercado, que já existe desde o início do sistema capitalista, mas que só agora está se tornando inconciliável.

Parte dos economistas e formadores de opinião sustentam que há desemprego no Brasil porque não há crescimento econômico. O problema do desemprego seria resolvido se o país voltasse a crescer numa proporção razoável (em torno de 5%). Há, no entanto, aqueles que criticam tal visão:

Essa perspectiva é unilateral e extremamente economicista. Os desempregados têm rosto. Eles têm cor: a maioria dos desempregados é negra; eles têm idade: eles são jovens ou têm mais de 40 anos; eles têm sexo: as mulheres são as mais atingidas pelo desemprego. No Rio de Janeiro, por exemplo, há bairros em que encontramos 8% de desempregados, mas em Cidade de Deus (RJ) chega a 24%. (PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL: 2005)

A propósito, uma outra expressão criada na última década para retratar uma faceta específica desse quadro é *desemprego de exclusão*. De acordo com VERÍSSIMO &

SOARES (2000), esta expressão designa a situação de desemprego que, “sendo vivida por um longo período de tempo, acaba dificultando a re-inserção do trabalhador”, provocando sua marginalização do mercado de trabalho. O desemprego de exclusão é resultado da condução de políticas macroeconômicas deflacionistas, assim como da ausência de dispositivos especiais de ação de uma política econômica sobre os segmentos mais frágeis do mercado de trabalho.

No Brasil, as formas de trabalho com cobertura social têm, cada vez mais, perdido campo para as formas sem cobertura social, o subemprego, o trabalho precário. Conforme dados do IBGE, de cada dez ocupações geradas nos anos 90, apenas uma era com carteira assinada, enquanto no período compreendido entre 1940 e 1980 eram sete.

Os fundamentos do desemprego, hoje, englobam questões intrincadas, pois o desemprego se generaliza, inclusive nos chamados países de pleno emprego. A situação caótica no Brasil se deu nos anos 90, mas os reflexos dessa situação ainda repercutem hoje.

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está as voltas com uma implosão geral, como um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho. Vale dizer empregos. (FORRESTER, 1997:11)

Especialistas como Jeremy Rifkin, autor de o *Fim dos Empregos*, advertem para o fato de o desemprego e o subemprego terem atingido os seus mais altos níveis, desde a grande depressão da década de 30 e salienta que não é o trabalho que está acabado, mas o emprego que está sendo exterminado. Em qualquer das formas acima citadas, envolvendo condições do mercado de trabalho ou razões circunstanciais, com repercussões de curto ou longo prazo, os efeitos do desemprego são penosos para os trabalhadores.

Ao analisar essa conjuntura e reconhecer a impossibilidade do capitalismo contemporâneo (com sua lógica restritiva do lucro e da concorrência) em resolver o problema do desemprego e da exclusão social, não são poucos os que têm

apostado nos empreendimentos solidários (cooperativas, empresas autogestionárias, economia familiar, associações de produção), como uma importante alternativa ao desemprego. Com o crescimento de desemprego na década de 1990, os desempregados criaram oportunidades de emprego por conta própria. Nos anos 90, o emprego por conta própria expandiu em Minas Gerais, por exemplo, a uma taxa anual de 1,56%. Além de ser uma estratégia de sobrevivência, o emprego por conta própria abre possibilidades de desenvolvimento das potencialidades dos trabalhadores e assim resgata o valor do trabalho como possível meio de auto-realização das pessoas. Isso se considerarmos que gerenciar coletivamente e cooperativamente um empreendimento é um processo que dita mudanças que vão muito além do campo econômico; encerra um movimento de negociações de significados, de realidades, de projetos e de meios através dos quais combinam-se pessoas, coisas, procedimentos, máquinas etc.

As pessoas envolvidas em um empreendimento autogestionário trazem consigo seus hábitos, suas experiências anteriores, suas qualificações, suas visões de mundo. Daí a importância, vislumbrada por nós no contexto desta pesquisa, de analisar as práticas educativas e socializantes presentes no cotidiano das experiências autogestionárias no campo da economia popular solidária, apontando e compreendendo os pressupostos, as características e as implicações desse movimento de trabalhadores e trabalhadoras; a partir da análise de processos em que os sujeitos participantes vão construindo “uma nova cultura nas relações de trabalho” e das possíveis contradições existentes no próprio campo de trabalho.

### **1.5 A Reestruturação Produtiva e os Trabalhadores**

A reestruturação produtiva é uma nova engenharia da produção, agregando inovações tecnológicas e organizacionais. “É um processo complexo de mudanças nas configurações dos sistemas produtivos...” provoca mudanças tanto na estrutura ocupacional quanto nos requerimentos, no tocante à qualificação de trabalho.” (FERREIRA, 2000: 283).

Muitos autores atestam que a automação, a revolução informacional, a microeletrônica e as novas formas gerenciais são uma saída para a autonomia dos

trabalhadores frente ao capital e as produções intensivas, repetitivas, fatigantes e pesadas, auxiliando os trabalhadores a terem uma jornada de trabalho menor, a terem mais autonomia e criatividade. Todavia, atestamos que aquilo que vem ocorrendo é o contrário: a precarização, o desemprego, a pobreza, a exclusão, a miserabilidade (SINGER, 1999, RIFKIN, 1995; DOWBOR, 2004).

MARX (1989), ao argumentar que o ápice da indústria moderna ocorreu com a reestruturação das formas produtivas pela revolução do instrumental de trabalho, mostrou como tal processo repercutiu no trabalho e de que forma foi incorporado pela sociedade capitalista. Afirmou, ainda, que o sistema capitalista, ao utilizar a simplificação via maquinaria, poderia estar alocando outros membros da família do trabalhador, ou seja, as mulheres e crianças com nível de qualificação baixo, dado que a própria maquinaria em si só encerra o trabalho, o trabalho morto. Por essa via, o sistema capitalista troca a força de trabalho de homens adultos vigorosos por mulheres e crianças frágeis. Isso acontece, quando a força muscular torna-se obsoleta, dado que “a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis” (MARX, 1989, p.449).

Até a segunda guerra mundial aqui, no Brasil, não se apresentava um mercado de trabalho organizado, daí o emprego e o desemprego serem fenômenos recentes na realidade Brasileira. A sociedade salarial, em que uma maioria tem carteira assinada, ou seja, vínculo empregatício formal, como determina as leis e a legislação trabalhista, é uma situação que está longe de atender a maioria da classe trabalhadora.

O avanço tecnológico, no sistema capitalista, tem possibilitado a diminuição cada vez maior do número de empregos industriais e acompanhados de uma completa desvalorização e desqualificação da força de trabalho. A díade transformações tecnológicas e globalização da economia têm levado a mudanças fundamentais em relação a quem faz o quê; onde; quando; e de que forma trabalha e, conseqüentemente, têm trazido profundas implicações para quem trabalha e para as formas de trabalho.

O perfil do trabalhador não é mais o operário que trabalha em uma indústria, com carteira assinada, vive em um espaço determinado e produz bens materiais. Hoje, o trabalhador “moderno” pode ser o trabalhador prestador de serviço; o trabalhador informal, ou aquele que trabalha à distância, em casa, com o computador pessoal, mas sem vínculos imediatos com o espaço da indústria ou do escritório, ou seja, não é um produtor de bens materiais e simbólicos. Daí há diversas identidades de trabalhadores que se adequam a inserções diferenciadas no mundo do trabalho.

Assistimos, hoje, a uma dupla transformação do trabalho (...). De um lado, atividades requerendo [do trabalhador] autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação (...); por outro lado, (...) precarização dos laços empregatícios, (...) aumento do desemprego de longa duração, (...) aumento das formas de emprego precário, com flexibilização no uso da mão de obra. (HIRATA, 1997, p. 43-52)

Observando a prática das empresas, percebe-se que sutilmente elas estão procurando romper com o modelo tradicional de emprego e contando com uma força de trabalho que possa ser mobilizada e desmobilizada conforme suas demandas. As estratégias que estão em contínuo processo de mudanças têm desafiado a classe trabalhadora a repensar suas táticas de enfrentamentos.

Nas instalações de distribuição da Nike, em Memphis, 120 funcionários permanentes (...) trabalham lado a lado com 60 a 255 trabalhadores temporários. Os temporários são fornecidos pela Norrell Services, uma das maiores empresas de serviços temporários do país” (RIFKIN,1995: 10).

Em todo país, corporações americanas estão criando um sistema de emprego em duas camadas, composto de um” núcleo “de funcionários fixos em regime de tempo integral, aumentando por um pool periférico de funcionários em meio período, ou trabalhadores contingências”. (...) Em 1993, mais de 34 milhões de americanos foram trabalhadores contingenciais. (RIFKIN,1995: 210).

A revolução tecnológica traz em seu bojo um aumento considerável da capacidade produtiva, mas carrega um crescimento exponencial dos índices de desemprego, subemprego, trabalho precário, sub-trabalho e informalidade. Concluindo desse processo que extratos da sociedade que nunca tinham políticas públicas que possibilitassem fomento, crédito e capacitação, extrapolassem a “assistência social”

ou hoje a “inclusão social” via “bolsas” de auxílio moradia, educação e complementação de renda. Começa-se a perceber na economia popular e solidária e na autogestão uma via de geração de renda acompanhada de outros ganhos nela inclusos. Assim podemos designar economia popular e solidária como um coletivo de pessoas, um grupo em que tenham como características principais à iniciativa coletiva em quase e se não em todas as instâncias de decisões. Isso acompanhado de uma certa democracia interna e que remunera o trabalho de forma diferenciada e privilegiada em relação ao capital, seja em grupos urbanos ou rurais.

Dividir trabalho e lucro, praticar e difundir a idéia do coletivo e do cooperativismo verdadeiro é o que prega o movimento de autogestão e como dizem os precursores do movimento:

(...) é a grande saída, porém todo negócio é um risco. O bônus e o ônus têm que ser divididos entre todos. O que não pode é o bônus ser dividido por todos e o ônus por meia dúzia. Somos trabalhadores cooperados, a CLT não existe mais para nós. Temos que fazer nosso trabalho coletivamente, como sócios. (Valério Luiz Pires Presidente da Cooperminas. ANTEAG, 2000:10).

As décadas de 60 e 70 foram marcadas por momentos heróicos da luta dos trabalhadores, lideranças sindicais que contra a ditadura lutaram e até deram suas vidas acreditando, um dia, na vitória. A classe operária, na década de 60, enfrentou a ditadura: muitos morreram, ficaram presos ou foram torturados, porque havia um expressivo movimento oposicionista com forma de caráter ideológico, político e cultural. Nos anos 80 e 90, com a abertura do regime e da economia, houve uma grande mudança no movimento sindical, com preocupações voltadas para questões como salários e ganhos qualitativos, acompanhava a onda mundial nos países capitalistas no abandono da educação, na formação dos trabalhadores e em outras formas de organização e de trabalho. Esse processo chamou-se de modernização e veio aliado à reestruturação econômica, aos reajustamentos sociais oriundos da flexibilização do mercado e ao desmanche do estado de bem estar social.

CASTELLS (1998) destaca a origem das mutações na crise do trabalho que surge nos anos 70, quando as principais empresas e governos dos países denominados de G8 passaram por um processo de reorganização econômica e social, em que o carro chefe eram as tecnologias da informação. Diante da crise econômica que

assolavam os grandes países, muitos deles enviaram suas linhas de montagem para países em desenvolvimento, visando obter mais lucros com matéria prima, mão de obra barata, acesso à infra-estrutura, crédito oficial, incentivos fiscais e outros ganhos.

Segundo DEDECCA (1997), três movimentos marcaram a desregulamentação pública, também chamada racionalização produtiva: primeira onda é marcada pela modernização das empresas, delimitada no período compreendido entre meados da década de 70 até meados da década de 80, lembrando que isso ocorre principalmente em países do capitalismo avançado. A segunda onda, de 1984 a 1989, caracteriza-se por um conjunto de mudanças nas negociações trabalhistas e pela quase saída do estado interventor. A terceira onda começa em 1989 com a queda do muro de Berlim e prorroga-se por quase toda a década de 90. É consenso entre os pesquisadores da sociologia do trabalho que uma nova estrutura socioeconômica e produtiva global marcou as décadas de 60, 70 e 80, como um processo de crescente abertura e autonomia econômica, a que todos chamam de globalização e com ela as novas formas de organização produtiva.

A flexibilidade, ou seja, a capacidade de inovação e aproveitamento de todas as capacidades do trabalhador tornou-se modelo ou padrão em que as empresas passaram a ter uma estrutura leve, com custos variáveis e modelos de gestão flexíveis e funcionais. O que se contrapunha ao modelo taylorista-fordista. Neste processo, a descentralização e a externalização dos serviços são pontos importantes que desembocam nas subcontratações, terceirizações e quarteirizações, ou toda e qualquer forma de trabalho precário. Há no processo uma articulação estreita entre as empresas, baseada no estabelecimento de contratos, em que se beneficiam de: baixo custo de transações, flexibilidade política, exigências sobre a qualidade, desenvolvimento e imobilização.

Conforme destaca CASTELLS (1998), o que está mudando é a forma de organização das grandes para as pequenas empresas. Podemos dizer que há uma contínua parceria, que entre elas está sendo gerada uma estreita articulação. E com isso estamos diante de novas formas de estruturação das atividades produtivas. As empresas constantemente procuram outras empresas para flexibilizar suas

estruturas, descentralizar seus serviços e articular redes externas de parceria. Há um movimento crescente de fusão, concentração e incorporação de empresas menores pelas maiores. Esse processo não é recente.

Durante quase todo o século XX, ocorreram movimentos de concentração, aquisições e fusões de empresas de grande porte. Todavia, essas transações extrapolaram os âmbitos nacionais e traduziu-se em aquisições de âmbito transnacional e transcontinental.

De um modo geral, as mega fusões ou aquisições ocorreram em setores de ponta, como: telefonia, informática, automobilística, química, dentre outras. Sendo assim, a reestruturação produtiva começou a ganhar campo na década de 90, “as empresas começaram a investir mais intensamente nas técnicas japonesas de gestão e organização, com ênfase na flexibilização do trabalho e no maior envolvimento do trabalhador com a qualidade e produtividade” (LEITE apud MARTINS, 1998, p. 1). Heloisa Martins nos lembra como a reestruturação produtiva requisita um trabalhador criativo, com iniciativas, com idéias e capaz de solucionar problemas; que trabalha em equipe, que domina as novas tecnologias, que disponha de alta capacidade de abstração, e esteja apto a aprendizagem. Conclui que tal idéia é apenas um discurso da reestruturação produtiva, dado que esse perfil não é levado em conta pela formação técnica, mas muito mais pelos princípios educacionais humanistas. (MARTINS,1998, p.1).

Esse novo modo de produção, organização e gestão do trabalho, considerado o mais representativo dessas transformações, é sem dúvida o “modelo japonês”, que tem como características da organização do trabalho, basicamente:

O trabalho cooperativo, o trabalho em equipe, a falta de demarcação das tarefas a partir dos postos de trabalhos e tarefas prescritas a indivíduos, o que implica num funcionamento fundado sobre a polivalência e a rotação de tarefas (de fabricação, de manutenção, de controle, de qualidade e de gestão da produção).O trabalhador japonês, polivalente e multifuncional, não tem mais visão de conjunto do processo de trabalho em que se insere, tal visão de conjunto necessária para julgar, discernir, intervir, resolver problemas, propor soluções a problemas concretos que surgem cotidianamente ao intervir no processo de trabalho.(HIRATA, 1991: 30).

MACHADO (1998: 82) explicita as novas competências que hoje são demandadas aos trabalhadores: saberem gerir sua própria atividade, seu tempo pessoal e suas capacidades, de forma a serem eficientes na resolução de problemas e imprevistos; exercerem sua autonomia, tendo em vista o trabalho, independente e não submetido à supervisão de outros; exercerem a iniciativa, de modo a tomar decisões adequadas na hora certa; mostrarem flexibilidade e disposição para assumir mutações e ritmos variados de trabalho; aplicarem a criatividade em busca de soluções novas; desenvolverem estratégias de continuo aperfeiçoamento. A atual organização do trabalho conta com aquela forma de subjetividade que em tempos passados, era definida como “niilística”: uma subjetividade em que predominam a incerteza das expectativas, identidades frágeis e desenraizamento. Dessa forma a globalização faz que o trabalho seja imbuído de sentimentos de desencanto, oportunismo, cinismo, medo e morte.

As novas competências demandadas aos trabalhadores e as formas subjetivas de exercício das mesmas podem ocorrer de modo diferenciado nas experiências autogestionárias e na própria percepção dos sujeitos da Economia Popular Solidária? Em que medida emerge nesse tipo de iniciativa uma possibilidade de substituição do trabalho imbuído de sentimentos de desencanto, por um trabalho mais propício à realização humana? É o que buscaremos problematizar ao longo dos próximos capítulos.

## Capítulo II

### **Economia Popular, Economia Solidária e Economia Popular Solidária: distinção conceitual e principais controvérsias**

#### **2.1. Introdução**

Os setores populares têm desenvolvido, ao longo das últimas décadas, as mais diversas iniciativas de geração de trabalho e renda, traduzidas em experiências como cooperativas, associações de produção, empresas autogestionárias, dentre outras. Por um lado, tais iniciativas são interpretadas como uma alternativa à economia de mercado, no sentido de fazerem frente à crise estrutural do desemprego, às urgências por ele provocadas e ao problema da exclusão social.

Há também quem as conceba como uma forma de produção e de trabalho alternativo ao capitalismo, uma “outra economia”, expoente de um projeto político organizado pelos trabalhadores no interior das lutas sociais<sup>5</sup>.

Sustentando uma leitura mais cautelosa, encontramos o pensamento de autores como Gaiger (2000), Nuñez (1997), Razeto (1993), Singer (1999, 2000), Tiriba (2004), dentre outros, que têm buscado construir uma densa análise teórica acerca do fenômeno. Segundo esses autores, com os quais concordamos, as ações de geração de trabalho e renda, ao mesmo tempo em que constituem, em sentido estrito, uma solução viável à crise estrutural do emprego, anunciam indícios de novas relações sociais de produção, novas concepções/práticas formativas e uma nova cultura do trabalho. Ainda que de forma embrionária, nessas novas formas de inserção na produção estariam sendo gestadas alternativas de vida econômica e social.

---

<sup>5</sup> Esta tem sido uma discussão polêmica. Lima (2003), em trabalho intitulado “A engenharia da produção associada”, problematiza essa questão, afirmando que “a proposição da economia solidária como alternativa ao modo de produção capitalista lhe parece um pouco exagerada e demasiadamente utópica”. (cf. p.116)

É importante destacar que a maior parte desses autores constroem suas considerações tomando por base uma visão crítica das contradições engendradas pelo capitalismo atual aliada à investigação de experiências concretas de economia popular e solidária em diferentes países. O que lhes permite reconhecer que, dentre as ditas “novas” formas de produção, há aquelas que pouco avançam em termos de projetos de formação capazes de ultrapassar as fronteiras das relações sociais capitalistas já instituídas; ao contrário, muitas das iniciativas apenas reformam e mantêm essas relações.

Nesse horizonte, Tiriba (2001), refletindo sobre as potencialidades e limites da economia popular no interior da sociedade capitalista, adverte:

Ao mesmo tempo em que representa o resquício de formações pré-capitalistas, as atividades da economia popular anunciam a possibilidade de relações sociais e econômicas que, em um determinado momento histórico, possam se contrapor ao modo de produção capitalista. No entanto, no contexto das atuais transformações do mundo do trabalho, é preciso analisar a economia popular mais além da racionalidade interna das iniciativas econômicas, empreendidas pelos próprios trabalhadores. A proliferação das atividades da economia não se apresenta, necessariamente, como algo alternativo, mas como excrecência do próprio capitalismo (...) vem servindo em grande medida para “aliviar a dor dos pobres.

Além das diferenças que marcam a forma como essa economia de trabalhadores é entendida em seu significado sócio-político, há também uma variação nos conceitos utilizados para designá-la. Os termos mais conhecidos são: *Economia Popular*, *Economia Solidária*, *Sócioeconomia Solidária*, *Economia de Comunhão*, *Economia Popular da Produção Associada*, *Economia Social*, *Autogestão Operária* e *Economia Popular Solidária*.

Esses dois aspectos (significado do fenômeno e sua nomeação) na verdade estão interligados. Partimos do entendimento de que os deslizamentos semânticos que envolvem o uso desses conceitos são, em última instância, deslizamentos ideológicos, ligados não somente às especificidades dos contextos nos quais

emergiram ou aos interesses de determinados atores sociais que deles se apropriam, mas também a ‘interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado “(FRANÇA FILHO, 2002:10).

Lia Tiriba, atenta ao alerta de alguns intelectuais que identificam uma tendência à utilização dos diversos conceitos como sinônimos, ressalta a importância de se levar em conta: a história da origem do conceito, o sentido que assume em face de seu respectivo lugar sócio-histórico, as formulações discursivas que o acompanham, as disputas de poder e os horizontes políticos a que servem, etc. E justifica dizendo: “assim como construímos a realidade, construímos os conceitos” (TIRIBA: 2001).

Devido aos limites e objetivos do presente trabalho, iremos nos deter nas considerações acerca das diferenças que cercam os conceitos mais caros à nossa discussão: Economia Popular, Economia Solidária e Economia Popular Solidária.

## **2.2. Economia Popular**

A noção de Economia Popular é utilizada para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser associado a “aparição e expansão de pequenas atividades produtivas, comerciais, no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina”, com o objetivo de assegurar sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas (RAZETO, 1993:35-36).

O nicaraguense Orlando Nuñez (1995:179) aponta como sujeitos dessas iniciativas os pobres, desempregados, trabalhadores individuais, cooperativados, associados ou agrupados em redes, e também os operários do campo e da cidade

que se identificam com um projeto comum, de desenvolvimento alternativo ao capitalismo.

Icaza & Tiriba (2003:101-102), em concordância com os dois autores citados, definem:

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. Nessa compreensão, o conceito remete a duas questões fundamentais: a) a uma dimensão de economia que transcende a da obtenção de ganhos materiais e está estreitamente vinculada à reprodução ampliada da vida; b) a um conjunto de práticas que se desenvolvem entre os setores populares, manifestando-se e ganhando diferentes configurações e significados ao longo da história da humanidade.

TIRIBA (1998) levanta a possibilidade de ordenar essas iniciativas em três grupos, conforme o grau de estabilidade, tempo de permanência e o valor atribuído pelos protagonistas:

Estratégias de sobrevivência: emergencial e transitória; Estratégias de subsistência: satisfação de suas necessidades básicas, não sendo possível nenhuma forma de acumulação ou crescimento e estratégias de vida – valorização da liberdade/companheirismo/autogestão, preferência por trabalhar por conta própria ou porque foram fechadas as formas tradicionais de trabalho. (TIRIBA, 1998: 199).

Há uma polêmica entre os autores que se debruçam sobre essa temática quanto à definição de quais atividades pertencem a esse setor da economia. Poder-se-ia considerar, por exemplo, que o tráfico de drogas é um empreendimento da Economia Popular? O autor chileno Luiz Razeto (1993:36) se posiciona diante dessa questão adotando uma classificação bastante abrangente. Ele identifica cinco tipos de atividades e empreendimentos que poderiam ser qualificados como Economia Popular. São elas:

a) Atividades assistenciais e filantrópicas, como mendicância de rua, programas oficiais para concessão de benefícios para indigentes ou setores de extrema pobreza.

b) Atividades ilegais e com pequenos delitos, como prostituição, pequenos furtos, venda de drogas e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas.

c) Iniciativas individuais não estabelecidas e informais, como camelôs, serviços domésticos de pintura e limpeza, entregadores com locomoção própria, guardadores de automóveis, coletores e vendedores de sucata, etc. – algumas vezes vinculados com o mercado formal.

d) As formas de associativismo, como microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios, como oficinas de costura, bares, 'vendinhas', etc.

e) Organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, geralmente surgidas de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares. Como exemplo, as cooperativas.

Esta classificação, por certo, não é estanque. Na realidade cotidiana as categorias mencionadas podem se apresentar mescladas ou superpostas. Um exemplo bastante comum é o do indivíduo que exerce certo tipo de atividade durante uma parte da semana (é membro de uma oficina de costura, cooperativa de artesanato etc) e nos outros dias realiza serviços domésticos de pintura e limpeza. Ou ainda, que combina uma dessas atividades com o trabalho assalariado. É recorrente também o caso dos trabalhadores que realizam “bicos” diversos para complementar a renda (tomam conta de barraquinhas de cachorro-quente, consertam eletrodomésticos etc), mas que na maior parte do tempo se qualificam como desempregados.

No Brasil, em especial nos grandes centros urbanos, uma fatia considerada expressiva da Economia Popular se refere às atividades empreendidas pelos trabalhadores “informais” (os vendedores ambulantes, camelôs, biscateiros...). Algumas das formas assumidas por estas atividades são tidas como ilegais, não só do ponto de vista do caráter comercial (contrabando e sem nota fiscal), e trabalhista (falta de carteira assinada ou contrato registrado, sem perspectivas de uma aposentadoria no futuro ou um fundo de pensão), mas também padecendo de restrições quanto às condições materiais de realização do próprio trabalho.

Não poderíamos deixar de mencionar uma ocupação na qual a presença das mulheres tem se dado tradicionalmente: a prestação de serviços domésticos sem vínculo empregatício. Neste ramo se enquadravam, em 1997, nada menos do que 18% da população feminina economicamente ativa ou aproximadamente 4,8 milhões de mulheres (PNAD, 1997)<sup>6</sup>. Em 1972, as empregadas domésticas passam a ter direito à carteira assinada, assistência médica pelo INSS, aposentadoria e férias de 20 dias, direitos esses que foram ampliados pela Constituição de 1988. No entanto, é preciso lembrar que somente aquelas com carteira de trabalho assinada pelo empregador têm esses direitos. Mas essas, são minoria: não chega a um quarto das trabalhadoras domésticas o número das registradas. Algumas das características do emprego doméstico ilustram a situação das trabalhadoras engajadas nesse ramo: baixo nível dos rendimentos – a grande maioria recebe até um salário mínimo; extensa jornada de trabalho – mais de 70% delas declaram trabalhar mais de 40 horas; alta rotatividade. (FIBGE, 1991)<sup>7</sup>

Além disso, cresce também o número de iniciativas organizadas coletivamente, como grupos comunitários que surgem em salões paroquiais, grupos familiares, grupos de amigos e vizinhos que se reúnem para fabricarem pães, quitandas, compota etc; Assim como são cada vez mais conhecidas as estratégias daqueles que criativamente ‘inventam’ atividades em nome da sobrevivência: vender balas nos ônibus, vender doces ou fazer malabarismos no sinal de trânsito, dentre outras. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)<sup>8</sup> realizou, em 2001, uma pesquisa em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo calculado em 263000 o número de jovens que trabalham nas ruas das cidades brasileiras.

Importa notar que parte da literatura acerca da Economia Popular tem consolidado, nos últimos anos, uma análise desse tipo de atividade que não se

---

<sup>6</sup> FIBGE. PNAD. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>7</sup> FIBGE. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1991.

<sup>8</sup> IBGE. Suplemento PNAD. Rio de Janeiro, 2001.

esgota na noção de estratégia de sobrevivência, muito menos na idéia de resistência que os mais pobres impõem ao capitalismo. Em alguns dos trabalhos científicos recentes, a informalidade tem sido problematizada como “condição estrutural” desses trabalhadores numa economia perversa. Seguindo esse horizonte de análise, o teórico Prandi<sup>9</sup> (1978:30) argumenta que o trabalhador por conta própria pode até estar situado “fora” da oposição entre assalariados e capital, mas sua situação é profundamente determinada pelo desenvolvimento dessa relação. Em algumas situações, tais atividades vêm inclusive contribuindo para a implementação do projeto neoliberal, na medida em que contribuem para o barateamento da reprodução da força de trabalho.

Por fim, outro ponto importante destacado nas reflexões de Icaza & Tiriba (2003) sobre o assunto, e que merece nossa atenção, refere-se à tendência crescente, presente tanto no mundo da academia quanto no mundo do trabalho, de utilizar o termo Economia Popular associado a outros conceitos. Assim, é comum alguns estudiosos e militantes “falarem em *economia popular de solidariedade* ou *economia popular solidária*, referindo-se a experiências que, fazendo parte da economia popular, se caracterizam pela referência explícita a formas coletivas de funcionamento e à solidariedade como projeto político” (ICAZA & TIRIBA, 2003:107). Já se tornou clássica a afirmação de que “nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular”.

A classificação criada por Razeto (1993), a qual comentamos anteriormente, deixa claro que nem todas as atividades desenvolvidas na Economia Popular assumem um caráter solidário, a exemplo das ações de geração de trabalho e renda estritamente voltadas à satisfação de interesses individuais, na luta pela subsistência dos que a praticam. Muitas das atividades da economia informal reproduzem *ipsis literis* a lógica da economia de mercado capitalista, com a diferença de estarem à margem de sua regulação formal. Razeto argumenta ainda

---

<sup>9</sup> PRANDI, José Reginaldo. Trabalhador por conta própria sob o capital. São Paulo, Ed.Símbolo, 1978.

que o quinto tipo de atividades indicadas – *Organizações econômicas populares* – representa o pólo mais avançado da Economia Popular, podendo, este sim, ser considerado parte da Economia Popular Solidária<sup>10</sup>.

Gaiger (2000:5) expressa uma opinião semelhante, ao afirmar que “por suas características, a Economia Popular Solidária não abarca senão uma fração da Economia Popular, pois nesta coexistem diferentes princípios valóricos e os mais diversos arranjos – formais, informais, ilícitos – destinados a assegurar a sobrevivência”.

### **2.3. Economia Solidária**

O termo Economia Solidária pode assumir diferentes conotações, mas de modo geral refere-se a práticas de produção, comercialização, serviço e consumo nas quais o valor central é a solidariedade, em contraposição à racionalidade econômica estrita, a ênfase dada ao capital e à riqueza acumulada no modo de produção capitalista. Trata-se de uma maneira de gerir a economia caracterizada pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela autogestão, cooperação e pelo trabalho associado.

Os pontos levantados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES diferenciam com clareza a Economia Solidária de outras práticas sociais geradas pelas relações sociais capitalistas.

A Economia Solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual. A Economia Solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no sul. A Economia Solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais. (...) confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as

---

<sup>10</sup> Retomaremos essa discussão na seção dedicada à Economia Popular Solidária.

necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital. A Economia Solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeitos históricos. (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA, 2006).

Segundo SINGER (2000), “a economia solidária se constitui em formas de organização da produção, do consumo e do crédito feitas de forma democrática”. Em outras palavras, as unidades são possuídas e geridas por seus trabalhadores no caso de grupos de produção; por seus consumidores nas cooperativas de consumo; por depositantes e mutuários nas cooperativas de crédito. São de posse coletiva e os direitos de decisão sobre a unidade ou sobre a empresa são idênticos. Isto é, ninguém tem mais poder de voto do que outros.

Ao buscar identificar as primeiras referências ao conceito de Economia Solidária na literatura brasileira, constatamos que o conceito *Economia de Solidariedade* aparece pela primeira vez no Brasil em 1993, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por GADOTTI e GUTIERREZ, em que Luiz Razeto expõe a seguinte definição:

A Economia de Solidariedade é uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...) que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial que, por sua vez, define outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993: 40).

Autores como os acima citados alertam-nos, no entanto, acerca da riqueza de uma definição que, além de levar em conta os aspectos econômicos, reconheça a Economia Solidária como uma forma de luta que os movimentos sociais encontraram, e ao mesmo tempo construíram, para fazer frente aos problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos, à exclusão social, ao desemprego, e às contradições inerentes ao capitalismo. Em termos práticos, essa luta

geralmente - o que não quer dizer sempre - se dá a partir da articulação de interesses individuais e coletivos.

Assim como, ao tratar da definição conceitual de Economia Popular, afirmamos que nem toda Economia Popular é solidária, também devemos esclarecer aqui que, na Economia Solidária, nem todas as iniciativas são populares. Tiriba (2001) chama nossa atenção sobre este ponto, ao apontar a possibilidade de vermos a Economia Solidária sendo concretizada por outros estratos sociais e grupos de origem não-popular, como por exemplo: entidades não governamentais (ONGs) e religiosas. Dentre estas poderíamos citar organizações (Cáritas/CNBB, Pastorais, Movimento Sindical, Universidades Incubadoras etc) cujo trabalho se destaca especialmente pela atividade de apoio e fomento a outros grupos, associações e empreendimentos.

#### **2.4. Economia Popular Solidária**

A Economia Popular Solidária (EPS) engloba atividades econômicas que têm origens populares (ou seja, partem da iniciativa de sujeitos que compõem uma classe social desprovida dos meios de produção) e também solidárias (comprometidas com os interesses coletivos, a melhoria da qualidade de vida e a justa distribuição dos resultados). Além disso, a identidade da EPS está estreitamente vinculada à centralidade que confere aos princípios da autogestão e ao cooperativismo colocados em prática a partir da ótica dos trabalhadores.

Podemos afirmar ainda que a profundidade das mudanças propostas pela Economia Popular Solidária passa, dentre outros aspectos, pela forma como o conceito de *economia* aqui aludido está sendo entendido e quais significados portam os adjetivos *popular* e *solidária* a ela associados.

A *economia* da qual se fala não é entendida como uma simples fórmula de administrar negócios e mercados, mas como um pensar e um agir em relação à produção, ao beneficiamento, à comercialização, ao consumo, ao bem viver e ao cuidar do ambiente natural e social no qual vivemos.

O adjetivo *popular*, por sua vez, faz referência àquela parcela da população fortemente atingida pelo desemprego, pela precarização do trabalho assalariado e pela insegurança e opressão ensejadas pelas contradições do capitalismo atual. Corrêa (s/d) demarca quem é esse público afirmando que abrange “desde desempregados (as) qualificados ou não, aos totalmente excluídos dos processos de trabalho, dos programas sociais oficiais (saúde, habitação, educação, aposentadoria etc), da distribuição de renda e do sistema econômico oficial”. Tais pessoas, diante das contingências em que vivem, podem, por exemplo, se engajar em atividades assistenciais, filantrópicas, informais, ilegais ou mesmo associativas, como aquelas que listamos ao tratar o conceito de Economia Popular. Um outro caminho possível - próximo ao da Economia Popular, mas diferente em alguns aspectos já mencionados por nós - é a Economia Popular Solidária. São inúmeros os casos de trabalhadores subempregados ou desempregados que fundam associações e cooperativas de produção e prestação de serviços, ou ainda trabalhadores vinculados ao mercado formal que, diante da ameaça de falência das empresas onde trabalham, assumem coletivamente o controle destas.

Já o adjetivo *solidária*, contemplado na expressão Economia Popular Solidária, não remete, como comumente se pensa, às noções de paternalismo ou caridade, nem se confunde com filantropia. Parte-se de uma concepção política de solidariedade, em que o significado evocado remete a um comprometimento com o trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, que passa por uma nova ética nas relações de trabalho, econômicas e sociais. Ética esta que não necessariamente acompanha todas as práticas que se dizem solidárias. Sua concretização está relacionada, portanto, ao aprendizado de um novo modelo econômico-social pelos

trabalhadores. Por essa razão, conjuntamente com as práticas e idéias que norteiam a Economia Popular Solidária, devem acontecer processos sociais de educação, que têm como perspectiva a gestação de uma consciência crítica e propositiva, que possa ser capaz de promover a superação das exclusões. Daí a importância de uma proposta clara de desenvolvimento de processos educacionais que tenham como pressupostos éticos e cognitivos a solidariedade, a cooperação, a inclusão social, a humanização, e por conseguinte, a valorização da própria vida e do trabalho.

Nesse sentido, a racionalidade econômica e social proposta pela EPS realiza, com a educação popular, uma interface necessária para a formação dos sujeitos coletivos que compõem a classe trabalhadora, forma de construir um movimento real de ação e reflexão (MENEZES NETO, 2003)<sup>11</sup>

Recapitulando alguns pontos centrais da discussão, vale a pena então enumerar os princípios que têm sido consensualmente citados ao se caracterizar a Economia Popular Solidária: valorização social do trabalho humano e não do capital e sua propriedade; satisfação das necessidades cotidianas dos trabalhadores de forma autosustentável mediante a agregação de esforços, recursos e saberes; reconhecimento do lugar fundamental da solidariedade nas práticas produtivas; desenvolvimento de redes de comércio a preços justos; busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e todos os valores aos quais fizemos referência anteriormente. O desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias é outra característica. Este tipo de trabalho permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam. Todo esse conjunto nos leva a conceber uma economia a serviço da pessoa e da sociedade e não o ser humano a serviço da economia.

---

<sup>11</sup> MENEZES NETO, A.J. Os princípios unitários na escola técnica do MST. Currículo sem fronteiras, Estados Unidos, v.03, n.01, 2003.

Conforme já dito, a crise do trabalho, cujo maior expoente é o desemprego, tem levado as pessoas ligadas aos movimentos sociais a desenvolverem projetos que lhes permitam sua sobrevivência imediata e a subsistência material de seus familiares; pode ainda servir para aumentar ou complementar a renda de muitos. Mas, considerando o trabalho um campo aberto ao desenvolvimento de potencialidades, ao participar de um empreendimento solidário, muitos conseguem reconstruir sua vida pessoal e, em certos casos, construir novas formas de participação comunitária: um exemplo seriam os moradores de rua organizados como catadores de materiais recicláveis. Muitos que não sabiam uma profissão ou ofício aprendem ou vão além da reprodução da aprendizagem fabril e dividem saberes e experiências, fazendo assim um exercício cotidiano do espírito democrático e da participação na sociedade.

A articulação dos trabalhadores e trabalhadoras autogestionários parece encerrar fortes possibilidades nesse sentido. Trata-se de um modo alternativo de produção, que a cada dia se configura em um grande espaço de diversidade, englobando, entre outras formas de organização, a agricultura familiar, o movimento de agricultura orgânica, as economias indígenas, quilombolas, os assentamentos do MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra), as empresas recuperadas através da autogestão (como exemplo da Coopemambri, em Minas Gerais, e a usina Catende, em Pernambuco). As cooperativas, as experiências das trocas solidárias, com ou sem moedas sociais, e das feiras municipais, regionais e estaduais, que com seus grupos pautam-se por princípios organizativos, como:

“Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática na empresa ou por participação direta(...) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões ou negociações entre todos; destinação do excedente anual (...) também por critérios acertados entre todos os cooperadores” (SINGER, 2003:13).

Um exemplo de prática desse modo de produção é o movimento social mais abrangente, reconhecido dentro e fora do Brasil: O MST (Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra). Esse movimento, que também tem caráter autogestionário, surgiu por ocasião de um conflito rural, a ocupação de uma propriedade no município de Sarandi-RS, no ano de 1979. Esse ato teve repercussão em âmbito nacional, estimulando muitas outras ocupações de terra pelo país. O MST reúne milhares de pessoas em todo o país e vem organizando cooperativas de produção agrícola e agro-industriais (CONCRAB,1998). Os frutos já gerados indicam novos rumos para outros movimentos sociais e podem dar força às mobilizações populares.

Por fim, julgamos relevante fechar nossa reflexão conceitual esclarecendo o sentido dos dois princípios centrais da forma de gestão da produção material e ideológica na EPS: a autogestão e a cooperação. Conforme poderemos conferir na próximos próximos capítulos, nos quais são mencionados trechos dos depoimentos de nossos entrevistados, os valores associados a esses princípios assumem grande importância no cotidiano de trabalho dos sujeitos engajados em empreendimentos populares solidários.

## Capítulo III

### O perfil da Economia Solidária no Brasil: antecedentes histórico-ideológicos e a trajetória de um projeto em construção

#### 3.1. Antecedentes históricos e ideológicos da Economia Solidária

Conforme afirmamos anteriormente, a gênese e os objetivos da Economia Solidária estão fortemente ligados a uma necessidade crescente dos trabalhadores sobreviverem ao desemprego e suas conseqüências. A Economia Solidária surge como uma proposta alternativa e concreta à situação de necessidade imposta pelo sistema capitalista aos trabalhadores. Mas, conforme Singer (2002), não se trata de somente uma solução para o desemprego. No momento atual, acena com uma solução para a crise gerada pelo desemprego crescente. Mas pode, em longo prazo, configurar-se uma alternativa ao capitalismo, porque, com suas práticas, o trabalhador tem pleno direito de decisão sobre tudo que acontece no grupo. Diferentemente da empresa capitalista tradicional. Neste sentido, argumenta Singer, ela é uma opção, é uma alternativa, é uma crítica socialista em relação ao capitalismo.

Para o autor, não por acaso, os fundamentos históricos da Economia Solidária estão umbilicalmente ligados ao cooperativismo operário, concebido e praticado por Robert Owen (1771-1859), e alimentado pelas idéias dos pensadores do socialismo utópico: Charles Fourier (1772-1827), Conde de Saint Simon (1760-1825), dentre outros que apostaram nas comunidades alternativas, organizadas segundo princípios igualitários.

No seu livro “Repensando o socialismo: uma utopia militante”, Paul Singer (1998) relata que Owen incitava a formação de aldeias com ideais cooperativistas ao redor das fábricas, com a intenção de que os trabalhadores autogerissem os meios de produção de forma coletiva. Owen seria, a seu ver, a figura que

sintetizou o pensamento e a ação nos primórdios da Economia Popular Solidária, considerado por muitos, como o pai do “cooperativismo inglês” e também o pai do “cooperativismo moderno”.

Owen teve uma obra heterogênea e grandiosa, graças a sua dedicação e empenho com as questões sociais. Nesse sentido, era um visionário para sua época, como bem demonstram suas ações, que visavam beneficiar os trabalhadores, bem como aliviar as condições de trabalho as quais eles estavam sujeitos naqueles primeiros anos de revolução industrial. E é interessante citar algumas das inovações propostas e implementadas por ele, por exemplo: redução da jornada de trabalho, deixou de empregar menores de dez anos em suas fábricas, criou escolas gratuitas para crianças carentes, aboliu o sistema de multas dos operários, concedeu habitações condignas, pois as existentes eram precárias e insalubres, ainda ajudou a organizar refeitórios coletivos para os empregados e caixas-poupança.

No campo da educação, que para ele tinha um objetivo supremo de desenvolver o físico e a formação moral dos menores, criou escolas elementares ou fundamentais, para menores de quatorze anos e escolas politécnicas para os maiores, além dessa idade. Segundo Owen: “a educação seria a pedra filosófica que poderia transformar o comportamento existencial de uma sociedade e criar uma estirpe nacional de cidadãos”.

O próprio Owen chegou a apresentar um plano ao governo britânico: este previa que, ao invés de os recursos financeiros serem meramente repassados, deveriam ser investidos na aquisição de terras e na construção de casas, visando à implementação de aldeias e cooperativas. Em cada uma delas, tinha a meta de assentar cerca de um mil e duzentas pessoas, que trabalhariam na terra e em indústrias, produzindo, beneficiando, consumindo. Dessa forma, garantindo a subsistência. Owen sugeria que as sobras fossem trocadas entre as aldeias.

Segundo Singer (2000), há uma articulação entre conceito e fenômeno: a concepção de gestão coletiva dos meios de produção e distribuição material, das formas democráticas de organização do trabalho e divisão igualitária da renda. Elas estão presentes no conceito de Economia Solidária, sendo em parte vivenciadas, hoje, pelos grupos e, de certa forma, também apareciam nos primórdios da revolução industrial, como vemos em Owen e outros teóricos do socialismo utópico, tais como Fourier, Saint Simon, Robert Owen, Michel Bakunin, Peter Khopotrim e Cabet.

Mas teria sido em Rochdale, e com a formação da sociedade cooperativa, que esse ideal mais se aproximou da prática.

Rochdale era uma cidade de tecelões auto-educados, orgulhosos de suas tradições e confiantes no seu valor. Assim, não é de surpreender que tenham sido os trabalhadores de Rochdale os responsáveis por terem a iniciativa da formulação dos princípios que até hoje regem uma sociedade cooperativa. Antes de fundarem a loja ou cooperativa de consumo embrionária (...) os pioneiros haviam percorrido vários outros caminhos: na comunidade Owenista, no movimento Cartista, nos movimentos religiosos e sindicais. É interessante salientar que todos tinham participado das greves de 1842-1844. Com a derrota do movimento grevista decidiram aplicar o dois pences que recebiam por semana do sindicato dos tecelões na fundação de uma loja cooperativa (RIQUE,1999: 03).

Com efeito, os princípios de Rochdale parecem definir o que é uma autêntica cooperativa autogestionária: igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativa (SINGER in CATANI, 2003).

Singer propõe que construamos um diálogo entre esses pressupostos e o conceito de revolução social em Marx, com o objetivo de repensar as possibilidades do socialismo no contexto das experiências práticas da economia solidária:

[...] a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências imanentes do capitalismo, como a concentração da renda e da propriedade, da exclusão social (que toma

a forma predominante do desemprego) e a destruição criadora de empresas e postos de trabalho (SINGER, 1998:19)

Afirma ainda que na Economia Solidária haveria o retorno do ideal da “organização democrática da produção e consumo”, embasada nas práticas originadas do “socialismo utópico”, vendo a “ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”.

O que distingue este novo cooperativismo é à volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento (SINGER, 2002: 111)

### **3.2. A Economia Solidária nos tempos atuais e sua configuração no Brasil**

Como sabemos, o movimento operário conquistou, ao longo do último século, muitos direitos para os trabalhadores que estavam com o contrato formal garantido, como redução da jornada de trabalho e elevação dos salários. Muitos autores apostam que essa foi uma das causas do desinteresse pela autogestão no período correspondente. Ao que consta, tudo isso mudou radicalmente somente a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou o seu retorno. Singer assim descreve o quadro que se instalou nas décadas seguintes:

(...) grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. Isto provocou a desindustrialização dos países centrais e mesmo países semi-desenvolvidos como o Brasil, eliminando muitos milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego em que fosse possível gozar de direitos legais e fazer carreira passou a ser um privilégio de uma minoria. Os sindicatos se debilitaram pela perda de grande parte da sua base social e, conseqüentemente, de sua capacidade de ampliar os direitos dos assalariados. Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a ‘flexibilização’ de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado (SINGER, 2002:110-111).

Como resultado desse processo, ressurgiu com força cada vez maior a Economia Solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada.

Há um consenso por parte da maioria dos estudiosos do fenômeno da Economia Solidária que a sua difusão se deu na crise da sociedade salarial e do estado de bem estar social. Nos anos 90, com o caos do desemprego neoliberal instalado, as iniciativas populares ou projetos alternativos comunitários representavam, portanto, uma aglutinação desse trabalho esfacelado; e o produzir coletivamente, de forma eqüitativa, justa e solidária, o gérmen de resistência a uma situação social instalada com a crise social (SINGER, 2002). A Economia Solidária seria uma estratégia de sobrevivência produzida pelos setores populares, inicialmente com viés econômico de alívio imediato à pobreza e à exclusão, mas com caráter de movimento organizado e com forte poder de persuasão.

Os contornos assumidos pelas iniciativas e atividades da Economia Solidária no Brasil, assim como em outros países da América Latina, estão, portanto, desde sua origem, fortemente vinculados, por um lado, às necessidades materiais e, por outro, aos interesses ideológicos dos trabalhadores. Tais interesses têm sido, em grande medida, norteados pelo princípio da valorização do trabalho humano como fonte de fortalecimento dos vínculos sociais entre os participantes e pelo desenvolvimento dos potenciais criativos, educacionais e culturais dos mesmos. Nos casos em que isso ocorre, os fundamentos principais da Economia Solidária - eqüidade, cooperação e solidariedade - acabam se materializando no cotidiano de trabalho nas cooperativas populares, associações, grupos de produção, mutirões de construção e prestação de serviços, empresas autogestionárias que passaram por um regime falimentar, redes de cooperação, clubes de trocas e outros movimentos que buscam com suas articulações a satisfação das necessidades de seus membros. Devemos admitir, no entanto, que, no embalo desse movimento, muitas práticas que se autodenominam Economia Solidária pouco se diferenciam da proposta capitalista vigente, espelhando a mesma contradição desse modo de produção, ao desenvolver a produtividade excluindo crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios e, em alguns

casos, descumprindo o mínimo necessário em relação à segurança e às condições de trabalho.

No caso de Minas Gerais, esse processo efervesceu a partir de meados da década de 90. Uma série de pessoas, grupos, redes e articulações então constituídos, conjuntamente com seus apoiadores e financiadores, tiveram como balizadores de seu trabalho três propostas claras e politicamente engajadas: a ação pragmática contra o desemprego, uma estratégia de pressão política em relação ao reconhecimento de uma redefinição consistente de políticas públicas para a Economia Solidária e a instauração de novas formas de trabalho e de participação, a exemplo da autogestão.

### **3.3. Os principais atores da Economia Solidária no Brasil e suas ações**

Considerando o acima exposto, constata-se que o fenômeno da Economia Solidária é bastante recente. Mais recente ainda é sua configuração como uma estratégia de luta do movimento popular e operário com possibilidades efetivas de se estruturar em meio a redes de *colaboração solidária*, expressão proposta por Euclides Mance (2000:178) para designar os processos de troca de conhecimentos, tecnologias, experiências e apoio entre os atores sociais envolvidos neste campo. A Economia Solidária tem fortalecido esse perfil no Brasil, especificamente em Minas Gerais, em grande parte devido a uma demanda dos movimentos sociais organizados que pressionam constantemente alternativas que possibilitem acesso dos grupos a políticas públicas de inclusão social e transformação das estruturas e das relações sociais.

As entidades de apoio e fomento que trabalham com a temática da Economia Solidária, considerados atores pioneiros na consolidação desse campo, tentam, a despeito de alguns tropeços, avançar na elaboração de um pensamento que esteja mais próximo das necessidades e das demandas dos grupos sociais, ao lado de ações de acompanhamento e fomento aos grupos incipientes ou já consolidados. Chegando a anteceder a ação dos movimentos sociais organizados,

a igreja e alguns sindicatos deram o pontapé inicial para o surgimento de algumas iniciativas de geração de trabalho e renda e luta contra a miséria: a exemplo dos projetos gestados pela Cáritas Brasileira<sup>12</sup>, que se denominavam PACs (projetos alternativos comunitários) e muitos outros coordenados pelas pastorais sociais (projetos populares de geração de emprego e renda) e algumas ações dos sindicatos, preocupados com os setores atingidos pelo desemprego. Há um destaque na multiplicidade desses focos de ação que vão desde iniciativas emergenciais para a garantia da sobrevivência, até a constituição de grupos organizados coletivamente, objetivando a construção de novas relações sociais de trabalho.

Paralelamente, essas manifestações são acompanhadas, principalmente nos três últimos anos, de propostas governamentais, tanto no âmbito municipal quanto estadual e federal, operacionalizando ações, créditos, assessoria e tecnologia (mapeamento dos empreendimentos em todo o país, programa nacional de feiras e, no âmbito municipal, a criação de centros públicos de apoio) para sua viabilização. Todavia, essas intervenções ainda são incipientes e não estão suficientemente articuladas com outras políticas governamentais.

Assim, se nos primeiros anos de constituição do movimento da Economia Solidária no Brasil predominavam iniciativas pouco organizadas, com reduzida articulação, assessoramento e apoio, nos tempos atuais a realidade é outra.

Nas últimas décadas, constatamos a existência de um número cada vez maior de Empreendimentos Econômicos Solidários (empresas autogestoras, cooperativismo popular, redes de empreendimentos, associações, clubes de trocas, grupos etc), ligados a instâncias de apoio e fomento, como ONGs (FASE, IBASE, PACS, IMS), Universidades Incubadoras, Movimento Sindical (ADS/CUT), além do trabalho já reconhecido da Cáritas e Pastorais. Ao mesmo tempo,

---

<sup>12</sup> A Cáritas desenvolve o PACs desde o início da década de 80, contando para isso com o financiamento de agências de cooperação internacional.

assistimos ao surgimento de uma série de ‘novos atores’, como as ligas e uniões (ANCOSOL, UNISOL, ANTEAG, COCRAB/MST), os fóruns coletivos (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, fóruns estaduais, Rede de Gestores Públicos, Rede de Socioeconomia Solidária etc) e as instâncias governamentais (MTE/SENAES, governos federal, estaduais e municipais).

Outras ações importantes, como a criação de programas e políticas de créditos voltadas para a Economia Solidária, têm acontecido via fortalecimento de bancos comunitários (Banco de Palmas em Fortaleza-CE) e do estímulo à articulação com linhas de crédito existentes, para estes tipos de atividades. Mas estas ações apresentam muitas limitações. A insuficiência de crédito é uma delas, bem como a tradição do aval e de olhar os pequenos com um olhar discriminatório, por parte das instituições financeiras tradicionais. Um dos grandes, desafios não só das SENAES e sim de todo o movimento de Economia Solidária, são as finanças solidárias ou como conseguir crédito para subsidiar os insumos, maquinários e principalmente a formação dos componentes dos empreendimentos.

O “Atlas da Economia Solidária no Brasil” descreve em detalhes os principais aspectos históricos e políticos que funcionaram como ingredientes na configuração do que hoje entendemos por Economia Solidária.<sup>13</sup> Nele encontram-se listados dados referentes à estruturação histórica do campo no Brasil, suas formas de organização, motivo de criação, a dimensão da participação de mulheres e homens nos empreendimentos econômicos solidários, (EES), área de atuação, produtos e serviços, alguns dos principais problemas e dificuldades

---

<sup>13</sup> Pode-se afirmar que a própria realização do mapeamento, que deu origem ao Atlas, é um marco no processo de reconhecimento da Economia Solidária no Brasil. Atendendo a uma demanda do movimento da ES, a Secretaria nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES), em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), realizou um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a Economia Solidária. A idealização do mapeamento teve início em 2003, mas o trabalho foi concluído em 2006, com a publicação do Atlas da Economia Solidária no Brasil, que tem sua versão eletrônica disponível na página do SIES na internet: [www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br). Neste endereço também é possível acessar outras informações nacionais, estaduais e municipais que, em seu conjunto, compõem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

enfrentados pelos empreendimentos, localização e abrangência das entidades de apoio e fomento, atividades realizadas, dentre outras informações.

Assim, importa mencionarmos, ainda que de forma sucinta, algumas das principais considerações teóricas e achados empíricos apresentados por este instrumento.

Em primeiro lugar, o conceito Economia Solidária é compreendido no âmbito do SIES como:

“o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.(...) Em relação a elas destacam-se quatro características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade” (MTE/SENAES, 2006:11).

Outra definição importante é a de Empreendimentos Econômicos Solidários. Estes compreendem as organizações:

- a) coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
  - b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
  - c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicos definidas;
  - d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro local e;
  - e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.
- (MTE/SENAES, 2006:13).

Finalmente, as entidades de apoio, assessoria e fomento são definidas como “aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento”.

(p.13)

A partir de agora faremos alusão aos achados empíricos derivados do mapeamento, tal como relatados no Atlas, enriquecendo nossa explanação com informações derivadas do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

### **3.4. Os Empreendimentos Econômicos Solidários**

Conforme consta no “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, foram identificados, em 2006, 14954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 2274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros)<sup>14</sup>. Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos EES na região nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região norte, 14% na região sudeste, 12% na região centro-oeste e 17% na região sul.

No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida de grupos informais (33%) e organizações cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%).

Os motivos principais para a criação dos EES são: alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%). Dois outros motivos têm destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Essas porcentagens apresentam algumas variações de acordo com as regiões.

Estão associados nos EES mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por EES. A esse conjunto agregam-

---

<sup>14</sup> Encontramos a justificativa no Atlas de que nem todos os empreendimentos existentes, bem como sua abrangência territorial, foram incluídos no SIES devido aos limites e dificuldades encontradas. No entanto, já foi divulgado pela SENAES/TEM que está sendo desenvolvido um trabalho de continuidade do mapeamento.

se mais 25 mil trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-sócios, possuem um vínculo com os EES. No conjunto, a participação relativa dos homens é superior a das mulheres (64% e 36%, respectivamente), mas quanto menor o tamanho do empreendimento, no que se refere à composição do quadro social, maior é a participação relativa das mulheres.

Metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% do total tanto na área rural como na área urbana.

As atividades por eles desenvolvidas resultam numa extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Os mais citados são aqueles relativos às atividades agropecuária, extrativista e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%). Com menor destaque, aparece: produção têxtil e confecções, serviços de coleta e reciclagem de materiais, produção de fitoterápicos, limpeza e higiene, serviços relativos a crédito e finanças, produção mineral (diversa) e outros. Essa produção destina-se predominantemente aos espaços locais (em especial o comércio local comunitário e os mercados/comércios municipais).

Quanto às dificuldades e desafios enfrentados constata-se que 61% dos EES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito e 27% não tiveram acompanhamento, apoio ou assistência técnica.

Passemos, agora, à abordagem dessas três dimensões (comercialização, crédito e apoio) por meio da discussão de algumas propostas, iniciativas e estratégias práticas que têm sido criadas no sentido de lidar com os desafios que elas apresentam aos empreendimentos.

### 3.5. A Comercialização de produtos e serviços: a importância das Feiras Solidárias

Figuras: 1 e 2



Feira Estadual de Economia Popular Solidária realizada em Belo Horizonte na Praça da estação(Representantes dos grupos acompanhados): 2006

Fonte: Arquivos da Pastoral Operária de Minas Gerais

As feiras de Economia Solidária, além de constituírem espaços de exposição e comercialização direta de produtos dos Empreendedores Econômicos Solidários, são também uma rica oportunidade para a efetivação de trocas solidárias, de roda de negócios, de apresentações artísticas e culturais, de informação e formação política em Economia Solidária, articulação de cadeias produtivas, bem como divulgação e estímulo do consumo ético, justo e solidário.

Durante o segundo semestre de 2005, foram realizadas, em todo o país, 18 feiras estaduais de Economia Solidária, indo além de uma meta inicial de realização de 16 feiras.

A SENAES/MTE organizou, no decorrer desse período, um Programa de Avaliação, com aplicação de instrumentos junto a empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos, com o objetivo de investigar o sentido e relevância das feiras como mecanismos de fortalecimento da Economia Solidária, os desafios e avanços relacionados a sua realização.

Os resultados desta avaliação indicam que, na opinião da maior parte dos participantes dos empreendimentos solidários que responderam aos questionários (70%), as feiras contribuem para a formação social e política e também para a melhor compreensão da Economia Solidária. Resumidamente, os aspectos positivos mais citados foram: a capacidade das feiras de promoverem integração, articulação e fortalecimento dos EES. Divulgação, estrutura, organização e formação, de modo geral, se apresentam como os principais desafios. Conforme os dados coletados nessas 18 feiras e disponibilizados pelo programa, temos os seguintes indicadores: metade dos empreendimentos econômicos solidários se formou a partir de 2002 e entre os anos de 2000 e 2002, quando surgiram 25%. Predominam nas feiras os grupos informais (30%) e associações (30%). Cooperativas apresentam um pouco mais de 10%. O artesanato é a atividade de cerca de 1/3 dos grupos, alimentação de 15% e decoração, confecção, bijuteria e reciclagem variam entre 9% e 11%.

Declararam integrar redes de produção, comercialização e troca, cerca de 25% dos abordados e 35% afirmaram não integrar redes, ainda que 50% afirmassem ter recebido apoio de entidades de assessoria e fomento. No tocante à avaliação das feiras como espaços de exposição do empreendimento e de comercialização da produção, 40% acharam o papel cumprido pelas feiras nesse sentido como razoável. Em relação ao público, ou volume de público visitante, 20% consideraram bom e outros 20% consideraram ruim. Em relação à formação social e política, cerca de 70% afirmaram ter participado de oficinas e/ ou seminários e estes dados confirmam a importância das feiras em promover a articulação, integração e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, visto que a divulgação, estrutura, organização e formação, de um modo geral, apresentam-se como os principais desafios (PROGRAMA DE FEIRAS, 2005).

Todavia, a comercialização ainda é um obstáculo para os grupos, pois, conforme o Atlas da Economia Solidária no Brasil, mais da metade dos empreendimentos destinam sua produção predominantemente aos mercados locais ou comunitários

e municipais. Somente 7% conseguem vender seus produtos no território nacional e 2% realizam comércio com outros países. Mas, hoje, o movimento trabalha com o programa nacional de feiras e já se discute a estruturação do sistema nacional de comércio justo, via articulação de cadeias produtivas entre os empreendimentos. Um exemplo claro de cadeia bem sucedida é a do algodão ecológico, que engloba o plantio e coleta no nordeste, passando pelo beneficiamento e fiação em São Paulo, por empresas autogestionárias, e confecção no sul do país, via empreendimentos econômicos solidários.

### **3. 6 O Movimento do comércio justo e do consumo consciente**

O movimento do comércio justo e do consumo consciente surgiu há mais de 30 anos na Europa, com a finalidade de mobilizar a população contra o jogo comercial do ganha-perde entre os ricos e os países pobres. Nesse jogo, os ricos sempre ganham e os pobres perdem. O movimento, dentre outras ações, começou a denunciar as empresas que exploravam os recursos naturais dos países pobres, a mão-de-obra barata de mulheres e homens e o trabalho infantil. A partir de então, o conceito de comércio justo vem sendo construído com o objetivo de criar uma nova abordagem das relações comerciais. Nessa abordagem, a relação entre quem produz e quem consome pautam pelos valores da justiça social, solidariedade e preservação do meio ambiente. A idéia é reverter o jogo ganha-perde para o do ganha-ganha.

Uma das concepções da prática da Economia Solidária está intimamente ligada ao consumo solidário que é um processo de conscientização de parte da população consumidora, ainda de compreensão um pouco difícil. Conforme Mance, o consumo solidário pode ser entendido como:

Consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: a) realizar o seu livre bem viver pessoal; b) promover o bem- viver dos trabalhadores que elaboram, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço; c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidárias. (MANCE, 2003: 44)

O consumo solidário dá preferência aos produtos e serviços da Economia Solidária que substituem os produtos das grandes empresas. As grandes empresas, em sua maioria, não têm compromisso com a preservação do meio ambiente e exploram seus trabalhadores. Em contraposição, o consumo solidário é praticado com intenção de provocar a geração de postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, assegurando-lhes condições dignas de vida. Dessa forma além de contribuir para a melhoria do padrão de vida de todos, contribui para o egresso de um maior número de pessoas no processo produtivo, via redes solidárias, consolidando a noção de consumo solidário, relacionado à preservação do meio ambiente.

### **3.7 O movimento das Finanças Solidárias: novas possibilidades de acesso a crédito**

As finanças solidárias constituem-se um esforço de setores sociais normalmente atentos à problemática dos padrões de desenvolvimento, que tem por objetivo viabilizar a utilização de recursos econômicos, por meio de instrumentos financeiros, de forma a incidir na redução da pobreza, no mundo. Busca contemplar ainda a perspectiva do desenvolvimento ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo em que pretende oportunizar meios de emancipação social às comunidades envolvidas nos projetos financiados. Neste sentido, tem como referência o movimento maior da Economia Solidária, em que se insere ao mesmo tempo como partícipe e fator de impulso. Na concepção de COELHO (2003), a questão das finanças solidárias é entendida como sendo um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores; configurando novas regras e novos marcos legais; insere-se como elemento central destas relações de força e poder a moeda. Em particular, no caso das finanças solidárias, ela assume uma dimensão de meio de pagamento, funciona como forma de operacionalizar um sistema de garantia e de crédito, ou ainda como reserva de valor no caso de poupança ou seguro (COELHO, 2003:154).

Apesar de relativamente pouco conhecido, o movimento de finanças solidárias possui um lastro histórico de cerca de dois séculos, se buscarmos suas origens no cooperativismo de crédito inspirado nos movimentos de Rochdale. Ao longo deste período, assumiu diversas formas organizacionais e diversificou as modalidades de sua intervenção. Nos anos recentes, principalmente a partir dos anos de 1970, especialmente com a repercussão de experiência do desenvolvimento do microcrédito em Bangladesh, de constituição do Graemen Bank, sob a liderança do professor Mohammed Yunus, este tipo de movimento passou a ser mais conhecido e estudado. Dentre os tipos das organizações de finanças solidárias, podemos citar: Cooperativismo de crédito; Organizações de microcrédito e microfinanças; Bancos comunais (ou comunitários); Fundos solidários; Moedas sociais; Bancos alternativos; Sociedades de garantia; Redes de estudo, intercâmbio de experiências e de fomento.

Em países asiáticos latino-americanos ou europeus, os movimentos de finanças solidárias têm importante impacto no seio das comunidades mais empobrecidas, bem como muito maior dinamismo nas condições de operação, em função de maior flexibilidade legal. Mesmo o crédito popular é costumeiramente envolto por relações de compadrio e de amizade. É o fiado, a caderneta da mercearia, o empréstimo do nome. Sobre esta base a rede varejista estabeleceu o crediário para aquisição de bens de consumo. Em muitas empresas, ou repartições públicas os funcionários desenvolvem consórcios informais de dinheiro como mecanismo de ajuda e poupança mútua.

No Brasil, o movimento das finanças solidárias é muito recente e só se expandiu a partir dos anos 90, tendo como referências as experiências de microcrédito da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE); instituição de crédito PORTOSOL sediada em Porto Alegre; do VIVACRED, no Rio de Janeiro; Sistema Nacional de Cooperativas de crédito da Economia Solidária (Sistema Ecosol), com sede em São Paulo e do Banco Palmas, em Fortaleza.

Conforme COELHO (2003), as ações de microcrédito e de finanças solidárias já se constituem em um sistema de apoio alternativo às redes locais, ao fortalecimento de cadeias produtivas, às cooperativas e associações de produtores de comércio justo, à garantia de um sistema de compras solidárias e aos sistemas populares de poupança e seguro voltados para as necessidades básicas da população como saúde, educação, habitação ou necessidades imediatas não previstas. É o caso de auxílio a funeral de parentes, onde as famílias são obrigadas a situações constrangedoras de coleta de recursos (COELHO:2003). Possui ainda desenvolvimento relativamente incipiente, por motivos diversos, dentre os quais podemos citar, especialmente, a ausência do hábito de poupança na população e uma série de impedimentos legais à constituição das cooperativas de crédito e à captação da poupança por instituições que não estejam incorporadas ao Sistema Financeiro Nacional.

No caso do crédito produtivo popular, que se apresenta como novidade, o desafio é ter o pobre como empreendedor, ator econômico. Só a partir dos anos 90, como estratégia de combate à exclusão social, é que, no Brasil, começa a se ampliar o debate sobre Economia Solidária e as práticas do crédito produtivo ou microcrédito. Isto num cenário de estagnação econômica, de ampliação do desemprego e de informalidade das atividades econômicas mais populares no contexto da reestruturação produtiva, onde as novas tecnologias potencializam o uso da mão-de-obra, propiciando que empreendimentos desenvolvam-se com um, dois, ou poucos trabalhadores.

Difícilmente um grupo ou setores populares conseguem recursos via instituições de crédito ou fomento tradicionais. O enfrentamento da perversidade sistêmica da globalização acontece por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica ao sistema, pela conformação de grupos de pressão política contrários aos ditames da atual ordem sócio-política e econômica e pelo desabrochar de práticas sociais contra-hegemônicas. Assim, por exemplo, o desenvolvimento de práticas de

democracia direta e participativa para enriquecer e questionar os limites da democracia representativa. Do mesmo modo, na economia, pelo crescimento das formas autogestionárias e cooperativas de produção, pelo consumo consciente, ambiental e socialmente justo.

### **3.8 As entidades de apoio, assessoria e fomento**

De acordo com os dados disponibilizados pelo Atlas (SIES), foram identificadas 1120 entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária – EAFs no Brasil.

Entre os tipos de atividades desenvolvidas por elas, predominam as de formação (39,5%) e as de articulação/mobilização (34,7%)

Mais da metade das EAFs tem abrangência municipal (37%) ou intermunicipal (20%). Aquelas cuja atuação abrange o território nacional correspondem a 10% do total. Quanto à forma de organização, há uma predominância das organizações não governamentais com natureza jurídica de associação (46%), seguida das fundações (13%) e oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) com 12% no total.

Do total de organizações, 43% afirma não possuir nenhum tipo de vínculo com outras organizações políticas e sociais. Destaca-se o vínculo com instituições religiosas (24%), seguido pelo movimento sindical (11,7%).

As EAFs mais tradicionais são a FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, com início das atividades em 1961; o IBASE- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, fundado em 1981, e a Cáritas Brasileira, fundada em 1956. As organizações que têm dado “novo fôlego” ao setor, são as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPS), vinculadas às universidades e à Rede Unitrabalho (a primeira ITCP foi fundada em 1994). A central única dos Trabalhadores (CUT) também fundou uma agência de desenvolvimento solidário em 1999, a ADS. Os Empreendimentos Solidários

também criaram suas próprias entidades, tais como: a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), em 1994. A UNISOL-Brasil, de 2004 (A UNISOL- Brasil surgiu da UNISOL, fundada em 2000, cuja atuação se restringia ao estado de São Paulo). A CONCRAB (Confederação de cooperativas de reforma agrária), fundada em 1992, União Nacional das Cooperativas da agricultura familiar e Economia Solidária (UNICAFES), fundada em 2005.

Dentre as entidades de apoio atuantes em Minas Gerais lembramos o IMS- Instituto Marista de Solidariedade, a Cáritas Regional Minas Gerais, a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT - ADS, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, ligadas às universidades e a Pastoral Operária de Minas Gerais (que acompanha os grupos abordados neste trabalho). Esta última contribui, desde 1995, com assessoria e fomento aos grupos populares e de EPS em 16 cidades de Minas Gerais: Cataguases, Ubá, Ponte Nova, Ouro Preto, Varginha, Três Corações, Uberlândia, Santa Luzia, Betim, Ibitité, Belo Horizonte, Montes Claros, Bocaiúva, Buritizeiro, Pompeu e Ipatinga.

### 3.8.1 A Pastoral Operária de Minas Gerais, uma entidade de apoio e fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários : Breve histórico

Figura 3



Encontro Estadual de Avaliação e planejamento das atividades da Pastoral Operária de Minas Gerais ocorrido em Belo Horizonte:2006

Fonte: Arquivos da Pastoral Operária de Minas Gerais

Durante a década de 60, o sistema de produção capitalista desenvolvido principalmente na Europa e Japão migrou com suas idéias e propostas para a América Latina e, de modo especial, para o Brasil. O conflito entre capital e trabalho era premente. O movimento sindical mundial lograva êxitos nos campos econômico, social e político. As lutas operárias no Brasil acirraram e os movimentos sociais de esquerda marcavam presença, pois muitas conquistas no mundo do trabalho careciam de ser construídas. O 13º salário, ou gratificação de natal, foi instituído no Brasil em 13 de julho de 1962, representando uma batalha vencida pelos trabalhadores. Porém, no auge do regime militar, muitos acabaram pagando com a prisão. (ROSSI, 2004)

Não é novidade o envolvimento, ocorrido nesse mesmo período, de parte considerável da igreja católica com os movimentos sociais no Brasil, especialmente o movimento operário, movimento do campo e movimento por locais de moradia. As comunidades Eclesiais de Base - CEB's - são "pequenos grupos de natureza religiosa e de caráter pastoral, organizados em torno da paróquia (urbana) ou a capela (rural) por iniciativa de leigos, padres e bispos." (BETTO, 1981:16).

Os documentos de Medellín definem as CEBs como um grupo homogêneo e com uma dimensão tal que permita o trato pessoal fraterno. Constitui o primeiro e fundamental núcleo eclesial, uma célula inicial de estruturação eclesial, foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento (BOFF, 1978:52)

No final da década de 70, as manifestações sociais tomaram grande impulso no Brasil. Os trabalhadores da Ford entraram em greve geral durante uma semana; dez mil pessoas pararam na Volkswagen e quase 70 mil pararam no ABC Paulista. Muitos dirigentes, delegados sindicais combativos, foram cassados, torturados e perseguidos, sem contar os sindicatos combativos populistas que foram incendiados e fechados (Rossi, 2004)

Para substituição dos cassados os militares nomearam interventores. Ficou notório o caso de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, que chegou a dirigir o estratégico sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, sendo o mais importante da América Latina. A oposição sindical se articulou para tirá-lo do sindicato após seus dez anos de mandato.

Em 1967, dentre as primeiras experiências de oposição sindical nessa fase nova do movimento operário podemos destacar: a oposição de São Paulo, a de Osasco e os metalúrgicos de Contagem, Minas Gerais. Essas oposições foram exitosas. Com esses movimentos ocorreu a implantação de vários núcleos de oposição sindical pelo país afora. A base e razão de ser dessas oposições eram os diversos núcleos de trabalhadores nos locais de trabalho.(ROSSI, 2004)

Nessa época, não só o movimento operário crescia. Os movimentos de resistência ao arrocho salarial e às péssimas condições de vida levavam as pessoas a formarem uma consciência crítica perante a realidade vivida e se engajarem nos nascentes movimentos. Jornais de bairros, os popularmente conhecidos mosquitinhos, como eram chamados os jornais dos sindicatos, incitavam as formas de organização popular. Eram inúmeras as reivindicações e movimentos: associações de moradores, comissões de ruas, assembléias nos bairros, mutirões, ocupações de terrenos. A forma de mobilização via faixas, cartazes, passeatas, abaixo-assinados, audiências com autoridades acontecia por todos os lugares e a demanda era crescente: canalização de valas, limpeza, transporte coletivo, creches, segurança e postos de saúde. Um dos pontos de reivindicação estava relacionado à falta de equipamentos de consumos e coletivos urbanos, mas havia um total descaso dos governantes.

De uma forma ou de outra, o governo estava sendo chamado a rediscutir a abertura política, o que, agregado às várias mobilizações de setores das classes populares e movimentos sociais, tornava aquele momento marcado por tensão e disputas. Assim, o trabalho via Comunidades Eclesiais de Base – CEB's estaria não só preparando o povo como uma força viva articulada nos movimentos, mas, sobremaneira, conferindo ao povo a legitimidade de ator central na tomada de decisões, de baixo para cima, de modo a criar condições para a construção de uma autonomia em relação ao estado e aos partidos políticos. Segundo ROSSI (2004), é inegável o papel exercido pela igreja, representada pelos setores progressistas, enquanto contribuinte na organização dos movimentos sociais, desde a gestação e acompanhamento nos anos de chumbo.

Vários trabalhos sobre a atuação de cristãos nos movimentos sociais ou organizações durante a ditadura militar foram produzidos. Investigações como as de Hamilton Faria (A experiência Operária nos anos de resistência, 1986), Vera S. Telles (A experiência do autoritarismo, 1984) e Eder Sader (Quando novos

personagens entram em cena,1988), tornaram-se clássicos ao buscar refletir acerca da participação de militantes católicos naqueles processos.

A Pastoral Operária surge, nesse contexto histórico, como serviço organizado da classe trabalhadora, mais especificamente, da classe operária. Já no momento em que surge, eminentemente urbana, a pastoral procurou responder aos desafios vindos dos grandes centros industriais. A PO foi um dos grandes instrumentos de força nas greves e nos diversos movimentos de lutas dos trabalhadores por seus direitos. Funcionando como facilitadora da articulação dos trabalhadores, contribuiu para o nascimento de centrais sindicais e para a resistência dos partidos de esquerda. Os principais assuntos contemplados nas discussões então facilitadas por esta entidade eram os desafios do mundo trabalho, fruto de uma realidade social de exploração do capital sobre o trabalho e desfiguração e alienação do trabalhador, e as exigências evangélicas de transformação da sociedade. A própria escolha de seu nome – Pastoral Operária – indicava isso: uma proposta radical comprometida com aqueles que só tinham sua força de trabalho. Naquele momento, fazer opção pelos pobres era fazer opção pelos trabalhadores (as); era comprometer-se com os operários e assumir as conseqüências: condenar as injustiças, conhecer a realidade, denunciá-las, unir, apoiar e animar os trabalhadores. Essas foram as justificativas de um setor social nascente na conjuntura da igreja naquele momento. Nasce assim, em âmbito nacional, uma pastoral ligada à luta dos trabalhadores urbanos, com representação também em Minas Gerais (com bases em Uberlândia, Ipatinga, Montes Claros, Ubá, varginha e Região Metropolitana de Belo Horizonte).

Paralelamente ao trabalho da PO, e identificado à proposta desta, surge, em meados da década de 60, um forte movimento de militância pastoral e sindical coordenado por militantes da JOC (Juventude Operária Católica, hoje MTC-Movimento dos Trabalhadores Cristãos).

A proposta dos militantes era, via movimento pastoral e sindical, ser um perseverante e firme trabalho de base, com intenção de levar a classe operária a perceber criticamente a realidade social da época. O momento histórico estava marcado pela ditadura militar e pela estrutura sindical fascista, mas crescia a luta por melhorias nas condições de trabalho, salários mais dignos.

Esse era o campo perfeito para ensejar mudança dentro e fora da igreja. O Vaticano II, com as conferências de Medellín e Puebla contribuíram e muito para a consolidação de movimentos de Ação Católica nos campos operário, agrário e universitário: JUC, JOC e JAC. A teologia da libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, se fez contraponto ao movimento da elite e dos militares, ao discutir a questão do engajamento sindical, a necessidade de mudanças nos locais de trabalho e moradia e a importância da organização dos indivíduos em associações de moradores e sindicatos.

Com base na articulação desses movimentos citados no âmbito da igreja católica, foi constituída oficialmente, em 1970, a Pastoral Operária; com atuação nas fábricas, nas comunidades de base e nos movimentos populares. O sistema de organização era a nucleação, ou seja, a formação de pequenos grupos que se reuniam para debater questões relativas ao mundo do trabalho, buscando entender suas causas estruturais e a viabilização de ações individuais e coletivas de enfrentamentos possíveis. Assim como a experiência da Pastoral Operária, surgiram outras, como: a pastoral da saúde, da educação, da moradia, do menor, dos moradores de rua e outras. Sai a igreja e entra a história dos trabalhadores, com a migração de trabalhadores rurais para as cidades. E o grande desafio era arregimentar esses trabalhadores seduzidos por salário, condições de trabalho diferentes da roça, um trabalho menos penoso, e com outros direitos até então desconhecidos: assistência médica, férias e 13º salário. Mas a intenção da elite e do patronato era de ter um trabalhador sem a consciência política aguçada. Eram muito sedutoras as investidas do capital e as organizações precisavam ter

argumentos e convencimentos bem sólidos para justificar as organizações e as bandeiras de lutas.

No início da década de 80, tínhamos no Brasil uma classe operária numerosa, com mais de 10 milhões de trabalhadores na indústria; e quase a mesma quantia de assalariados rurais (bóias-frias, diaristas, assalariados rurais etc).

A indústria recém instalada, principalmente no centro sul do país, produzia desde fubá até química fina, maquinaria pesada, indústria bélica, ferramentas de controle numérico etc.

O movimento operário que renasceu na década de 80 teve um papel importantíssimo na criação de uma oposição metalúrgica paulistana e essa já vislumbrava a criação de uma central a CUT- Central Única dos Trabalhadores. Em 1981 realiza-se, em Praia Grande/São Paulo, a conferência nacional das classes trabalhadoras (CONCLAT). Era o embrião da nova central que, em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, cria forma e dá origem a CUT- Central Única dos Trabalhadores.

Nos anos 90, a realidade era outra. O sistema capitalista entrou em crise de super produção, as formas de exploração tornaram-se mais sutis e perversas, utilizando o sistema industrial e o acúmulo de capitais para atender seus interesses; surgem os problemas do desemprego estrutural e da precarização crescente. A classe operária parece estar diminuída.

Em face disso, a Pastoral Operária também mudou e essa adaptação permitiu a consolidação de seu trabalho político-social. (Rossi,2005). Todo movimento existe em função de uma demanda ou um problema; o desemprego é um problema que a Pastoral Operária de Minas Gerais sempre assumiu, mas com o acirramento da conjuntura, ele se torna prioritário, assim como o trabalhador informal das periferias das grandes cidades passa a ser o público prioritário. A PO passa,

então, a focar o assessoramento a grupos de geração de renda e movimentos populares, a articulação de grupos em fóruns e redes.

### **3.8.1.1 Os Processos Formativos Populares na Pastoral Operária de Minas Gerais**

Como vimos, a preocupação com a facilitação de processos formativos dos trabalhadores sempre fez parte da história da Pastoral Operária, ora como constatação problemática, ora como proposta de articulação. Na assembleia nacional de 1984, os delegados estaduais fizeram algumas reflexões sobre a situação da formação na Pastoral.

Constatou-se que seria preciso definir e aperfeiçoar o trabalho de formação. Estava claro que não se tratava apenas de planejar alguns cursos, alguns encontros, alguns livros ou outro tipo de material pedagógico, mas sim de pensar, no global, um processo de capacitação dos trabalhadores envolvidos no movimento operário, popular e político. (PASTORAL OPERARIA NACIONAL, 1987)

Em 1985, foi criada uma equipe de formação composta por representantes de vários estados, com o intuito de colaborar no processo de discussão e construção de propostas que contemplassem essa questão. Importa esclarecer que não se tratava de uma equipe com caráter deliberativo ou de direção, mas militantes que buscavam aprofundar a discussão de determinados temas.

Para a PO estava claro que a formação fundamental não era a do tipo episódica, que se dá durante cursos ou encontros.

A formação principal e fundamental tem que ser colada na prática; isto é, o processo de partir da prática do militante e do grupo, de se rever, se analisar esta prática e as circunstâncias que envolvem, refletir seus significados num contexto mais amplo e se planejar a continuidade da ação, modificada pela avaliação. (PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL, 1987)

Nos encontros nacionais e assembleias da PO, nos quais eram feitas as avaliações dos trabalhos realizados, havia a insistência para que a formação fosse

mais sistemática, processual e abordasse os vários níveis de engajamento e capacitação dos militantes. Na intenção de atender a essas demandas, a equipe de formação propôs um plano de formação para a PO. Este plano consistia em linhas mestras de ação formativa. A assembléia de 1985 aprovou o plano que tinha em sua estrutura, além dos valores teológicos e evangélicos (de cunho e caráter eminentemente pastoral), o amadurecimento da opção e engajamento do trabalhador cristão no movimento operário e político, na intenção de levar a igreja a assumir as lutas dos trabalhadores. Abordava a consciência de classe na premissa de capacitar os trabalhadores; para que tivessem uma visão crítica, independente e global da realidade. No movimento político-partidário tinham a intenção de:

Capacitar esses trabalhadores envolvidos para o engajamento, serem capazes de escolherem seu engajamento e colaborar livremente para que a classe faça sua caminhada no sentido de acabar com a exploração e construir a nova sociedade; dar formação e informação; capacitar para ser formador; capaz de assumir as lutas dos trabalhadores, a entender que a construção do reino se dá a partir do processo de transformação social e a se comprometer concretamente. (PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL, 1987).

A metodologia de formação dos militantes era feita a partir dos grupos de base (grupo local), donde se fazia a RVO – Revisão de Vida Operária. A RVO é um método que segue a dinâmica (PTP) – Prática Teoria Prática. Os aprofundamentos dos assuntos levantados nos grupos se davam em cursos, seminários, encontros, sempre usando um método que parte da realidade, da prática, acrescentando a teoria (reflexão sobre a prática e informação) adequada, para poder dar novos passos na prática. Assim, a formação se materializava num processo contínuo, ligando a vida dos militantes, seu engajamento e seu aprofundamento teórico. As experiências de formação vivenciadas no cotidiano devem ser também instrumentos de formação. O processo de construção do saber não se limita a um lócus específico (a escola como exemplo) acontece no cotidiano dos sujeitos, da forma que suas experiências possam ser elementos de reflexão, de sistematização, auxiliando como exemplo para as práticas seguintes.

As práticas formativas da PO caminham em direção e com interesses voltados para a educação popular engajada. A prática pedagógica da Pastoral Operária ( prática pedagógica e de trabalho popular, com o povo), pode-se dizer, “faz parte da chamada Educação Popular” (BRANDÃO, 1981:9).

Esta proposta tem ainda sua linha de trabalho voltada para os interesses da classe que abrange uma determinada parcela da população, considerada popular. No caso da PO, o público-alvo é a classe operária (os desempregados, os sub-empregados, os lumpemproletariados).

Atualmente a Pastoral Operária de Minas Gerais trabalha com recursos de cooperação internacional de Misereor/KZE e MZF – Missão Central Franciscana, ambas com sede na Alemanha e com recursos de agências nacionais como CESE- Coordenadoria Ecumênica de Serviços e FASE – Federação de Órgãos para a assistência Social e Educacional e capacitação. Com as agências da Alemanha são projetos trianuais, com planejamentos por grupos e financiam além dos cursos, reuniões de acompanhamentos denominadas de monitoramento e avaliações sistemáticas dos trabalhos e com as agências nacionais são projetos pontuais. Possibilitam a participação dos componentes dos grupos acompanhados em fóruns, cursos de capacitação e aprimoramento, bem como feiras de divulgação dos trabalhos. A proposta de acompanhamento a um grupo determinado é por três anos, sendo que se pode, dependendo do andamento do grupo, prorrogar para seis anos, até que o grupo consiga atingir a meta estabelecida.

A PO/MG, além do trabalho de formação em gestão, trabalha o que denomina de linhas transversais que são: gênero, políticas públicas, meio-ambiente, relações inter-pessoais. E, em relação à operacionalização do acompanhamento dos grupos, há uma equipe de apoio técnico, com dois profissionais, que percorre durante todo o ano as cidades nas quais os empreendimentos estão sediados. Há também a implementação de uma capacitação técnica (costura, artesanato e

fabricação de produtos: limpeza e pães...), para a qual são contratados profissionais para ministrarem os cursos ou articula via fóruns profissionais da área específica, como padeiros, químicos, costureiras etc.

O processo de aprendizagem subjaz o processo de trabalho presente nos grupos de Economia Popular Solidária e pode ser percebido em momentos distintos:

- a) o compartilhamento de saberes no cotidiano dos locais de trabalho, onde uma pessoa que sabe ensina para a outra ou todas procuram aprender e aprimorar esses aprendizados.
- b) a troca de experiências na articulação com outros grupos afins, com compartilhamento de informações e integração social.
- c) a participação em cursos ministrados pela PO/MG ou articulados com outras entidades do Fórum Mineiro de EPS.

Há também o atendimento da demanda dos grupos por formação mais técnica, com cursos práticos mais voltados às necessidades do cotidiano (como etiquetar um produto, preencher uma bobina da máquina de costura, calcular o preço de custo de uma camiseta ou de um artesanato etc).

Destacamos que a estruturação dos grupos ainda é simples, sendo que poucos são registrados formalmente, são compostos por 4, 5 ou 6 membros e em sua maioria mulheres, conforme a foto abaixo revela.

Figura 4

Curso de Formação com os Grupos de Cataguases (Zona da Mata Mineira):2006



Fonte: Arquivos da Pastoral Operária de Minas Gerais

Já esta outra foto retrata os trabalhadores durante um curso, em varginha, sobre cooperativismo e autogestão. Este curso foi fruto de um intercâmbio campo-cidade assessorada pela PO/MG e organizada localmente pelo MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Pastoral Operária local e o grupo de produtos de limpeza Rio Verde.

Figura 5

Curso Sobre Cooperativismo e Autogestão – Varginha (Sul de Minas Gerais):2005

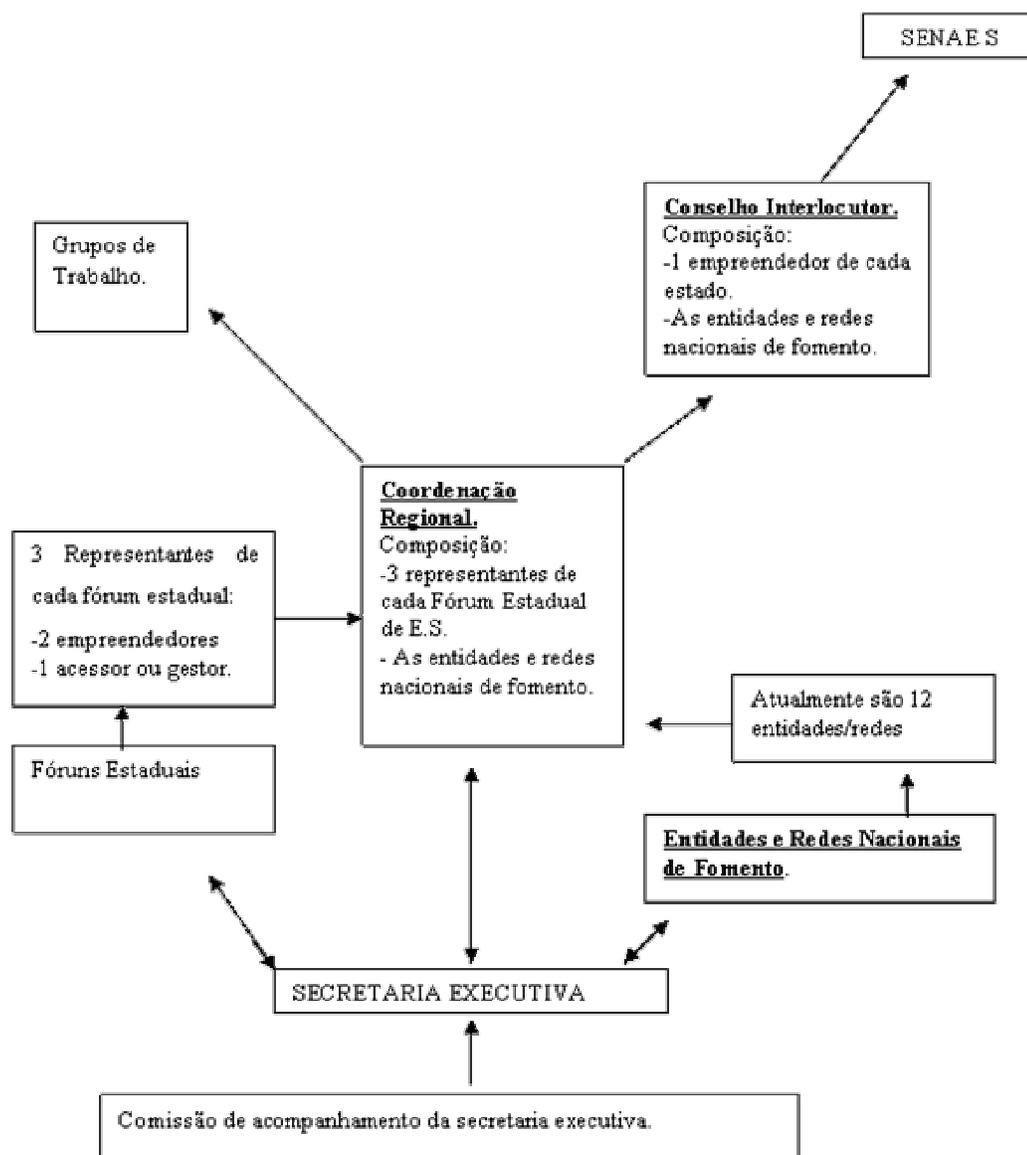


Fonte: Arquivos da Pastoral Operária de Minas Gerais

### 3.9. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Figura 6

*ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO FÓRUM BRASILEIRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.*



O Fórum Brasileiro de Economia Solidária tem sua estrutura de funcionamento representada no diagrama acima. Consiste, fundamentalmente, na articulação entre três segmentos do movimento de EPS: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos. A sua principal instância

de decisão é a Coordenadoria Nacional, que é composta por representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GT Brasileiro), além de três representantes por cada estado que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária. Destes três representantes por estado, dois são empreendedores e um é assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional se reúne duas vezes ao ano.

O *Conselho Interlocutor* faz a interlocução do movimento de Economia Solidária com a *Secretaria Nacional de Economia Solidária*, e compreende uma parte da Coordenação Nacional: as entidades e redes nacionais de fomento e *um representante de cada estado (deve ser um empreendedor)*.

Há uma secretaria executiva apoiada por uma comissão de acompanhamento, composta por membros da Coordenação Nacional. A finalidade dessa secretária é : dar suporte aos trabalhos do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos.

Os Grupos de Trabalho (GT's) existem conforme a demanda de ações específicas do FBES, e para o avanço na implantação da Plataforma da Economia Solidária. Os GT's são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal e Relações Internacionais. Este último cuidou de todo o processo de atuação da Economia Solidária no Fórum Social Mundial – FSM realizado em 2005.

Com o intuito de garantir a articulação entre os três segmentos do movimento de Economia Solidária (entidades de apoio e fomento, gestores públicos e empreendimentos solidários), o FBES está estruturado por uma Coordenação Nacional, uma Coordenação Executiva, uma Secretaria Executiva Nacional, os Fóruns Estaduais de Economia Solidária, as Entidades e Redes Nacionais de Fomento e os Grupos de Trabalho (GTs) da Economia Solidária.

A principal instância de decisão do FBES é a Coordenação Nacional, que é composta por representantes das 16 entidades e redes nacionais de assessoria, e de 3 representantes de cada um dos 27 estados do país. Destes 3 representantes por estado, 2 são empreendimentos/grupos e um de assessoria ou gestor público. A coordenação nacional totaliza então, 97 participantes (27 x 3 +16), e encontram-se duas vezes ao ano. Na gestão política do dia-a-dia, relação com outros movimentos e com a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), relação com as demais secretarias e ministérios do Governo Federal, há uma Secretaria Executiva composta de treze pessoas. Sete delas são representantes de empreendimentos, sendo assim: (dois do norte, dois do nordeste, e um representante de cada região restante) 5 representantes das entidades e Redes Nacionais de Promoção à Economia Solidária, e um representante da Rede de Gestores Públicos. E para dar suporte a todos o trabalho do FBES, viabilizar a comunicação e operacionalização dos eventos, seminários e reuniões, tem-se uma Secretaria Executiva Nacional.

### **3.9.1. Os Grupos de Trabalhos (GTs) do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**

De acordo com ações e demandas do movimento de Economia Solidária, tornou-se necessária a criação de Grupos de Trabalho Temáticos da Economia Solidária. Sua natureza é de cunho predominantemente técnico e operacional. São compostos por membros da Coordenação Nacional e entidades ou especialistas com conhecimento reconhecido no tema, indicados pela Coordenação Nacional e Secretaria Nacional de Economia Solidária. Trata-se, portanto, de instância mista (governo e sociedade), de grande importância para o FBES e para a SENAES. Os grupos devem se submeter à Comissão de Acompanhamento, ao cronograma de atividades e ao relatório final, prestando esclarecimento à Coordenação Nacional acerca de seus trabalhos. Além disso, têm a missão de aprofundar debates levantados pela Coordenação Nacional do FBES e/ou SENAES, elaborar

propostas de ação e, eventualmente, contribuir com a execução das ações propostas.

#### Características comuns a todos os GTs:

GT é um exercício de interlocução entre o acúmulo de práticas, as demandas e proposições do movimento junto a áreas governamentais responsáveis pela política específica de governo, articuladas pela SENAES, para encaminhar políticas. Esse exercício dos GTs foi imprescindível para a criação do Conselho Nacional e para a operacionalização das câmaras setoriais o que significará paulatinamente a institucionalização dos GTs;

O GT ainda é um espaço de articulação, sistematização, apropriação das práticas do movimento, no sentido de socialização do seu acúmulo, para torná-lo visível frente ao próprio movimento e frente ao governo. Recolher as práticas é uma das suas tarefas. Por isso, os participantes devem estar relacionados com as práticas da Economia Popular Solidária;

No sentido de sistematizar as práticas mais avançadas e devolvê-las para o conjunto, orientando os coletivos que se propõem a praticá-las. Por isso deve ter participantes com habilidade de sistematização e acúmulos sobre os temas;

O GT é um espaço de articulação e reflexão sobre cada tema no sentido de avançar em proposições de Políticas. Por isso deve ter participantes que se disponham a organizar propostas de políticas, negociá-las com as forças de governo ou da sociedade civil, animar os debates do movimento;

Durante o ano 2005/2006 os GTs prepararam subsídios para "alimentarem" a mobilização e debates das Conferências Estaduais e Nacional;

Os GTs devem conter, na medida do possível, sem detrimento das atribuições anteriores, a participação dos segmentos que compõem o FBES, bem como uma certa distribuição regional de seus participantes.

Existem oito (08) Grupos de Trabalho Temáticos em funcionamento: Comunicação; Mapeamento; Marco Jurídico; Políticas Públicas; Produção, comercialização e consumo solidários; Relações Internacionais; Finanças Solidárias; e Formação. Na coordenação dos trabalhos estão as entidades nacionais que atualmente são 16 entidades e redes nacionais, que se articulam nacional e internacionalmente em prol do avanço do movimento de Economia Solidária.

As Entidades Nacionais são:

ABCRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito;

ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário;

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão;

Cáritas Brasileira;

ECOSOL - Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária;

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional;

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômica;

IMS – Instituto Marista de Solidariedade;

ITCPs – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares;

Concrab – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra;

PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul;

RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária;

RBGPES - Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária;

Rede UNITRABALHO;

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária;

UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários;

### **3.10 Os Fóruns Estaduais de Economia Solidária**

No Brasil, os Fóruns Estaduais de Economia Solidária estão organizados em 25 dos 27 Estados, sendo que nos 2 restantes já possuem articulações estaduais que estão em vias de constituir seus Fóruns Estaduais. Há uma articulação entre os Fóruns estaduais, o Fórum Brasileiro e as SENAES. No caso de Minas Gerais existe o FMEPS- Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e tem como objetivo a integração das diversas ações do movimento em todo o estado.

Os Fóruns Estaduais garantem a capilaridade e organicidade do movimento de Economia Solidária no Brasil, consistindo em espaços de articulação dos três segmentos (empreendimentos, entidades de assessoria e gestores públicos) com formas diferenciadas de funcionamento, de acordo com as especificidades de cada estado. Há Fóruns Estaduais em graus muito diferentes em organização interna e estruturação, que variam desde estados onde estão sendo criados Fóruns Regionais e Municipais dentro do estado, até estados em que o movimento ainda está dando seus primeiros passos de articulação e mobilização. Normalmente os Fóruns Estaduais contam com o apoio de entidades de assessoria estaduais, para garantir sua infra-estrutura e possibilitar suas reuniões e comunicação dentro do estado.

Os Fóruns Estaduais são responsáveis pela organização de eventos de Economia Solidária no estado, tais como: Feiras Estaduais de Economia Solidária, além de atuarem junto ao poder público estadual e junto a outros movimentos da sociedade civil, para incorporar a Economia Solidária nestes espaços, enquanto estratégia de desenvolvimento local e de inclusão social.

Além disso, os Fóruns Estaduais são espaço privilegiado de debates, conflitos políticos (inerentes a qualquer movimento) e consultas sobre temas de importância ao movimento. Servem de balizadores para a construção de termos de referência propostos para ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego (SENAES), para os debates conceituais, e para decisões no âmbito do movimento, que são levadas à Coordenação Nacional por meio de seus 3 representantes. Por fim, os Fóruns Estaduais são também a principal porta de entrada para empreendimentos, assessorias e gestores do movimento de Economia Solidária.

### **3.10.1 O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS)**

Em Minas Gerais, a história da Economia Popular Solidária e não somente Economia Solidária como falam nos outros estados ou Governo Federal-, destaca-se a partir de 1995/1996, com a reestruturação do Fórum de Entidades de Geração de Trabalho e Renda. Antes era apenas um grupo de discussão e estudos sobre gênero e geração de renda, envolvendo entidades da sociedade Civil: Ongs (Organizações não Governamentais), Movimentos Sociais, grupos de produção e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. De 1996 a 2001 realizaram-se três edições da Feira Estadual da Reforma Agrária com Grupos de estudos, Oficinas de capacitação, intercâmbio, políticas de desenvolvimento econômico, criação do Banco Popular, feiras de artesanato, a criação da loja Bazarte e Mãos e Artes.

Com essas realizações, em 2001 foi criado o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária no encontro de Bancos Populares e Economia Popular Solidária. Nesse encontro discutiu-se o papel do Micro-crédito, das agências de fomento no enfrentamento da pobreza e contou com a participação de diversos representantes das organizações da Rede Brasileira de Sócio-economia Solidária, de diferentes partes do Brasil. Participaram também, representantes do ABC (Agências de Cooperação Brasileira) e GTZ entre outras.

Em 2002, outros momentos importantes que contribuíram para solidificar o recém criado Fórum foram: o encontro da Rede de Agricultores por uma Economia Popular Solidária, em Turmalina (no Vale do Jequitinhonha), com a participação de diversas organizações que fomentam a agricultura familiar e a EPS no estado. Outro momento que contribuiu e muito foi o encontro de legislação: a constatação da inexistência de uma legislação específica para a EPS e a necessidade de se pensar um conjunto de leis e políticas públicas que favoreçam os grupos na legislação, foram as motivações desse encontro. Devido às inovações recentes no código civil, convidou-se especialistas em cooperativismo popular. Eles debateram com técnicos da DRT/MG – Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais que expuseram a situação das “coopegatos” ou falsas cooperativas e a precarização nas cooperativas de trabalho em Minas Gerais.

Desses encontros em diante, o FMEPS- Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária passou a ter reuniões ordinárias e algumas com videoconferências e encontros regionais. Além disso, as feiras, os ciclos de debates, as comissões e os GTs- (Grupos de trabalhos) sobre comercialização, crédito, legislação foram implementados.

A Pastoral Operária de Minas Gerais é uma organização integrante do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e com os grupos, nas regiões, participa ativamente das articulações regionais e estaduais do Fórum, tendo um papel importante devido a sua capilaridade em todo o estado e a promoção do movimento, pois tem como linha principal de atuação o trabalho, a articulação e o fomento à EPS. Tudo isso é fruto de mais de 20 anos de luta, organização, articulação e mobilização social.

Dentre as atividades do FMEPS destacam-se as feiras regionais e estaduais, bem como debates e implementação de leis e políticas públicas voltadas para a Economia Popular Solidária. O FMEPS tem uma coordenação executiva e

coordenações regionais no vale do Aço, Centro Oeste, Noroeste, Triângulo, Alto-Paranaíba, Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Norte de Minas e região metropolitana de Belo Horizonte.

### **3.10.1.1. A Lei Estadual de Economia Solidária de Minas Gerais**

Uma das grandes demandas dos empreendimentos de EPS no estado de Minas Gerais tem sido a comercialização. Com essa demanda, o FMEPS realizou discussões sobre a necessidade de criar um processo de certificação, participativa e diferencial para os produtos da EPS. Depois de vários momentos de formação e articulação com parlamentares e grupos, diversas reuniões foram deflagradas e o GT de comercialização e legislação estava coordenando os trabalhos. Em 20 de janeiro de 2004 o governo de Minas Gerais sancionou a lei 15.028 que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária.

Todavia, a história dessa conquista iniciou-se muito antes, com a discussão do selo solidário, durante os debates da 1ª feira Mineira de EPS, que ocorreu em julho de 2003. Realizada por grupos de produção, entidades de apoio e fomento articuladas.

A lei foi uma conquista do movimento de Economia Popular Solidária porém, apesar de já ter sido aprovada, ela necessita ainda de ser regulamentada e tem que ser criado o fundo de apoio e fomento com recursos públicos, que é uma batalha em curso, desde o dia 21 de janeiro de 2004.

O movimento e a história da Economia Popular Solidária, a construção de um novo conceito de economia e de relações de trabalho, as conquistas e as ações estratégicas dos sujeitos envolvidos apontam para um novo movimento pedagógico de construção de novas culturas, de re-educação de valores e práticas sociais no processo de trabalho.

## Capítulo IV

### **Educação Popular e Economia Popular Solidária: algumas considerações**

Todos os espaços e tempos de trabalho são formativos. Um dos aspectos dessa formação refere-se à construção, muitas vezes invisível, de conhecimentos e de saberes que garantem a produção e reprodução da existência, no seu tempo devido. Essa construção de saberes tem um caráter multifacetado, pois ao mesmo tempo em que tem como objeto a atividade de trabalho em si, está também referida às relações sociais e aos valores sustentados por cada indivíduo enquanto cidadão, consumidor, eleitor, corpo coletivo, movimento social, força de trabalho etc. Assim, o coletivo de trabalhadores e o trabalhador singular, além de dar vida a um determinado produto, a uma mercadoria, cria e elabora saberes que, de uma forma ou de outra, são, também, apropriados pelo capital e estabelecem conexão com outras dimensões da vida (família, lazer, escola, grupos sociais)<sup>15</sup>

Com efeito, a realidade social, tal qual se apresenta a nós, depende desse processo de produção e reprodução da existência, no qual o trabalho assume valor central. Tendo isso em mente, julgamos pertinente voltar nossa atenção para a forma como esse processo tem se concretizado na experiência dos sujeitos da EPS.

Atualmente, nos movimentos sociais e nas organizações populares que contemplam as iniciativas da EPS – Economia Popular Solidária, é forte o

---

<sup>15</sup> Devido aos limites de nosso objeto de estudo e à especificidade do recorte analítico privilegiado neste trabalho, optamos por circunscrever essa discussão aos pontos acima comentados. No entanto, lembramos que o paradigma ergológico parece ter muitas contribuições a dar a uma discussão desse tipo. Conforme Schwartz, este concebe, dentre outras coisas, que “a produção de saberes no trabalho está engajada num debate de valores”, numa “negociação problemática” entre um conjunto de regras, valores, técnicas, saberes e procedimentos já instituídos e que são parte do patrimônio histórico e social, e as normas singulares construídas pelos próprios sujeitos no cotidiano de suas ações. É no contexto dessa relação dialética que o trabalhador encontraria condições de imprimir singularidade à situação de trabalho. (Cf. Schwartz, 2003)

reconhecimento do processo de trabalho como formação humana, mesmo que em alguns casos represente uma visão um tanto restritiva da questão, ou seja, apenas voltada ao fato de que o trabalho coloca exigências específicas que o processo educativo deveria preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Visão à qual, certamente, volta nossa crítica, por endossar uma concepção utilitarista da educação como fator de produção.

Notamos, no entanto, que são cada vez mais comuns as tentativas de atuação que buscam o desenvolvimento de propostas que superem as concepções reducionistas de educação. A preocupação recente tem sido a educação em suas várias dimensões: social, política, sindical, escolarização, formação e qualificação profissional. Essas iniciativas não apenas têm investido crescentemente na formação de seus próprios quadros, mas ampliado sua perspectiva de formação para além dos seus espaços específicos, a partir do pressuposto de que a apropriação dos conhecimentos tem implicações nas diversas dimensões da vida e do sujeito e das relações sociais de produção.

Tendo em consideração a percepção acima, abordaremos neste capítulo a temática da educação popular em suas interseções com a proposta político-educativa da EPS, sem perder de vista, é claro, o recorte de pesquisa do presente estudo: Que conotação os processos formativos vêm assumindo nos empreendimentos autogestionários? Até que ponto esses processos, relacionados à produção cooperativa e autogestionária, estão identificados com uma educação popular? De que modo os trabalhadores percebem a relação dessa formação com as formas de atuação profissional, política e social que vivenciam?

#### **4.1. Os Conceitos de *Formação Humana e Cultura***

Do ponto de vista teórico, ao adotarmos a noção de *formação humana*, compreendemos o lugar de formação desses sujeitos sociais como sendo

permeado por uma pluralidade de vivências que os remete a um processo de fazer-se humano na história. Isto está produzindo e sendo produzido em um movimento de luta social, que também se constitui como parte de um movimento sócio-cultural mais amplo, a ponto de extrapolar seus interesses corporativos, projetando novos contornos para a vida em sociedade.

Supomos que as iniciativas caracterizadas como Economia Popular Solidária, tendo como princípio norteador a solidariedade e cooperação no trabalho, revelam de certa forma um contraste com a educação escolar contemporânea, que cada vez mais aliena os trabalhadores sob a ótica do capitalismo selvagem e da máxima competição individual. Temos ainda por hipótese que a “nova cultura” engendrada na economia popular solidária permite a esta apresentar-se como uma alternativa à economia de mercado. Num sentido mais estreito, como solução viável à crise estrutural do desemprego e, de modo mais amplo, sendo vista como uma forma de produção de trabalho alternativo ao capitalismo (LIMA, 2005).

ARANHA (2000) faz uma reflexão sobre a concepção de trabalho, de educação e sujeito bastante pertinente à investigação proposta nesse trabalho. Ela problematiza:

(...) Se o trabalho é concebido como constituinte da formação humana e processo através do qual o sujeito se relaciona com a natureza e com a sociedade, criando, recriando, modificando. Por que o sentimos no nosso cotidiano como o contrário de algo prazeroso que possibilita a formação? Por que, nas condições atuais, o trabalho é um peso, quase uma tortura, que gera a deformação? O capital cria mecanismos através dos quais o trabalhador, no processo de trabalho, não se percebe como um sujeito que cria, que transforma e se auto-transforma. É o que Marx definia como trabalho concreto e trabalho abstrato, ou seja, exatamente para despersonalizar, para pasteurizar essa ação, que resgata a individualidade, a criatividade, a possibilidade de libertação do sujeito. O capital assume mecanismos que transformam o trabalho de cada um de nós no trabalho abstrato, sem rosto, sem característica, sem identidade” (...). Essa compreensão tem implicações sobre a concepção de educação e impactos sobre o projeto educativo. Tendo o trabalho como centralidade formativa, pressupõe-se que a educação deva propiciar condições para que o trabalho concreto consiga fugir do aprisionamento a que está submetido pelo trabalho abstrato. Isso significa que, em última instância, a educação deve contribuir para a desalienação do sujeito trabalhador.(p. 56-57).

A educação é um processo social que se constrói nas práticas sociais, nas práticas concretas dos sujeitos em seu cotidiano, nos processos de trabalho, enfim, nos múltiplos tempos e espaços de vida, de inserção social. A conscientização não pode ser um processo idealista em que se “empurram idéias na cabeça do trabalhador”, para desaliená-lo, para iluminar sua consciência obscura. Desconsidera-se que a formação se dá pelo processo social, pelo movimento social. Segundo ARANHA (2000), “essa educação como inculcação é uma concepção muitas vezes presente em nossas próprias práticas, enquanto educadores, enquanto sindicalistas, enquanto militantes políticos”. (p. 58)

O movimento de Economia Popular Solidária tenta implementar uma concepção de educação enquanto prática e relação social, no entanto, é importante a atenção quanto ao trato desse conhecimento, quanto às práticas e mecanismos utilizados no processo de formação dos sujeitos, além de contemplar as implicações que têm na vida dos sujeitos sociais inseridos no processo educativo.

Enfim, compartilhamos da perspectiva defendida por TIRIBA (2004), quando esta afirma:

Aqueles que buscam apreender a complexidade da formação humana pelo veio do que acontece do lado de fora dos muros da escola e do lado de fora da fábrica ou da empresa capitalista, enveredam-se por espaços outros de formação que não se circunscrevem à instituição escolar ou à organização capitalista do trabalho. Esse veio pode ser por demais rico para a compreensão do significado do que afirmava Gramsci: “o trabalho é princípio educativo” – não apenas nos processos de produção pedagógica que se plasmam no interior da escola, mas, especificamente, em outros processos de produção da vida social. (p.20)

Aqui nos interessa em especial enveredar por “outros espaços da formação humana nos quais os trabalhadores, mesmo sob os limites que lhes impõe o capitalismo, se vêem diante do desafio de se tornarem ‘senhores’ de seu trabalho” (TIRIBA, 2004:26).

Outro ponto importante a ser esclarecido: a que estamos nos referindo quando falamos em termos de uma “nova cultura”? Ao utilizar essa expressão, indicamos que o nosso olhar está voltado para as novas formas de relações sociais no trabalho e a construção de valores culturais, uma vez que a maioria dos trabalhadores dos quais tratamos vem de uma realidade empresarial anterior e herdamos, subjetiva e objetivamente, o aspecto ideológico, o comportamento anterior de submissão, de ordem, de hierarquia e de mando. Através da análise da percepção dos sujeitos acerca das práticas educativas e socializantes presentes no cotidiano das experiências autogestionárias no campo da economia popular solidária, buscaremos apontar e compreender os pressupostos, as características e as implicações desse movimento de trabalhadores e trabalhadoras, a partir da análise de processos em que os sujeitos participantes vão construindo “*uma nova cultura nas relações de trabalho*” e das possíveis contradições existentes no próprio campo de trabalho.

Partimos de uma consideração trivial: todo indivíduo nasce em uma sociedade que instaurou, em parte voluntariamente, em parte inconscientemente, uma cultura; que é um acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou de um grupo. É importante salientar que cultura não se refere apenas ao que as pessoas fazem concretamente, mas também às idéias que têm em comum sobre o que fazem e os objetos materiais que usam. Em outras palavras, é impossível analisar a conduta de um indivíduo sem referir-se a conduta dos outros para com ele, conduta esta estruturada social e culturalmente. Nessas condições, é preciso pressupor, logicamente, a anterioridade dos processos sociais, já que nascemos sempre em um grupo, em uma etnia, em uma classe, em uma nação.

#### **4.2 A Educação Popular e a proposta político-educativa da Economia Popular Solidária: interseções**

É sabido que qualquer iniciativa que proponha uma nova forma de organização social requer também uma nova mentalidade de seus participantes. Conforme

afirmamos no Capítulo II, isso também ocorre com o movimento da Economia Popular Solidária. A relação que os trabalhadores buscam estabelecer com o saber e com a atividade da gestão nos empreendimentos solidários exige mesmo uma proposta formativa que não esteja alheia à necessidade de socializar o valor cooperativo, o exercício da solidariedade. Mais amplamente, o engajamento efetivo nesse tipo de economia se dá a partir de uma consciência contestadora da ordem vigente e uma sensibilidade (afetos, desejos e vontades) solidária.

ARRUDA (2000:22) salienta que:

não pode haver transformação cultural e desenvolvimento de uma nova subjetividade que não esteja apoiada numa transformação no modo de organizar os modos de produzir e reproduzir a existência. A superação da cultura de reivindicação e da delegação é uma tarefa não apenas cultural. Ela é essencialmente política, e tem na dimensão econômica seu inescapável embasamento.

Ao buscar empreender uma nova ética nas relações sociais, a EPS chama para si a responsabilidade pela construção de uma proposta educativa que esteja atenta a esses aspectos. Não poderíamos, então, deixar de mapear a existência de uma identificação ideológica com a Educação Popular, expressão derivada da pedagogia proposta por Paulo Freire. Sendo esta muito influenciada pela ideologia socialista, define-se como a educação feita com o povo e para o povo, respeitando e interagindo com sua realidade sócio-econômica. Na perspectiva freiriana, a Educação Popular é a capacidade de organização e estruturação de uma comunidade que está assentada no desenvolvimento do pensamento crítico, na conscientização do povo como protagonista de sua história, no compromisso e assunção do processo educacional, sem que o estado seja excluído de suas obrigações. Com suas palavras:

[...] centrando-se a educação popular na produção cooperativa, na atividade sindical, na mobilização e na organização da comunidade para a assunção por ela da educação de seus filhos e filhas através de escolas comunitárias, sem que isto deva significar um estímulo ao estado para que não cumpra um de seus deveres, o de oferecer educação ao povo. (FREIRE, 2000:91).

Freire aponta também a “dimensão problematizadora” que deve fazer parte dessa visão de educação, no sentido de “fazer com que o oprimido tome consciência de sua condição e da relevância de ter consciência disso, ou seja, da importância de ser um cidadão que sabe das implicações de sua alienação. Isso é o que abre caminho para a transformação da realidade” (p.92). O objetivo das ações educativas populares, perante os grupos sociais, é, portanto, contribuir para que eles superem a condição de segmento manipulado pela elite dominante, que se transformem em povo, atuando nas organizações populares como agentes transformadores de sua própria condição econômica, política, social, cultural (MANCCE, 2003).

A educação está, a partir desse olhar, intrinsecamente vinculada não apenas à produção de conhecimento ou à legitimação de saberes, mas ao sentido e significado desse processo na vida dos sujeitos históricos que assumem compromissos com a transformação da sociedade, em função do bem viver coletivo. A colaboração solidária está no cerne dessas ações. Por ação ou omissão, consciente ou inconsciente, toda pessoa assume uma posição de classe quando se depara com algum conflito social, podendo contribuir para a reprodução de injustiças ou para o seu enfrentamento.(MANCCE:2003)

Ainda segundo Freire (2000), a solidariedade é um valor fundamental associado à Educação Popular, pois se trata de uma atitude que cobra uma postura de quem se solidariza, que assuma a situação da pessoa com quem se solidariza. É o campo de ação por excelência dos educadores e agentes sociais que querem estimular a permanente reflexão dialética nos vários setores e fomentar a organização popular consciente e politizada, possibilitando a construção de condições férteis à vivência da cidadania. O diálogo está a serviço do valor cooperativo, na proporção em que estimula a construção coletiva. “O dialogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 2006:78).

Mas, como sabemos, esse ideário se contrapõe àquilo que é vivenciado pela maior parte da população no interior do sistema capitalista. Segundo GARCIA (1982), “poucos são os que contribuem com a realidade em que vivem e que define de forma autônoma seu projeto político.” A escola tradicional, inclusive, funciona como mecanismo de reprodução de classes sociais e, tal qual a sociedade capitalista produz a desigualdade social, ela reproduz as desigualdades escolares. A escola, e o saber por ela transmitido, constituem partes de um todo social definido, e esse todo influencia a maneira como a escola trata seus alunos. O alternativo na educação sempre foi muito mais vigoroso e contestador fora dos espaços de educação dito “formais”. Mesmo que confiemos na possibilidade de construção da escola pública com parâmetros curriculares populares, essa é, antes de tudo, uma luta constante dos movimentos populares e governos democráticos populares (PALUDO, 2001).

Admite-se e deseja-se, nestes tempos de mudanças, que esta concepção de educação popular não seja exclusivamente para os espaços não-formais de educação.

Na prática educativa tradicionalmente concebida se confrontam dois saberes distintos: o do agente-facilitador e o do grupo popular. E a forma de como se dá esse confronto, reproduz a divisão social do trabalho. E conforme o mesmo Garcia ao analisar essa divisão: tal divisão independe do teor do discurso e da intenção do agente, se funda na prática de classes diferenciadas: a uma cabe, basicamente, a atividade manual (de execução) e a outra atividade intelectual (de mando). Esta divisão nas práticas sociais, reproduz a dominação. O agente pode reforçar essa dominação, como de forma contrária conduzir e reforçar o saber popular, desmistificando a relação de seu saber. Muitas vezes o grupo popular rompe com a dominação, colocando as normas em xeque, mudando a postura do agente. Essa atitude, por sua vez, pode ser reforçada pelo agente ou pode ser negada pelo mesmo. (GARCIA, 1982)

Por isso, a educação popular difere na perspectiva da práxis, pois se trata de um modo de conceber e fazer educação que é o oposto da educação formal vigente, sobretudo em dois aspectos. O primeiro aspecto: ela está voltada para a promoção e empoderamento de cada educando, como sujeito principal (enquanto pessoa e coletividade) do seu próprio trabalho, desenvolvimento e educação. O segundo aspecto: o de fundar-se numa concepção integral do ser humano, buscando educar a pessoa e as coletividades para a autogestão de si próprias e de todos os seus espaços e relações.

ARRUDA (2000:23) tece uma crítica à educação convencional, ou como ele mesmo diz:

Deseducação vigente. A educação conformada hoje para alimentar e perpetuar a globalização competitiva, ou no caso do Brasil, a inserção subordinada da nossa economia ao sistema do capital mundial, não tem servido para libertar, mas para moldar, ajustar crianças e jovens aos valores e aspirações vigentes, ou ainda mais lamentável, a ausência de aspiração ou mesmo ao cinismo. Pois a promessa é que se educando será possível obter automaticamente um lugar no mercado de empregos. O que se cala é que isto se dará através de uma acirrada e mortal competição por postos e oportunidades de emprego cada vez mais escassas.

Nos anos 90, em meio à aguda crise social já referida neste trabalho, a Educação Popular ganha novos contornos em um processo de construção cotidiana de alternativas locais e regionais de desenvolvimento, entre elas a EPS. No movimento de Economia Solidária, a educação popular tem uma denominação própria, que a liga com seu conteúdo específico. É denominada de educação solidária e seu objetivo é fortalecer a cultura solidária, as dimensões de sensibilidades mutiladas pelas situações dramáticas vividas, que desumanizam as pessoas. Trata-se de resgatar as diversas dimensões da sensibilidade ética e estética, com atividades que proporcionem encontros humanizantes, recuperando elementos culturais da vida das pessoas, de suas comunidades e regiões. Do ponto de vista da formação profissionalizante, a educação solidária visa

desenvolver as habilidades requeridas ao empreendimento econômico, para que ele seja viável, também, em termos financeiros.<sup>16</sup>

Comentando sobre a leitura do Programa Latino-americano de Economia Popular Solidária e educação popular e comunitária de 1991, Paulo Freire afirma que a economia popular, atualmente mais identificada como economia solidária, é uma conseqüência obrigatória de uma nova ordem econômica mundial. Esta nova forma de economia poderá se tornar um dos fundamentos da educação popular se os educadores souberem conjugar a busca das novas formas de economia com a vontade política de mudanças estruturais voltadas para a equidade humana (FREIRE 1991:485). Freire acredita ainda que exercer uma ação educativa popular, não formal, na intenção de um desenvolvimento humano e econômico, contribuía, em última instância, para recuperar as relações teoria-prática. A teoria enquanto utopia, e a prática enquanto ação concreta.

Outra modalidade, que ao longo dos anos vem sendo chamada de educação popular, é a EJA (Educação de Jovens e Adultos), dirigida aos setores sociais não atendidos (por causa da idade ou evasão ocasionada por outros motivos) pelos programas educativos formais. Os conteúdos desse tipo de educação costumam explorar temas como educação para a saúde, relações familiares, educação sexual, artesanato, habilidades e ofícios. Geralmente, contudo, os métodos são muito tradicionais e “escolares”, deixando de abordar a realidade social dada ou a articulação escola-situação vivida pelos educandos. Pensando nesse desafio, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) adotou recentemente para o programa EJA uma cartilha sobre EPS - Economia Popular Solidária e outra sobre Relações Inter-Pessoais e Gênero em parceria com a UNITRABALHO. Atitude reconhecida pelo movimento da EPS como um salto, pois é uma forma de fomentar a

---

<sup>16</sup> Um conceito atualmente bastante evocado por militantes ligados ao movimento da EPS, e que ainda necessita de esclarecimentos, é o "etnoconhecimento". Termo este criado para designar os mais diferentes elementos de conhecimento popular: aqueles que se referem ao local onde se mora e sua história de organização sócio-comunitária, às formas de trabalho, à produção agrícola, às ervas medicinais, aos costumes e práticas culturais etc.

discussão dos princípios e idéias que norteiam suas práticas. Em relação à discussão de gênero, é uma forma de estar em dia com o debate acerca dos direitos das mulheres, via educação, nas redes públicas de todo o país. De qualquer modo, há muito que se pensar e fazer em termos de melhorias nesse sentido.

Outro exemplo bem atual da possibilidade de implementação de propostas pedagógicas que pensam a educação unida ao trabalho vem sendo desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Há cursos técnicos organizados por esse movimento social que auxiliam na construção do conhecimento de seus integrantes, tendo vinculação direta com os ideais do cooperativismo. Neste caso, chega-se a colocar em prática propostas em que a escola é autogerida pelos alunos e que estes são desafiados a construir planos de trabalho e suas idéias são apresentadas e debatidas em assembléia, buscando aplicar o que se chama de “autogestão escolar” (Cf. MENEZES NETO, 2003)

Figura 7 e 8 Momentos de planejamento e Aprendizado prático em Pompeu:2006



Fonte: Arquivos da Pastoral Operária de Minas Gerais

Figura 9, 10 e 11 Momentos de Formação com os Grupos de EPS- Varginha e Buritizeiro:2006



Fonte: Arquivos da Pastoral Operária de Minas Gerais

## Capítulo V

### Aspectos metodológicos da pesquisa

#### 5.1. Considerações iniciais

Iniciamos nossas considerações metodológicas afirmando a importância de uma categoria teórica que nos parece chave para a compreensão dos fenômenos sociais. Ela é chamada por Marx, pelos marxistas e marxianos, de *totalidade social*. Lukács (1989) a entende assim:

Somente neste contexto que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do devir histórico) numa totalidade se torna possível o conhecimento da realidade. Este conhecimento parte das determinações simples, puras, imediatas e naturais (do mundo capitalista) que acabamos de caracterizar, para avançar a partir delas para o conhecimento da vida concreta enquanto reprodução em pensamento da realidade. Esta totalidade concreta não é, de maneira nenhuma, dada imediatamente ao pensamento”. O concreto é concreto, diz Marx, porque é a síntese de diversas determinações, portanto unidade do múltiplo “. (...) Porque no pensamento, ele (o concreto) aparece como um processo de síntese, como um resultado, e nunca como ponto de partida, se bem que seja o ponto de partida real e também, por conseguinte, o ponto de partida da intuição e da representação.

Somente a partir do entendimento da *totalidade social histórica* em que estamos inseridos é possível nos localizarmos diante dos fenômenos a que estamos submetidos. O autor cita ainda o prefácio de “*Para a crítica da Economia Política*” (1859), para sintetizar o entendimento teórico-metodológico a este respeito.

(...) Na produção social da própria vida os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material econômica condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas ao contrário, é

o seu ser social que determina sua consciência. O modo de produção da vida material econômica condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não a consciência dos homens que determina sua consciência. (...) Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pela quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim “. (MARX, 1859).

É necessário, no entanto, jamais perder de vista o caráter dinâmico e dialético dessa totalidade que envolve a realidade material e as formas como os homens representam esta realidade material e as formas como os homens representam esta realidade.

A trajetória da Economia Popular Solidária, como um novo movimento engendrado pelos trabalhadores, exige um método de aproximação que nos permita captar seu processo de constituição como uma “paisagem” mais ampla, onde possamos vislumbrar a co-relação entre condicionantes históricos e opções sociais e políticas dos agentes.

Tomando, a ação social como produto dialético dos condicionamentos reciprocamente determinado-determinantes dessas esferas da sociedade, como então captar as alterações que se produzem em ambas as esferas? Como identificar a forma como os agentes sociais percebem (representam) estas transformações de modo a se transformarem, eles próprios, em sua auto-representação e vontade de ação?

O discurso dos sujeitos sociais, presente no movimento popular, estabelece o vínculo entre aquilo que é e aquilo que se pretende que seja, pois sua ação resulta diretamente da leitura que tal sujeito coletivo realiza sobre a realidade. Esta leitura

está, é claro, condicionada pela realidade, isto é, produz-se por uma relação dialética.

Resgatamos o significado da categoria totalidade social, porque a reflexão aqui toma por base, no plano metodológico, essa perspectiva.

Concordamos ainda com Queiroz (1992) quando este afirma que a dialética marxista deve ser percebida sobretudo como uma ontologia do homem e, apenas em segundo plano, como um corpo epistemológico de métodos e técnicas de pesquisa que permitem produzir conhecimento científico. O seu objetivo primordial é recuperar a totalidade no interior da qual se estabelecem as relações entre os diferentes estágios do desenvolvimento histórico, entre o todo e a parte e entre as diferentes partes do todo, sem perder de vista o ser humano, a práxis e a história.

Por fim, consideramos que a apreensão da realidade num estudo científico se faz por aproximações a partir da convergência de vários pontos de vista. Daí a nossa opção em escolher caminhos metodológicos associados, como a análise de documentos, acadêmicos ou não, além da investigação junto aos próprios trabalhadores, por meio de entrevista e observação participante.

## **5.2. Natureza qualitativa da pesquisa**

Nosso estudo é de natureza qualitativa, onde a coleta e as análises de informações não são estanques e mantêm relações recíprocas com a teoria, possibilitando a percepção do universo de valores e atitudes que correspondem ao espaço profundo das relações sociais, dos processos e dos fenômenos, conforme abordado por Minayo (1994). Nossa proposta é trabalhar de acordo com os pressupostos da pesquisa social, onde se refletem aspectos do desenvolvimento e da dinâmica social, assim como preocupações e interesses de classes e de grupos determinados. Este referencial está fundamentado nos dados levantados através das interações interpessoais e analisados a partir da significação que os

atores envolvidos atribuem aos seus atos. Portanto, a pesquisa social não pode ser definida de forma estática ou estanque e nesse sentido concordamos com Minayo ao observar que:

(...) Ela é conceituada historicamente e entendendo-se todas as contradições e conflitos que permeiam seu caminho. Além disso, ela é mais abrangente do que o âmbito específico de uma disciplina. Pois a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve os mais diferentes áreas de conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência (1993, p.27).

O pesquisador deve participar, compreender e interpretar os eventos sociais de sua pesquisa, considerando o sujeito de estudo, grato, em determinada condição social, pertencente a um determinado grupo ou classe social com suas crenças, valores e significados, sendo o objeto saldo que possui significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (MINAYO,1994). Este tipo de pesquisa denota algumas características básicas, de acordo com BOGDAN & BIKLEN (1994): a pesquisa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador (a), como seu principal instrumento, ou seja, o contexto em que ocorre a ação é fundamental; os dados coletados são predominantemente descritivos, sendo usadas freqüentemente citações de entrevistados para subsidiar afirmações; a preocupação com o processo é maior que com o produto, sendo sempre questionado “como” os fatos ocorrem; a atenção especial do pesquisador (a) deve ser o significado que as pessoas dão às coisas, à sua vida; as análises dos dados tendem a seguir um processo indutivo, no qual o desenvolvimento do estudo aproxima-se à imagem de um funil: no início há questões ou focos de interesse muito amplos, que, no final, tornam-se mais diretos e específicos.

### **5.2.1. Etapas da pesquisa e instrumentos de coleta de dados**

Conforme já mencionamos, a metodologia utilizada para a realização desta dissertação articula um levantamento bibliográfico e documental com uma pesquisa de campo. A seguir, expomos os contornos principais assumidos pela pesquisa de campo.

### **5.3. Sujeitos da pesquisa:**

14 Trabalhadoras dos grupos populares autogestionários assessorados pela Pastoral Operária de Minas Gerais. Esses sujeitos foram escolhidos (colocaram-se como voluntários para concessão da entrevista) em 6 diferentes grupos, cuja média de participantes era de 5 pessoas. Além disso, todos eles são constituídos exclusivamente por mulheres.

As 14 pessoas entrevistadas estão assim distribuídas conforme os grupos (4 pessoas do grupo APSOL, 2 pessoas do grupo Produtos de limpeza Rio Verde, 1 pessoa do grupo Ana Carrara, 1 pessoa do grupo Mãos Mágicas, 1 pessoa do Bangalô das Artes, 1 pessoa do Arte Ponto Com, 4 pessoas do grupo Fadas do Cerrado).

### **5.4. Campo da pesquisa:**

O campo de pesquisa se constituiu de uma amostra dos grupos populares autogestionários de Economia Popular Solidária (associações, cooperativas e grupos de produção) que a Pastoral Operária de Minas Gerais vem acompanhando. Os grupos escolhidos por localidade foram: Ipatinga (APSOL- Associação de Produção Solidária Cristo Libertador); Varginha (produtos de limpeza Rio Verde); Cataguases (Grupo Ana Carrara, Mãos mágicas e Bangalô das artes e Artes Ponto Com); Pompeu (Fadas do Cerrado). Para conferir maiores informações sobre esses grupos vide **Anexo A e B**.

### **5.5. Fases do processo de coleta de dados:**

a) Caracterização dos grupos: Por meio de consulta a documentos e preenchimento de questionário fechado por parte de dos integrantes dos grupos pesquisados, identificamos o perfil sócio-econômico-profissional dos trabalhadores (idade, sexo, escolaridade, tempo de trabalho no empreendimento, função/ papel/ cargo do entrevistado no grupo, cursos de formação/ capacitação realizados como o apoio do grupo/empreendimento etc); características do empreendimento de economia popular solidária (nome, município, região, ano de início do

empreendimento, área de atuação, atividades sociais e econômicas realizadas, número de participantes envolvidos no empreendimento, dos participantes quantos são mulheres e quantos são homens e se o número de participantes tem variado nos últimos meses ou tem se mantido fixo); forma de organização adotada pelo grupo (cooperativa, associação, grupo informal, empresa autogestionária, e outras); Quais as formas de contato com fornecedores e distribuidores; como costumam efetuar a comercialização dos produtos e serviços; qual o regime de dedicação às atividades do empreendimento (dedicação exclusiva, essa é a sua principal fonte de renda? Se não, quais são as outras fontes e atividades realizadas); o grupo desenvolve algum tipo de articulação, parceria e/ ou recebe assessoria ou capacitação de outros grupos (comunidade, empresas, escolas de qualificação/ formação profissional, sindicatos, ONGs, movimentos sociais, igrejas, fóruns)? Quais as características dessa articulação e/ou parceria? Há quanto tempo se mantém? Quais as dificuldades enfrentadas no processo de construção e sustentabilidade da articulação e/ou parceria? Se não desenvolvem nenhuma atividade ou projeto neste sentido, gostariam de fazê-lo?

b) Observação participante: nos locais de trabalho dos grupos, nas reuniões/ encontros dos trabalhadores com as entidades parceiras e nos momentos de assessoria (capacitação) e articulação com os fóruns, além do acompanhamento de alguma ação social comunitária desenvolvida.

c) Entrevista semi-dirigida: Essa etapa do processo de coleta de dados teve como função investigar questões que mereceram ser avaliadas mais apuradamente. Aliado ao uso do questionário fechado, esse recurso possibilitou-nos compreender alguns elementos da história de vida (pessoal e profissional) das trabalhadoras e sua relação com a atividade de trabalho na EPS, com a proposta político-educativa engendrada no interior dos grupos econômicos e nas articulações com outros grupos. **(Vide Anexo C).**

c) Reuniões e Oficinas de grupo: Acompanhamos reuniões e seminários para aprofundar a análise. Momentos nos quais pudemos realizar a observação participante e a escuta de relatos dessas trabalhadoras sobre sua percepção em relação ao processo de formação que se dava nesses contextos, o sentido da proposta social, educativa e política construída no contexto dos grupos econômicos solidários.

d) Análise documental: implicou na leitura de muitos relatórios de cursos; registros de encontros, assembléias e programas de formação relativos aos empreendimentos investigados; leis, diretrizes e resoluções do campo da Economia Solidária, dentre outros. Grande parte desses materiais foi analisada na sede da Pastoral Operária de Minas Gerais em Belo Horizonte. Para conferir listagem dos documentos utilizados **(Vide Anexo D)**.

Após uma série de contatos que se estenderam ao longo do primeiro semestre de 2006, foram realizadas, no segundo semestre do mesmo ano, as duas etapas do trabalho de campo: aplicação dos questionários para os 6 grupos escolhidos e realização de entrevistas com a maioria das integrantes dos grupos. Os locais utilizados para os encontros foram as sedes dos próprios grupos/empreendimentos populares solidários nas Cidades de Pompeu, Varginha, Ipatinga e Cataguases.

Em um primeiro momento, buscamos, através de formulários, identificar o perfil de cada um dos grupos nos quais as trabalhadoras estavam engajadas. Em seguida, através das entrevistas, perguntamos sobre a função de cada uma dentro do empreendimento, experiência em trabalho coletivo, gestão do trabalho e remuneração, as formas de organização, tomadas de decisão, e atividades formativas/educativas nos grupos e nas articulações com outros grupos e entidades do movimento. Na segunda parte de cada entrevista, abordamos questões sobre as formas de comercialização e inserção no mercado, captação de recursos e investimentos, articulação em fóruns e redes.

Buscamos investigar junto às trabalhadoras que concepções as mesmas sustentam acerca de expressões como “Economia Popular Solidária”, “autogestão”, “cooperação”; que valores, práticas e saberes estariam associadas a elas em suas perspectivas. Mas consideramos, ao longo do processo, que apenas descobrir os significados que tais trabalhadoras atribuem a esses termos não bastava. Então, procuramos investigar que fatores (de suas histórias de vida, pessoal e profissional, inclusive na EPS) poderiam estar associados à construção de suas perspectivas.

A coleta de dados foi favorecida pela nossa inserção no trabalho processual e sistemático com os grupos pesquisados. A participação nos eventos possibilitou-nos o confronto da pesquisa bibliográfica e documental e as entrevistas semi-estruturadas com os componentes dos grupos nos municípios de Varginha, Ipatinga, Cataguases e Pompeu. A pesquisa participante possibilitou um enfoque diferenciado no acompanhamento das atividades: oficinas pedagógicas, cursos, encontros, seminários temáticos e outros.

Concordamos com Paulo Freire (1976:54) quando este afirma a importância da metodologia que se insere na perspectiva do pesquisador militante, aquele que é sujeito do processo, envolve-se na dinâmica cotidiana dos trabalhos onde a teoria e a prática possibilitam a sistematização de uma síntese.

A prática está compreendida nas situações concretas que são codificadas para serem submetidas à análise crítica: analisar a codificação em sua “estrutura profunda” é, por isso mesmo, repensar a prática anterior e preparar-se uma nova e diferente prática, se for o caso. Daí a necessidade, antes referida, de jamais se romper a unidade entre o contexto teórico e contexto concreto, entre teoria e prática.

Em Pedro Demo (1999:111) encontramos elementos que sustentam a afirmação de que o resultado da pesquisa serve de subsidio tanto para o pesquisador quanto para os pesquisados, dependendo dos usos que serão feitos desse resultado.

A prática e os elementos metodológicos são integrantes do processo científico, tanto no sentido de servir de constante teste para validade da teoria, quanto no sentido de assumir que a própria pesquisa é a intervenção na realidade. Assim, em ciências sociais, a prática é uma forma de conhecimento, porque através dela testamos o conhecimento vigente e produzimos o novo, bem como dialogamos dinamicamente com a realidade e conosco mesmos, na medida em que também fazemos parte da realidade social.

Tendo tais considerações em conta, optamos por estudar a proposta de formação humana engendrada nos empreendimentos autogestionários acompanhados pela Pastoral Operária de Minas Gerais, a partir de nossa atuação junto a eles. Esse processo foi realizado por meio de um 'estranhamento' e ao mesmo tempo inserção, o que possibilitou uma visualização da situação existente e de outros arranjos.

SILVA (2002:14) salienta os pontos positivos e negativos de uma empreitada como essa:

[...] “por um lado não estava pisando em um solo totalmente desconhecido. Por outro, a condição de militante trouxe-me também seus entraves, na medida em que as questões tendiam a ser observadas a partir de um olhar que não levava em consideração as múltiplas formas de apresentação da realidade.”

Há no processo de pesquisa uma dupla responsabilidade por parte do pesquisador: estar alerta às exigências acadêmicas, principalmente ao distanciamento, para possibilitar uma melhor análise e disposição para responder à problemática dos grupos pesquisados. Duas possibilidades são colocadas ao pesquisador. Uma delas é assumir a neutralidade da ciência, ou seja, aceitar e

referendar a proposta em voga. A segunda possibilidade é responsabilizar-se pelas formas de intervenção no processo, admitindo as repercussões que podem ocorrer a partir do processo de interação. Este processo tem que ser constantemente dosado no sentido de valorizar a fala do agente pesquisado e mostrar sua ação a uma análise crítica constante. Segundo BRANDÃO (1999), esta seria uma forma de sanar a animação rotineira de quem convive cotidianamente com a pesquisa militante. Está destinada ao pesquisador militante, portanto, a responsabilidade de conduzir o processo de pesquisa com duas preocupações básicas: aplicar, de forma metódica e processual as construções metodológicas introjetadas durante o processo científico, e também o papel de cientista social responsável pela construção de novas metodologias de pesquisa que estão sendo trabalhadas.

Dessa forma, o trabalho, mesmo que aparente ser igual a outro pesquisado, é diferente, na proporção em que os locais pesquisados e os atores sociais envolvidos são diferentes e sua prática também. Propomos construir esta pesquisa articulando aspectos levantados pela teoria e pela prática. Com a intenção de darmos conta da reflexão proposta neste trabalho, juntamos a vivência de nossa prática cotidiana, a observação participante dessa prática, os dados bibliográficos e documentais levantados nos arquivos da Pastoral Operária de Minas Gerais, dados disponibilizados pelas SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária e das abordagens possibilitadas pelos instrumentos de coletas de dados diretamente com os grupos.

## Capítulo VI

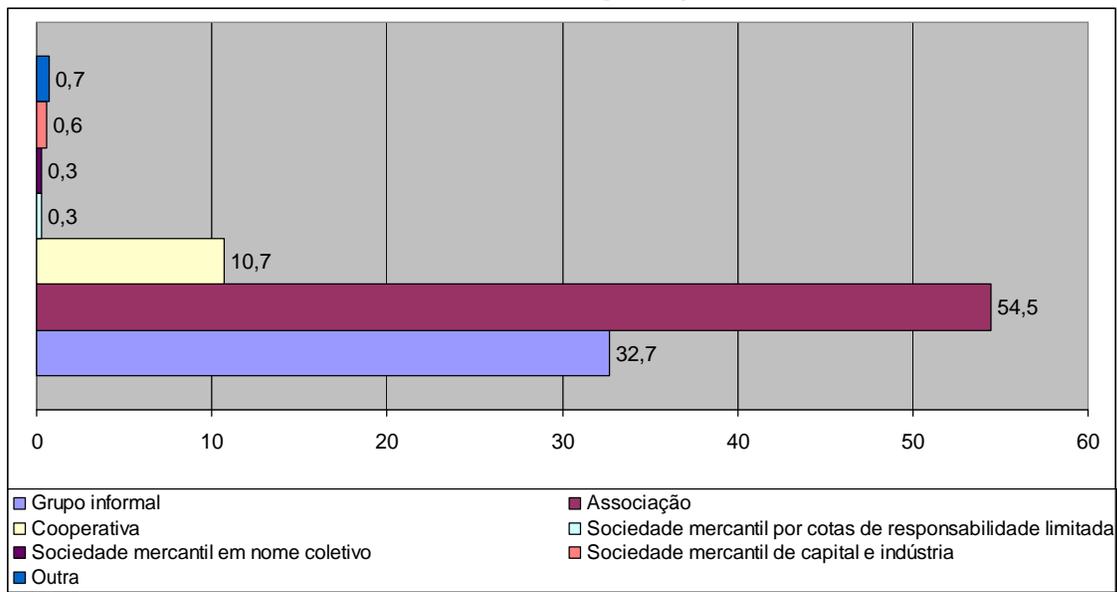
### Analisando os dados sobre empreendimentos econômicos solidários e as trabalhadoras pesquisadas

Conforme já esclarecido, os sujeitos de nossa pesquisa integram diferentes grupos autogestionários. Para contextualizar as especificidades que marcam a relação dos trabalhadores com os processos formativos e a prática de trabalho no interior desses grupos, colocamos como um dos objetivos do estudo traçar, em linhas gerais, o perfil de cada um, para então proceder à realização das entrevistas individuais. Abaixo, disponibilizamos as informações obtidas.

#### 6.1 Perfil dos grupos

No tocante à forma de organização, os empreendimentos/grupos populares solidários acompanhados pela Pastoral Operária de Minas Gerais, são, em sua maioria, grupos informais, diferentemente da média nacional que destaca as associações.

Gráfico 1  
Forma de Organização



Fonte: SIES: 2005

Os grupos pesquisados, em sua totalidade, são de atuação urbana, com localização nas periferias das cidades estudadas: Cataguases, Ipatinga, Varginha e Pompeu. O que também difere da média nacional, conforme dados do mapeamento que colocou os grupos rurais como maioria:

Tabela 1

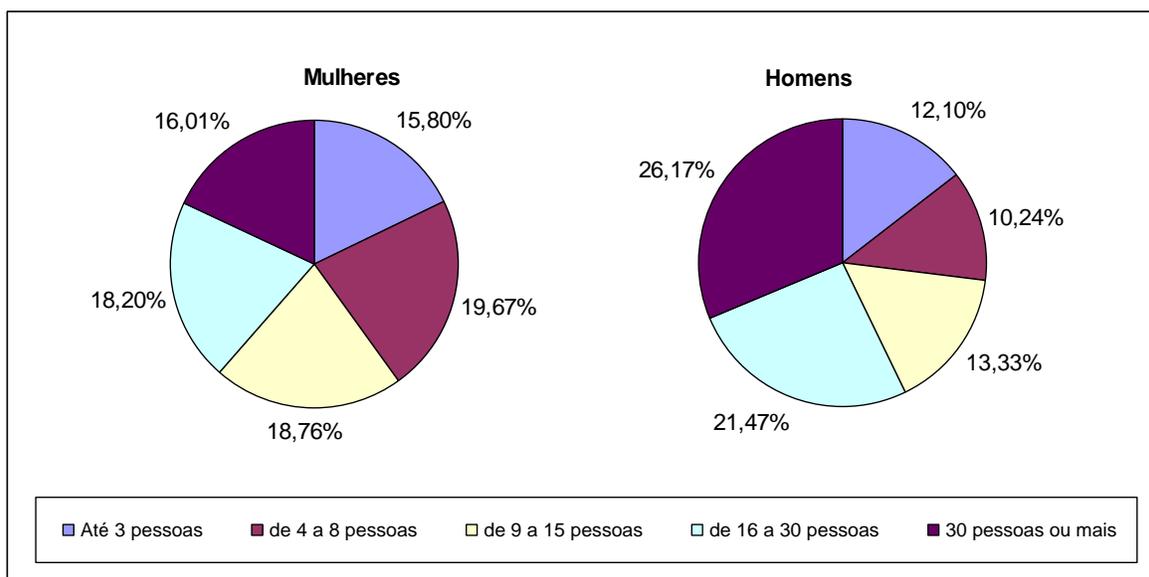
**Área de Atuação do empreendimento**

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulado
Rural	7462	49,9	50,1	50,1
urbana	4874	32,6	32,6	82,9
rural	e 2546	17,0	17,1	100,0
urbana				
Total	14882	99,5	100,0	
Em branco	72	,5		
Total	14954	100,0		

Fonte: SIES 2005

Em relação à participação de homens e mulheres nos grupos, a predominância é do sexo feminino. O que revela-se coerente com o mapeamento nacional fase I (2005), que aponta a predominância de mulheres em grupos com menos de 10 sócios.

Figura 12  
Divisão de Gênero



Fonte: SIES - 2005

Os grupos estudados são caracterizados por atividades variadas, não se enquadrando em nenhuma rede ou cadeia de produção específica.

As atividades, em sua maioria não requerem de seus executores tecnologias apropriadas, nível de qualificação profissional e nem utilização ou equipamentos específicos ou de difícil manuseio. Com raras exceções dos grupos que utilizam máquinas de costura, corte industrial e equipamentos para beneficiamento dos alimentos e que exigem um manuseio adequado.

As atividades são de produção artesanal e manual e dentre as atividades econômicas podemos destacar: bordado, desenho em tecido, confecção de artesanatos com materiais reciclados, bijuterias, produtos de limpeza (água sanitária, amaciante, desinfetante e detergente).

Sobre a comercialização de seus produtos, há muitas dificuldades, pois os membros alegam que “vivem tentando encontrar uma quantidade suficiente de clientes” ou “ está difícil vender nossos produtos na feira municipal”.

É possível afirmar, com base nos dados coletados na pesquisa, que a escolarização, formação educacional, profissional ou técnica é, sem dúvida, um dos grandes problemas dos trabalhadores. Quando se observa a escolaridade média do total dos participantes, perceber-se que 57,14% não terminaram o ensino médio.

Tabela:2

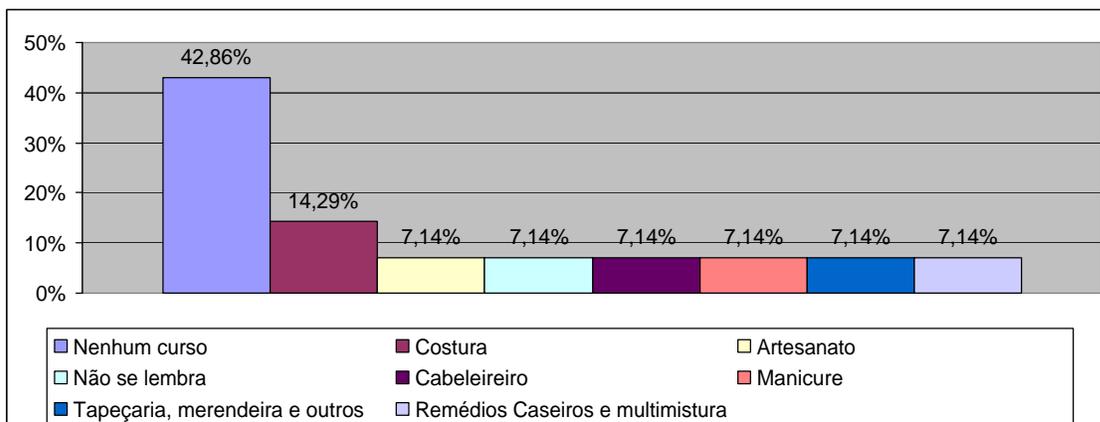
Escolaridade		
Escolaridade	Frequência	Percentual
2º Grau completo	6	42,86%
3º Ano primário	5	35,71%
4º Ano primário	2	14,29%
5º Série	1	7,14%
Total	14	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo

## 6.2 Cursos de formação e aperfeiçoamento

Dentre os participantes dos grupos pesquisados, mais de 50% realizaram algum tipo de curso, em geral de formação profissional ou técnico, antes de iniciarem os trabalhos nos grupos de Economia Popular Solidária.

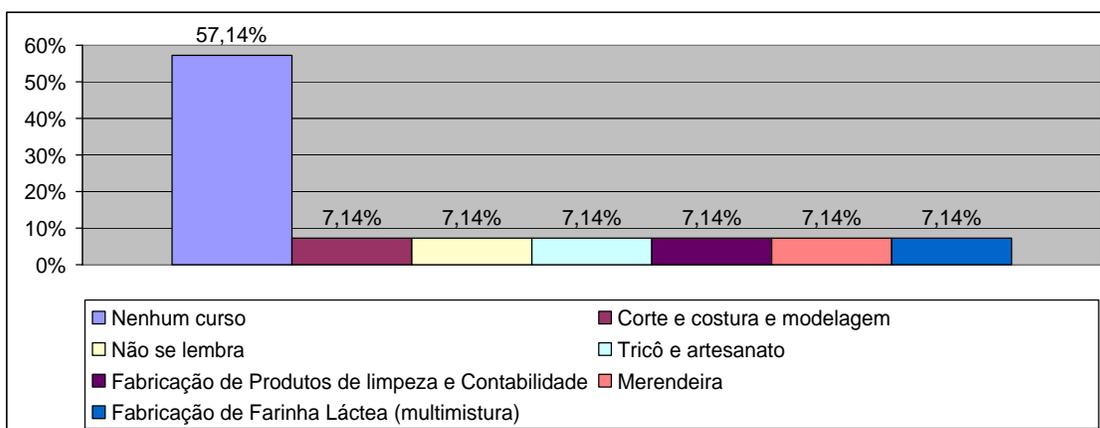
Gráfico 2  
Cursos realizados antes da entrada no grupo



Fonte: Pesquisa de Campo

Após a entrada no grupo, cerca de 42,86% realizaram cursos de aperfeiçoamento técnico ou profissional :

Gráfico 3  
Cursos feitos após a entrada no grupo



Fonte: Pesquisa de Campo

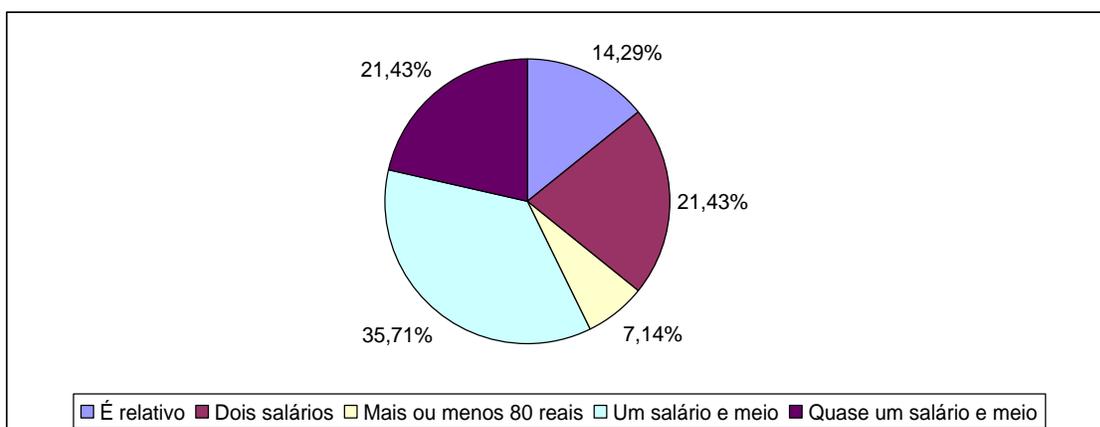
Os cursos realizados por iniciativas dos próprios cooperados e cooperação com entidades de apoio atendem a necessidades técnicas do trabalho executado, como contabilidade básica, contas, escrita ligada à administração, livro caixa e manuseio dos equipamentos. Atendendo as necessidades das funções da produção, foram mencionados: cantineira, corte e costura, *silk screen*, bordados, pinturas em tecidos e fabricação de produtos de limpeza.

### 6.3 Remuneração

A remuneração dos trabalhadores dos grupos pesquisados costuma variar seu valor de mês para mês. Apenas um dos grupos desenvolve um convênio com a prefeitura e mantém uma média mensal fixa. Essa oscilação de valores pode estar relacionada ao fato de a produção e comercialização dos produtos não ser tão regular.

Importa destacar que 35,71% dos trabalhadores que responderam ao questionário afirmaram ter uma remuneração média de um salário mínimo e meio; 21,43% recebem quase um salário e meio (SM) e a mesma porcentagem (21,43%), dois salários.

Figura 13  
Remuneração



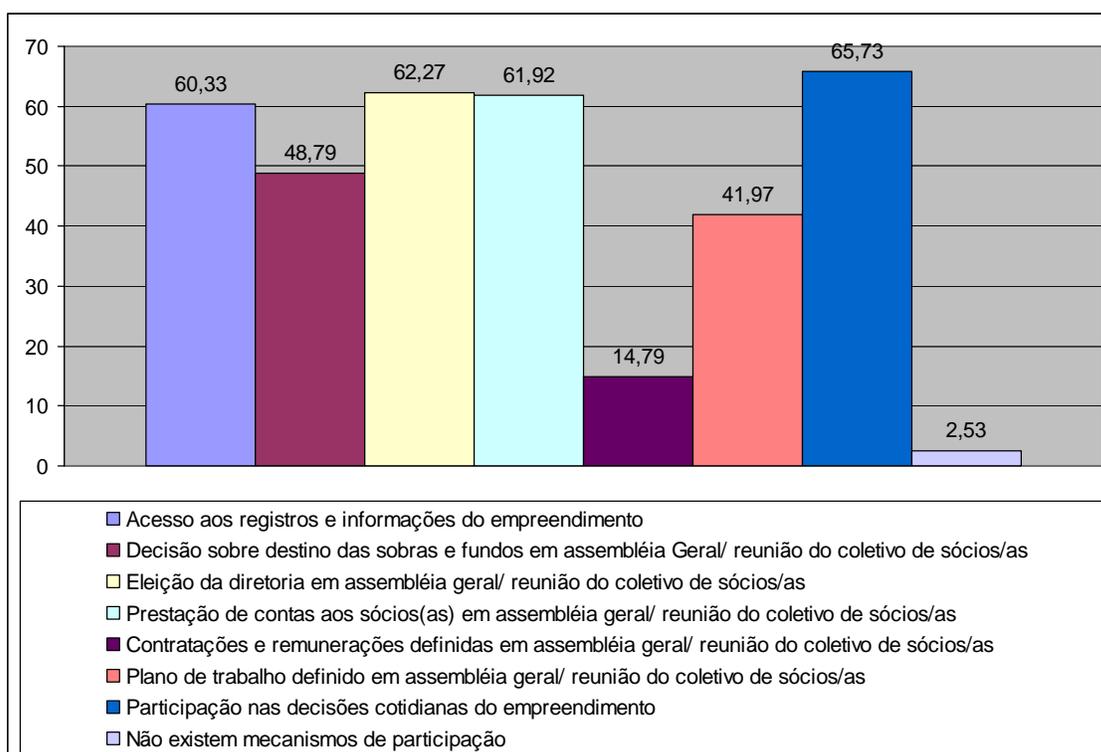
Fonte: Pesquisa de Campo

### 6.4 Gestão coletiva

A participação dos trabalhadores ocorre principalmente nas decisões cotidianas, envolvendo questões como acesso aos registros e informações do empreendimento, decisão sobre destino das sobras, fundos em assembléia geral,

eleição da diretoria em assembleia geral, reunião do coletivo de sócios/as, prestação de contas aos sócios (as) em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios/as, contratações e remunerações definidas em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios/as. Costumam ser realizadas também reuniões freqüentes para discussão de assuntos considerados de interesses coletivo, como por exemplo: escolha da direção, admissão de novos participantes/contratação etc. Tais características estão de acordo com aquelas apresentadas no mapeamento nacional, conforme podemos deduzir ao consultar o gráfico abaixo.

Gráfico 4  
Tomada de Decisões

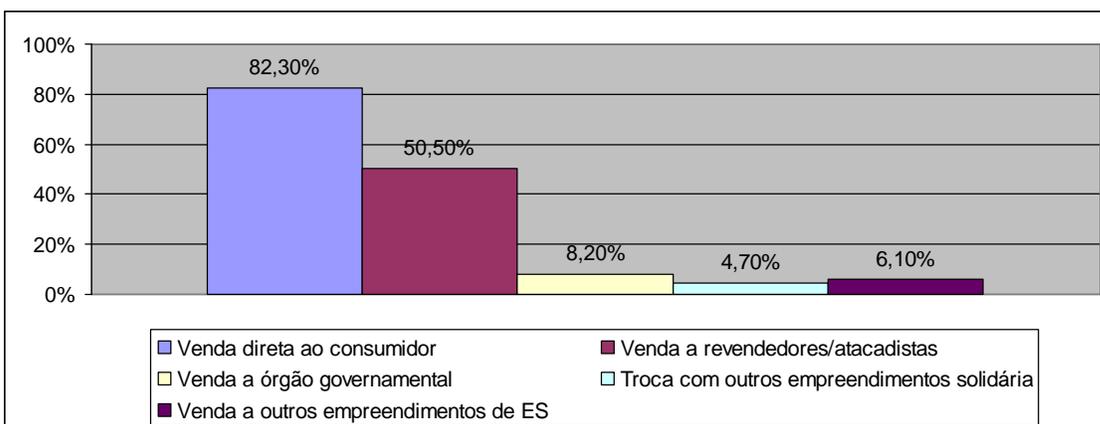


Fonte: SIES: 2005

## 6.5 A comercialização de produtos e serviços

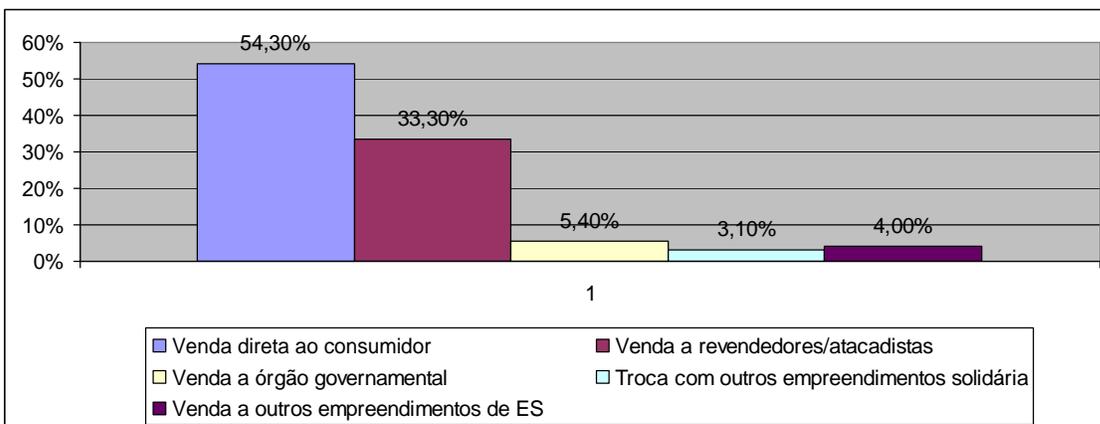
A maioria dos produtos são comercializados diretamente ao consumidor com entregas diretas a clientes, conforme relato das entrevistadas. No gráfico 5, observa-se que a venda direta ao consumidor 82,30% é predominante. A venda a revendedores/ atacadistas corresponde a 50,50%. Nota-se que a ocorrência da venda a órgãos governamentais e a troca com outros empreendimentos é bem baixa.

**Gráfico 5**  
**Formas de Comercialização**



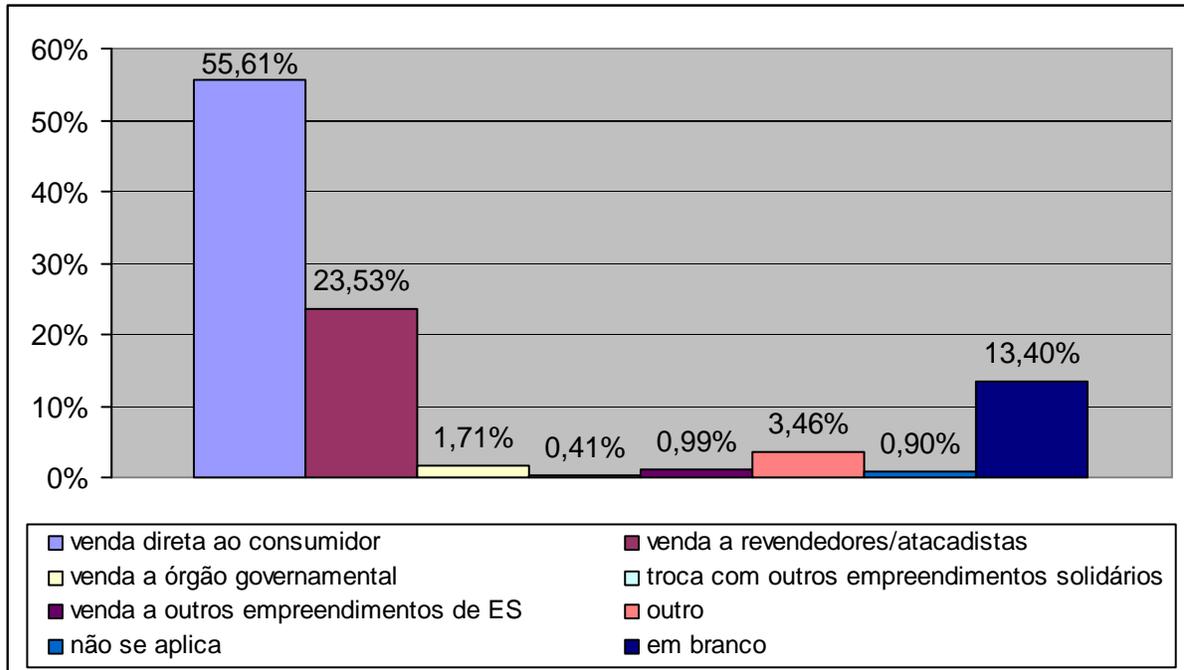
Fonte: SIES 2005

**Gráfico 6**  
**Formas de Comercialização**



Fonte: SIES 2005

Gráfico 7  
Formas de Comercialização



Fonte: SIES 2005

## 6.6 Analisando as percepções dos sujeitos pesquisados

### 6.6.1 A presença das mulheres na Economia Popular Solidária

Figura 14



Mulheres no processo produtivo:2006 – Fonte: arquivo da Pastoral Operária de Minas Gerais

Antes de analisar as percepções dos trabalhadores entrevistados acerca de algumas questões específicas, teceremos uma breve reflexão acerca de um elemento-chave do perfil dos sujeitos de nossa pesquisa. Constatamos que, nos grupos/empreendimentos econômicos solidários investigados, a grande maioria dos participantes é do sexo feminino, sendo que, dentre as pessoas entrevistadas, todas são mulheres.

Construir uma reflexão acerca do destaque do trabalho e da ação das mulheres no movimento de Economia Popular Solidária pareceu-nos, então, fundamental; não apenas por causa da importância da constatação acima mencionada e suas implicações para a compreensão do campo da EPS, mas também por se tratar de uma discussão cara ao momento histórico em que vivemos, no qual cresce o questionamento à invisibilidade e desvalorização do trabalho da mulher – invisibilidade esta construída e justificada socialmente ao longo de séculos. Não

por acaso, o trabalho das mulheres tem sido um tema central na agenda dos movimentos sociais organizados: todos os movimentos direta ou indiretamente discutem gênero. Entender as mudanças no mundo do trabalho e o impacto delas na vida das mulheres é um desafio constante para os setores que lutam por uma sociedade justa e igualitária. O movimento dos sem-terra e o movimento sindical, por exemplo, são pioneiros em dar atenção a esse desafio. Algumas das questões que mais freqüentemente fazem parte das agendas são: como se colocam os direitos das mulheres ao trabalho remunerado; as relações de maternidade e a socialização do trabalho doméstico, em um cenário neoliberal de diminuição de serviços sociais públicos; e as articulações entre produção e reprodução. Além dos movimentos populares, alguns especialistas vêm se debruçando sobre a temática. Todavia, as mulheres e o trabalho doméstico costumam vir enquadradas e analisadas nos estudos pela vertente clássica da economia. E, assim, muitos elementos importantes de análise são deixados de lado, como a divisão sexual do trabalho.

No que se refere especificamente a EPS, podemos também problematizar: de que forma a participação nos empreendimentos contribui para influenciar, modificar e gerar melhorias na vida das mulheres? Até que ponto a EPS enquanto movimento social pode vir a proporcionar a busca da igualdade de gênero e contribuir para a emancipação feminina?

Antes de prosseguir em nossa reflexão tomando essa direção, vejamos alguns dados sobre essa realidade fornecidos por estudos atuais. O mais completo mapeamento de abrangência nacional sobre os empreendimentos solidários, o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2006), demonstrou a força das mulheres nesse setor. O estudo revela que, quanto menor o porte do empreendimento, maior é a participação relativa das mulheres. Elas predominam largamente nos empreendimentos com menos de dez sócios (63%). Ainda de acordo com o Atlas, há cerca de 2300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), cerca de 1500 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens

(11%) e, os demais (73%), são empreendimentos formados por mulheres e homens.

Outro recente levantamento sobre a ação dos agentes da economia solidária<sup>17</sup> em 2006, realizado pela Fundação Universidade de Brasília (FUBRA – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA), demonstrou que 60% dos associados dos empreendimentos solidários, impulsionados pelos agentes, são mulheres. Os empreendimentos, em sua maioria, estão relacionados à produção de peças de vestuário, alimentação e artesanato. A pesquisa da FUBRA mapeou 258 empreendimentos assessorados pelos agentes em todo o país. O relatório informa, por exemplo, que a forma de organização mais incidente foi à associativa (39%), seguida dos grupos informais (36%). Juntas, elas representam 75% desses empreendimentos. (FUBRA - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: 2006)

Com base na revisão da literatura sobre esse assunto e na análise dos dados obtidos em nossa pesquisa, podemos inferir que as mulheres têm, em grande medida, consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento social de seu trabalho. No entanto, no contexto das práticas formativas desses grupos, ainda é incipiente e bastante difuso o debate sobre assuntos como gênero, implicações da inserção da mulher no mercado de trabalho em geral e na EPS, questões de poder relacionadas à divisão sexual do trabalho, dentre outras.

A maioria das mulheres relata que encontrou nos empreendimentos solidários um espaço de trabalho capaz de gerar e/ou complementar a renda do lar, para o “sustento da família”, além de uma referência importante em termos de pertencimento e laço social.

---

<sup>17</sup> Trata-se dos 252 agentes em práticas de Economia Solidária treinados pelo Projeto de Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) da SENAES/MTE para iniciarem novos empreendimentos ou fortalecerem iniciativas autogestionárias já existentes. No início de 2007, esses agentes atuavam em 116 comunidades quilombolas e em 122 comunidades pobres, beneficiando diretamente 32 mil trabalhadores.

Além disso, pudemos notar que, em geral, trata-se de trabalhadoras que têm o seu tempo dividido entre o trabalho doméstico da casa e o trabalho do grupo. Não é raro que, para atender a demanda e compensar o tempo do trabalho em casa, a jornada de trabalho seja estendida e trabalhem nos finais de semana.

Estudos recentes relativos à produção e reprodução do capital interpelam esse dado criticamente, analisando até que ponto as experiências solidárias contribuem para a manutenção da forma como, atualmente, o capital é reproduzido, visto que a organização do trabalho menos rígido, nos empreendimentos solidários, possibilita e muitas vezes favorece a participação feminina, sem prejuízos de suas responsabilidades domésticas. (NOBRE: 2003: 209-211).

Outros autores argumentam que as mulheres, no decorrer da história, têm dedicado muito de suas vidas para manter as relações de reciprocidade que proporcionam coesão à família e à sociedade, sendo estas expressas nas práticas de se reunir em grupos, seja na associação de moradores, no clube de mães, na igreja ou comunidade, nas relações familiares e comunitárias, o que facilita o engajamento em um movimento como o de EPS. Tendencialmente, as mulheres são as primeiras a se auto-organizarem, devido às dificuldades materiais que o mundo feminino apresenta, como o acesso à propriedade, a terra e ao crédito.

Em contrapartida, o trabalho fora de casa ou a renda por este gerada pode representar para elas a libertação de algum laço de dependência econômica em relação a outrem. Porém, há que se reconhecer que somente o acesso a essas atividades econômicas não garante a igualdade entre homens e mulheres. Resta ainda a possibilidade de essa questão ser trabalhada de outras formas na EPS: por exemplo, via tomada de consciência e engajamento político das mulheres que participam desse campo.

Contudo, se os grupos de trabalho se reúnem por necessidades imediatas e cotidianas, é preciso ir além do imediatismo e discutir a implementação ou

articulação de políticas públicas para atenuar a divisão sexual do trabalho e a desigualdade entre os sexos, inclusive no interior do próprio movimento de EPS.

Assim, sob a ótica das relações de gênero e emancipação feminina, algumas contribuições podem ser construídas. Conforme já dissemos, a EPS não pode ser vista somente como um movimento econômico: é também um movimento popular, dos trabalhadores, e sua atuação deve estar atrelada à de outros movimentos sociais que expressam um comprometimento com a comunidade, com o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, as mulheres que dele fazem parte devem dispor de instrumentos político-ideológicos que lhes permita questionar, dentre outras coisas: a manutenção do *status quo* e a reprodução de elementos geradores de desigualdade social, relacionados à sua condição de classe, etnia e raça; as construções sociais e econômicas que ocasionam a desvalorização do trabalho feminino (por que socialmente o trabalho das mulheres é visto como “leve”, “insignificante” e considerado mais como um complemento da renda familiar?); as demandas instituídas que lhes requisitam uma articulação sobre-humana entre a vida familiar e profissional. Nobre acrescenta outras formas de contribuição que a EPS pode ensejar:

a) por se tratar de no contexto do trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussão privilegiados para expressar reivindicações e pressionar efetivamente as autoridades públicas para a construção de políticas públicas de gênero, ajudando assim no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis a elas.; b) a participação nos empreendimentos econômicos solidários viabiliza o acesso ao crédito; c) proporciona a emancipação financeira da mulher. Enfim, dentro do Movimento de Economia Popular Solidária o maior desafio é transformar as relações interpessoais e de gênero, ao mesmo tempo em que se busca mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura. (NOBRE, 2003:28).

### **6.6.2 Aperfeiçoamento Profissional e Crescimento Pessoal**

Praticamente a totalidade das entrevistadas percebe o processo formativo como uma conquista em sua formação profissional e em sua vida pessoal. Grande parte

é originada de famílias de camadas populares, muito numerosas e que nunca freqüentaram a escola ou quaisquer cursos de formação técnica ou profissional. São mulheres que por questões culturais e econômicas freqüentaram os estabelecimentos de ensino para aprenderem somente o básico, ou seja a leitura e a escrita e algumas nem sequer passaram pela escola:

A gente convive com muita gente. A gente às vezes... da idade que eu to eu aprendo as coisas com elas que eu não sei. Elas aprende comigo o que elas não sabe, então isso eu acho que é um desafio pra nós. (Entrevistada 5 do Grupo Fadas do Cerrado de Pompeu – 68 anos e nunca freqüentou a escola).

Ao estimular a participação em fóruns regionais, estadual, feiras, encontros de intercâmbios e trocas de experiências com demais grupos acompanhados, as componentes dos grupos, entre as quais muitas nunca tinham saído de suas cidades ou participado de eventos, percebem o crescimento próprio e do grupo:

Eu acho que até no modo de pensar, sabe, por que eu acho assim... no modo de pensar, no modo de agir, muitas coisas que as vez a gente insista e que pode mas quando você vai fazer nos cursos, percebendo, isso aí você não pode fazer. Muitas vezes 'Ah, esse aí nós vamos fazer desse e desse jeito', mas quando você vai, participa dum encontro, participa de alguma coisa, você vai ouvir que aquilo ali que você pensou que poderia, você não pode fazer. Então isso ai ajuda você a resolver os problemas tanto dentro da confecção até na vida pessoal. ( Entrevistada 2 da APSOL de Ipatinga)

A falta de recursos, disponibilidade de tempo ou mesmo a dificuldade de deslocamento impedem a maioria dos trabalhadores de realizar cursos de capacitação técnica ou mesmo de manuseio das máquinas e equipamentos. O aprendizado acontece através do intercâmbio com outros grupos afins ou com as mulheres que estão no grupo e sabem lidar com as máquinas ou detêm o saber: sabem costurar, ou sabem fazer tal receita de medicamento natural, ou mesmo sabem ir a um banco fazer um depósito [...]

A constatação desse fato nos remete à discussão sobre a importância relativa que tais trabalhadores conferem à capacitação formal ou informal para o exercício de

suas atividades de trabalho. Concordamos com Vasconcelos (2006: 52) quando este defende que capacitar não é treinar e sim oportunizar o ato cognoscente relativo a determinados procedimentos, necessários ao bom desempenho de dada ação ou tarefa. Ou, nas palavras de Paulo Freire:

A capacitação técnica é mais do que um treinamento, porque é a busca de conhecimento, é a apropriação de procedimentos. Não pode nunca reduzir-se ao adestramento, pois que a capacitação só se verifica no domínio do humano. (Freire, 1988:1992)

Algumas falas das entrevistadas:

“Uai, aprendi. Quando eles chegou nós não mexia muito no início. Com a seladora eu nunca tinha mexido. As meninas falou ‘é assim’. A Vanda( Nome fictício) mesmo falou ‘é desse tipo’, ela mexia, fui vendo mexendo e mexi também. O moinho de moer as cascas eu não sabia como é que mexia, então tinha um moço aqui na área, ele ensinou pra nós como é que limpava o moinho, como é que era bom pra andar mais rápido, pra não soltar muito pozinho pra cima, colocar um plástico. Essas coisinhas pequena mas que é importante.” (Entrevistada 2 do Grupo Fadas do Cerrado – Que no início tinha resistência em lidar com os equipamentos mas conseguiu com o apoio das outras a superar as dificuldades).

A troca de saberes é estimulada através da interação entre grupos e as participantes dos grupos percebem o quanto tem sido proveitoso o aprendizado e o crescimento pessoal. E como o saber é sempre o saber de alguém que trabalha no intuito de realizar um objetivo qualquer (...) o saber não é algo que flutua no espaço, o saber está relacionado com a pessoa e a identidade dela, com sua experiência de vida com sua historia profissional (TARDIF,2003:11)

“Ah, tem sido muito bom pra mim, né. No aspecto pessoal porque eu percebo que eu cresci muito. Adquiri muito, assim, através da troca do saber, né, então eu aprendi muitas coisas que tem sido úteis pra mim. E eu acho isso maravilhoso, porque é muito bom a gente ta aprendendo.” (Entrevistada 2 do grupo de Produtos de limpeza Rio Verde de Varginha)

As experiências escolares de quase todas as entrevistadas são de escolas públicas de cidades pequenas do interior do estado e a valorização do aprendizado e do espaço de formação para elas são de uma importância sem

igual. Pois tudo é muito novo e muito instigante: a oportunidade de falar, de viajar, de conhecer outras pessoas. A relação com quem produz e quem ensina ou a valorização do saber popular traduz em uma satisfação pessoal sem igual para todas as entrevistadas. O entusiasmo é demonstrado pelo esforço e insistência em construir novas relações com os demais grupos e socializar o que sabem, bem como do reconhecimento do processo formativo ou dos ‘encontros’ como dizem:

Se não fosse esses encontros a gente não taria no que tá hoje não. Porque a gente, nesse assunto aí, a gente era praticamente cego, sem saber de nada. E foi justamente nesses encontros, nessas viagens, a gente vem aprendendo e abrindo a memória e enxergando as coisas e aprofundando mais nisso aí. Agradeço muito a esses encontros. E a gente não pode deixar de ir nesses encontros de jeito nenhum. Igual tem os encontros, a feira, isso tudo ajudou nós demais. Se não fosse isso nós não tava no que tá hoje.”(Entrevistada 2 de Cataguases).

Sobre a formação profissional muitas, que até então não tinham uma profissão, se dizem aptas a atuarem numa área específica como a produção de algo ou no caso da autogestão em que elas sentem a necessidade de aprender tudo: desde o beneficiamento, a produção, a comercialização e a gestão do grupo e está sempre aperfeiçoando como elas mesmas dizem:

Eu acho assim esses cursos faz mais a gente crescer na vida profissional, porque se você vai lá, aprende que você deve procurar... que muitas vezes a pessoa só se fecha querendo aprender aquilo ali e pronto. E não, na vida profissional você tem que sempre tá buscando o aperfeiçoamento melhor. Principalmente na área de costura, você tem que tá procurando com jeito de você aperfeiçoar mais, aí eu acho que esses cursos te ajuda(...)” (Entrevistada 4 do Grupo de Ipatinga)

A maior parte das entrevistadas faz alusão ao aperfeiçoamento profissional e o crescimento pessoal proporcionados pela participação nos grupos e pela atividade de trabalho:

“A Margarida (nome fictício) me convidou pra trabalhar lá, entrar no grupo e eu entrei como arrematadeira. Mas sentada sempre perto da Celinha, da Crioula, vendo como é que elas faziam e de repente eu resolvi pegar a máquina e consegui. E hoje, graças a Deus, até o viés, né, que me intimidava muito, agora eu já consigo passar. A gente aprende as coisas mais é no aperto mesmo.” (Entrevistada 2 do grupo de Ipatinga)

“Eu vejo assim os cursos são um crescimento pra gente, pra mim eu acho assim, que é um crescimento, isto aí a gente ta sempre pondo em prática o que a gente aprendeu la fora.” ( Entrevistada 1 do grupo de varginha)

“Ah, sempre ajuda, né. Qualquer tipo de curso sempre ajuda no crescimento. Crescimento espiritual, humano, sempre ajuda. Sempre serve pro crescimento pessoal, espiritual.” ( Entrevistada 3 do grupo de Cataguases).

“Olha, você aprende muita coisa, tanto você aprende como você passa. Então é muito importante você ta sempre aprendendo e sempre passando.” (Entrevistada 1 do grupo de Pompeu)

Uai, porque é bom sempre ta aprendendo as coisas. Cada um trem que a gente aprende a gente fica assim.. mais, sei lá, alegre, achando bão, né.(Entrevistada 4 do grupo de Cataguases)

“Ajuda muito porque uma palavra, um ensino de uma pessoa pra gente é bom demais.” (Entrevistada 5 do grupo de Pompeu)

“A Celinha me convidou pra trabalhar lá, entrar no grupo e eu entrei como arrematadeira. Mas sentada sempre perto da Celinha, da Crioula, vendo como é que elas faziam e de repente eu resolvi pegar a máquina e consegui. E hoje, graças a Deus, até o viés, né, que me intimidava muito, agora eu já consigo passar. A gente aprende as coisas mais é no aperto mesmo.”( Entrevistada 1 do grupo de Cataguases)

“A gente convive com muita gente. A gente às vezes... da idade que eu to eu aprendo as coisas com elas que eu não sei. Elas aprende comigo o que elas não sabe, então isso eu acho que é um desafio pra nós.” ( Entrevistada 1 do grupo de Ipatinga)

“Ah, eu tenho percebido que é um maneira de crescimento, né, e é muito bom a gente tá fabricando e vendendo e aprendendo, né.” ( Entrevistada 3 do grupo de Pompeu)

“Ah, que a gente coloca em pratica aquilo que a gente recebe, ajuda muito no crescimento. Porque senão viver em grupo não é fácil, sem a gente ter essa formação não há sustentação no grupo.” (Entrevistada 2 do grupo de Cataguases)

“O que a gente aprende engloba a vida da gente inteira, até na família é um crescimento maior e um entendimento. Eu acho que ajuda muito na vida da gente.” (Entrevistada 3 do grupo de Varginha)

“No aspecto profissional a gente já tem aquele tempo da gente dedicado pra isso(atividades formativas), então a gente tano trabalhando, ocupando o tempo da gente é uma grande vantagem, né. E no aspecto pessoal eu me sinto realizada. Então eu to fazendo aquilo que eu gosto, que eu quero. Então a gente se sente realizada. E quando a gente se

sente realizada, a gente se comunica melhor com a família, com as colegas e tudo, né.” (Entrevistada 4 do grupo de Cataguases)

“Conhecer o que é economia popular solidária, o que é muito fácil falar, difícil é viver, e através desses cursos a gente tá tentando colocar em prática. Até então pode ser que não seja tão perfeito mas com o tempo a gente tá crescendo e melhorando. Então os cursos vem pra acrescentar conhecimento.” (Entrevistada 2 do grupo de Pompeu)

### **6.6.3 Autogestão nos Empreendimentos Econômicos Solidários**

Iremos, a partir de agora, resgatar os significados centrais que emergiram nas falas de nossas entrevistadas quando interpeladas a respeito de seu trabalho com a Economia Popular Solidária e os valores que adotam em suas práticas produtivas. A autogestão é um dos princípios que aparece em destaque em suas falas.

Antes de evidenciar os elementos que emergiram nessas falas, introduziremos alguns esclarecimentos teórico/conceituais.

A autogestão e a cooperação podem ser consideradas as formas básicas pelas quais o trabalho na Economia Popular Solidária é organizado. De acordo com seus preceitos, os trabalhadores detêm integralmente o controle dos meios de produção, não sob a lógica do capital, mas a partir da lógica do desenvolvimento humano.

Segundo a SENAES/MTE (2006), a cooperação consiste na “existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.”

Já a autogestão, ou gestão da produção pelos trabalhadores, ocorre quando um grupo é administrado pelos seus participantes, em regime de democracia direta. Nessa situação, os trabalhadores são proprietários do grupo autogestionário. É um modelo de organização do trabalho em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam a propriedade e os meios de produção com participação democrática da gestão.

Autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária. Se a organização for produtiva (uma cooperativa ou associação de produção agrícola, extrativa ou industrial, por exemplo), a propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual, que em consequência terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores administrativos da mesma. (SINGER, 2003:116)

A autogestão cria as condições para que os participantes de um empreendimento possam demonstrar sua capacidade empreendedora, visto que estes são chamados a assumir toda a responsabilidade pela tomada de decisões. As decisões que costumeiramente seriam centralizadas no poder de uma só figura ficam a cargo do grupo que, em conjunto, decide pela opção que vá ao encontro das necessidades do empreendimento. Associada a isso está a idéia de autonomia, ensejada pela ausência de um patrão que os controle todo o tempo, fato este que lhes propicia uma sensação de independência.

Conforme ALBUQUERQUE in CATANNI (2003: 25)

A essência dessa prática social está fundada na repartição do poder, na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social.

A autogestão na “outra economia” se firma, então, no modo de agir coletivo, conforme os princípios do associativismo e do novo cooperativismo popular, indo além da conotação meramente econômica, de modo a englobar as lutas políticas e ideológicas.

Historicamente, a autogestão é uma organização da produção e relações de trabalho que tem suas origens em meados do século XIX, via pensamento socialista.

Uma vez sedimentada no ideário socialista, a autogestão na sua forma mais pura abre mão do lucro e do assalariamento. O conceito mais usual é o do excedente, apropriado coletivamente por todos os envolvidos no processo. Todavia, na prática, vemos apropriações que podem se afastar desse ideário. Lembremos que, por vezes, a herança de uma cultura empresarial pautada pela eficiência e pelo lucro pode corromper a motivação por parte dos trabalhadores em superar a eficiência produtiva e lucrativa. Conforme FARIA e NAKANO (1997:12):

É fundamental pensar numa proposta de formação dos trabalhadores das empresas autogestionárias, sem ter sobre eles uma visão idílica, pois trazem uma cultura predominantemente individualizada, centrada numa preocupação com o emprego e o salário, e não necessariamente no trabalho como fonte de criação.

Além disso, esses trabalhadores acabam tendo de enfrentar muitos problemas para conseguirem manter o negócio funcionando e seus postos de trabalho, principalmente. Os principais desafios costumam ser os conflitos internos e a inexistência de uma legislação específica que ampare o setor e dificuldades de acesso aos créditos.

No Brasil, a autogestão tem ganhado espaço nos últimos vinte anos via recuperação e retomada de empresas falidas por parte dos trabalhadores. Já afirmamos anteriormente que na EPS são típicos os casos em que empresas, após regime falimentar, passam a ser geridas pelos trabalhadores. Geralmente são empresas que passaram por sérios problemas legais ou financeiros e têm sua gestão através do cooperativismo autêntico. De acordo com a ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores em Autogestão - a primeira experiência de recuperação de empresas por trabalhadores surgiu em 1991, em Franca, tradicional pólo de calçados no interior de São Paulo. (ANTEAG, 2004). Era a reação dos trabalhadores de uma fábrica de calçados com a falência decretada.

Os trabalhadores do chão-de-fábrica, ou seja, aqueles com perspectivas mínimas de recolocação no mercado de trabalho, empenharam-se na constituição de uma empresa autogestionária com o apoio do sindicato da categoria: tinham o capital inicial com a massa falida e 450 postos de trabalho a preservar. A veiculação da informação a respeito da tão sucedida empreitada circulou pelo meio sindical, aliada a relatos de outras experiências bem sucedidas nos Estados Unidos e na Europa. O que antes eram apenas possibilidades distantes começou a se tornar realidade aqui no Brasil, funcionando como um contraponto à eliminação de postos de trabalho. Várias empresas falidas foram então assumidas pela gestão dos trabalhadores, transformando-se em cooperativas ou associações.

Ao falar especificamente da autogestão, o(a)s entrevistado(a)s a definiram como uma forma de trabalho que propicia a interação de todos os integrantes, na qual estão presentes o espírito de coletividade e solidariedade, bem como a divisão igualitária de tarefas, representatividade e lucros:

“É autogestão, eu acho muito bom porque a gente tá a par de tudo. Tá dando valor a si próprio, do seu trabalho. Aqui, por exemplo, se eu tô pesando, embalando, quando eu acabo já sento na seladora, selo ali, saio de lá já vou etiquetar tudo, arrumar tudo direitinho.” (Entrevistada 1 da Cidade de Pompeu)

“Às vezes eu vejo assim, que a gente... pesa bastante pra gente por causa que a gente tem que ter muita responsabilidade, principalmente na hora das compras, de correr atrás das coisas e nas entregas. Às vezes eu acho que pesa um pouco por causa disso, que você tendo o patrão você só tem aquela responsabilidade de chegar e fazer o serviço, e a gente não tendo o patrão, a gente tem a responsabilidade de fazer o serviço e, acho que maior ainda do que fazer o serviço é a gente ser responsável por aqueles trem que vai chegar e que vai sair. Ver a qualidade das coisas, que a gente tem que tá sempre olhando. Não passar nada vencido, não receber nada vencido.” (Entrevistada 4 da cidade de Cataguases)

“Pra mim é muito importante esse trabalho e há uma diferença muito grande porque nós, é claro que nós temos que ter o nosso jeito de trabalhar, mas é muito importante e é bem melhor do que as outras que não são solidárias, por que a gente não tem ninguém pra mandar. Pra ficar apertano, né. A gente trabalha alegre, satisfeita, mas, porém... porque nós temos consciência que é dali que sai o nosso sustento. Não

porque alguém nos obriga a trabalhar pra render dinheiro pra eles. É essa a importância que eu vejo”. (Entrevistada 2, da cidade de Ipatinga)

“Porque aqui a gente trabalha como uma família. Não é... é um grupo assim: como se fosse todo mundo numa família só. É uma família só. E às vezes lá fora não, porque às vezes tem uma, duas, né. Os filhos trabalham lá, mas não é igual nós aqui, que aqui é uma família. Eu considero como uma família.”( Entrevistada 4, da cidade de Pompeu)

“Porque aqui nós não trabalhamos só a costura, né. Trabalhamos assim, um ou outro, as vezes... como é que eu falo..., nós envolvemos uma com a outra, um dá opinião, o outro dá, então não é aquele negócio assim ‘Eu tô aqui pra mim trabalhar’. Aqui nós estamos trabalhando mas nós também tá um ajudando o outro”. (Entrevistada 3, da cidade de Cataguases)<sup>18</sup>

Já o termo Economia Popular Solidária, para os (as) integrantes dos grupos pesquisados nesta dissertação, está ligado fundamentalmente à ideia de solidariedade. Em seus discursos, o termo remete a uma forma de trabalho na qual o envolvimento com a atividade e a satisfação pessoal em realizá-la se sobrepõem aos interesses financeiros. Muitos falaram de suas experiências na EPS em termos de “uma oportunidade” que estimula o descobrimento de “talentos ainda não despertados”, onde aquelas pessoas, que por algum motivo foram excluídas pelas exigências do modelo capitalista, têm a possibilidade de serem inseridas no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que exercem “atividades que lhes proporcionam prazer” e nas quais identificam “um sentido”. Acima de tudo, através do trabalho em conjunto e da divisão igualitária de tarefas e lucros, a Economia Popular Solidária é entendida como um empreendimento destinado a mobilizar e organizar as pessoas em grupos produtivos, que acabam investindo muito de si, mesmo que “não se colha imediatamente os frutos”. O engajamento no projeto é visto como auto-regulado: “nós somos os patrões”.

---

<sup>18</sup> Depoimentos dos entrevistados abordados na pesquisa.

Seguem-se alguns exemplos de respostas das entrevistadas, quando indagamos especificamente acerca do significado da expressão Economia Popular Solidária.

“Ó, Economia Popular Solidária pra mim, o que eu entendo é assim, todo mundo trabalhando e solidário um com o outro, tomando as decisões e nós mesmos assumindo as conseqüências. O que eu entendo é isso, né. Nós somos solidários um com o outro. Por exemplo, se tem um doente eu falo ‘Não, você não vem que nós fazemos o serviço’ e aí a gente faz o trabalho dele com maior alegria por que a gente tá ajudando o próximo.”(Entrevistada 1, da cidade de Ipatinga)

“Economia Popular Solidária seria a pessoa dividir, saber dividir com o irmão o que tem, e passar o pouco que a gente tem pro próximo.” (Entrevistada 2, da cidade de Cataguases)

“A economia solidária? É um grupo que trabalha em prol uns dos outros. Nós somos assim. Não importa o que o outro teje passando ou se eu tenho capacidade mais do que o outro. Eu tenho que tá sempre solidário com o outro.” (Entrevistadas 3, da cidade de Pompeu)

“É um ajudando o outro. Todos unidos pra a hora que um precisa o outro ta ali pra ajudar o outro, pra conviver todo mundo iguais.” (Entrevistada 1 de Varginha)

“Bom, eu ainda tenho muito que aprender sobre isso, sobre esse assunto da Economia Popular Solidária. Pra mim é muito significante, é um trabalho que estimula a gente a explorar coisas em nós. E a trabalhar até mesmo nossa maneira de pensar. É uma questão de você ta investindo em algo que você não vê no momento. As pessoas ficam assim: Mas vocês estão tendo lucro? Não. Nós estamos investindo. Nós estamos plantando pra um dia colhermos. Então eu vejo isso como um sonho gostoso de sonhar, de viver ele, eu acredito nesse projeto.” (Entrevistada 4 de Ipatinga)

“É um trabalho em conjunto, aprender a dividir, não pensar só em mim. Saber que aquele é um trabalho em grupo, que tudo vai ser dividido”. (Entrevistada 5 de Pompeu)

“Economia Popular Solidária significa que a gente tá organizando a nossa vida, a nossa casa, né, a gente mesmo decidindo” (Entrevistada 3 de Cataguases)

“Economia Popular Solidária seria a pessoa dividir saber dividir com o irmão o que tem, e passar o pouco que a gente tem pro próximo”.(Entrevistada 2 de Varginha)

Segundo as entrevistadas na pesquisa, a convivência com as colegas de trabalho se apresenta como um dos maiores benefícios do projeto de EPS. A troca de

experiências, bem como a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, juntamente aos demais integrantes do grupo, a união e o espírito de solidariedade têm propiciado, além de um acréscimo profissional, um engrandecimento pessoal:

Nós temos participado de encontros e feiras promovidos pelo fórum mineiro de Economia Popular Solidária, cursos de formação e articulação promovidos pela Pastoral Operária e Cáritas diocesana de Itabira. (Entrevistada 2 de Ipatinga)

“Olha, nós temos participado de cursos com a Pastoral Operária de relacionamento e contabilidade, curso de formação em São Paulo e outros cursos com a articulação do fórum.” (Entrevistada 3 de Pompeu)

Os grupos trabalham com equipamentos dos mais simples, como: agulha de tricô, tesoura e dos mais complexos como máquinas desidratadoras de frutas, fogões industriais, máquinas de costura e corte industrial.

Sobre cursos ou aprendizados de como utilizar essas máquinas e a manutenção das mesmas, fica claro para as entrevistadas que poucas fizeram cursos técnicos ou treinamentos com pessoas especializadas no assunto. O que acontece, de fato, é um aprendizado autônomo e uma troca de saberes entre as participantes dos grupos.

Algumas entrevistadas falam sobre cursos ou treinamentos para a utilização das máquinas e equipamentos:

“aprendemos ao ver uma das colegas utilizar.” (Entrevistada 1 de Pompeu)

“Pois nós aprendemos umas com as outras.” (Entrevistada 2 de Varginha)

“Nós mesmas que teve que ir descobrindo como que lidava com esses aparelhos.” (Entrevistada 1 de Cataguases)

“Eu acho que à medida que for chegando mais gente, a gente talvez vá tendo que vê alguém pra ta, instruindo (...).” (Entrevistada 5 de Pompeu)

“Fizemos um curso técnico de como manusear os produtos e os equipamentos.” (Entrevistada 3 de Varginha)

Outras explicaram de que forma é feita a manutenção das máquinas e equipamentos:

“Somos nós mesmas.” ( Entrevistada 3 de Cataguases)

“Algumas sim, mas outras pelos maridos.” (Entrevistada 2 de Pompeu)

“Os problemas mais simples, sim sono nós, mas os complexos não, aí nós chamamos um técnico.” (Entrevistada 3 de Ipatinga)

## Considerações Finais

Os empreendimentos econômicos solidários são importantes alternativas ao desemprego e também concentram um grande potencial de transformação cultural e social. Mas, conforme conseguimos apreender das experiências em curso, elas têm enfrentado grandes desafios pedagógicos, de formação de valores, da educação para cooperação e o grave risco de não se investir em educação solidária.

Um empreendimento solidário exige, além do desenvolvimento de sua base material, um certo grau de consciência e motivação por parte de seus membros. Em contraposição ao sistema de competição, esses espaços exigem também o aprendizado da participação coletiva, para que seus membros se tornem sujeitos do processo, movidos por princípios éticos e valores de cooperação, bem comum e solidariedade.

Percebemos que nos empreendimentos autogestionários há uma certa dificuldade de vivenciar a autonomia pelos trabalhadores. Todavia, não podemos deixar de reconhecer que, apesar das dificuldades ou deturpações e para além dos discursos extremistas, os empreendimentos solidários vem garantindo a produção da existência de parcelas crescentes da população de camadas populares.

As pesquisas do mapeamento nacional concluídas em 2006, “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, descobriram que a maioria dos empreendimentos teve acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação das entidades e gestores públicos. A EPS apresenta muitos resultados positivos, porém é difícil de ser executada e os resultados de serem demonstrados. Mas o que se tem notado é que os trabalhadores nos empreendimentos autogestionários, os pequenos produtores, as mulheres de camadas populares, vêem na EPS e seus princípios uma alternativa viável à situação em que se encontram. Muitos sobrevivem em condições precárias e com problemas de auto-sustentação e a união entre esses

trabalhadores é essencial. É uma contraposição no seu modo de viver e trabalhar, pois muitos deixam de ser assalariados e passam a ser cooperados. Essa mudança de matriz exige muito dessas pessoas, que se acostumaram a seguir uma outra lógica nas relações de trabalho e, de uma hora para outra, são “convidadas” a rompê-la, mudando também valores pessoais, visão de mundo, práticas coletivas etc. Essa mudança de vida e mentalidades pode desencadear outros processos sociais e interferir na macroestrutura social. As iniciativas práticas podem demonstrar que é possível a existência de uma nova forma de sociabilidade alternativa à sociabilidade capitalista. Os empreendimentos solidários têm se configurado como uma oportunidade de driblar ou satisfazer as necessidades imediatas de sobrevivência e subsistência, ou seja, como solução à situação de desemprego crescente. No entanto, esses empreendimentos têm uma lógica distinta de outros empreendimentos capitalistas que surgem com a intenção de somente obter lucro. Dessa forma, os trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho que, através de sua auto-organização, constituem empreendimentos coletivos, poderão, ao vivenciar elementos de uma nova sociabilidade, construir um novo projeto de sociedade, uma outra economia.

Quanto à educação, tem-se por parte dos grupos uma enorme dificuldade em superar sua dimensão instrumental. Há uma constante cobrança, entre os trabalhadores vinculados aos empreendimentos econômicos solidários, de um comportamento social pautado pela solidariedade, ao contrário da competição. A EPS parece exigir das pessoas que mudem a maneira de verem o mundo e que pautem o seu comportamento individualista-competitivo pelo comportamento coletivo e solidário. Mas tal tarefa não é fácil, pois somos educados por diversos agentes (escola, família, grupos de pares) para sermos competitivos e individualistas, e, portanto, o germen da competição está entranhado em nós.

Há uma visão de mundo pautada em grande medida pelo imediatismo, devido à urgente necessidade de sobrevivência da maioria das pessoas que compõem os grupos. Mas notamos que, à medida que conseguem superar as condições

imediatas no campo econômico, começam a se preocupar com outros fatores sociais importantes e um deles é a educação. Mas são poucos aqueles que têm disponibilidade de tempo e oportunidade de participar de práticas pedagógicas geralmente diferenciadas oferecidas pelo movimento.

Observamos que esse tipo de preocupação começa a ser ostentada também pelas agências de fomento, ONGs e entidades de apoio a Economia Popular Solidária. Algumas se apropriam de um discurso em prol de uma educação no sentido de fazer com que os indivíduos se apresentem aptos a competirem no mercado formal de trabalho, mas há também aquelas que constroem propostas atentas à importância da educação em sua relação com a transformação social.

Os trabalhadores entrevistados, em sua grande maioria, não demonstraram possuir uma concepção taxativa das fronteiras existentes entre um empreendimento capitalista e uma proposta autogestionária. Na prática cotidiana nos locais de trabalho, muitos resquícios da forma de trabalho tradicional são evidenciados ou relações individualistas ou autoritárias são destacadas. Há um reconhecimento geral de que não são trabalhadores vinculados a uma empresa capitalista, e isto se dá por meio de um esforço contínuo de trabalho coletivo ou de conversão para os princípios que norteiam o movimento da EPS. O que se percebe na fala desses trabalhadores é que, com exceção de alguns militantes que se caracterizam como sendo dos movimentos sociais já conhecidos, a maioria se define como engajados em grupos da economia populares solidária ou pertencentes ao empreendimento ou grupo. Sua participação não é definida na maior parte dos momentos como de caráter ideológico e cultural, e sim pelo viés econômico ou como uma forma de trabalho diferenciado, em que unem laços de amizade, e conseguem superar dificuldades antes impossíveis de superação individualmente.

Em relação aos aspectos culturais, principalmente em relação à organização da produção, é perceptível a gestação de uma nova cultura do trabalho nos grupos abordados na pesquisa. Identificamos um esforço em prol da construção e legitimação de uma cultura de cooperação ou de identidade contrárias ao capitalismo. Há a difusão e o estímulo de atitudes perante o trabalho que incentivam o solidarismo e as práticas autogestionárias. A EPS, vivenciada pelos componentes dos empreendimentos autogestionários, leva a um conjunto de benefícios indiretos e sociais tais como sustentabilidade ecológica, redução das desigualdades, justiça social, empregabilidade, emancipação humana e redução de sofrimentos de cunho psicológico e existencial. Mas a melhoria absoluta das condições materiais de sobrevivência é, sem dúvida, a matriz mais mensurável e a que arregimenta essas pessoas envolvidas em tais empreitadas, ou seja, a forma de sobrevivência imediata por meio de uma alternativa concreta de geração de trabalho e renda.

É dentro desse cenário contraditório, mas também rico que tanto os envolvidos diretamente no processo quanto os estudiosos da temática estão se deparando com a necessidade de melhor compreender e sustentar esse projeto em construção, resgatando seus valores e sua importância nessa nova configuração social. O movimento crescente de Economia Popular Solidária requer colaboradores conscientes de sua missão de construir e reconstruir comunidades e grupos, e não proprietários, gerentes ou funcionários.

## Referências Bibliográficas

ABDALLA, Mauricio. **O Princípio da cooperação: em busca de uma racionalidade.** São Paulo: Paulus, 2002.

AGUIAR, Monique Florêncio de. **Racionalidade e consciências: concepções acerca dos movimentos sociais.** In: Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.76-90, 30 mar. 2006. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2006.

ALMEIDA, Nazaré. **A competência: uma perspectiva teórico-conceitual.** Dissertação de mestrado, Centro de Educação Tecnológica, 2005.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. **Autogestão.** In: CATANNI, Antônio David. A outra Economia. Porto Alegre: Veraz

ANGELI, Rosângela & BERNADI, Cecília Margarida Bernadi. **Mulheres na Economia Popular e Solidária** In: Revista Espaço Acadêmico. São Paulo, Nº 70. Março de 2007.

ANTEAG. Autogestão: **Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** 2.ed. São Paulo: ANTEAG, 2000. 141p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Campinas: Cortez, 1995.

ARANHA, Antonia Vitória Soares. **Trabalho, subjetividade, educação.** In: Revista Outras Falas. Revista de Formação da Escola Sindical 7 de Outubro/CUT. Belo Horizonte, 2000. n.3. p.55-63.

ARENDT, Hannah., **A Condição humana,** 4<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1991.

ARENDDT, Hannah. **O Labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos.** Cap. III. In: A condição Humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano. A formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e Economia Solidária.** ARRUDA, Marcos e BOFF. Leonardo. Globalização:Desafios Socioeconômicos. Rio de Janeiro: Vozes,2003

\_\_\_\_\_. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa.** Ed. PACS, Rio de Janeiro, 1998.

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDARIA: 2005. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. [www.mte.gov.br/empregado/economia\\_solidaria](http://www.mte.gov.br/empregado/economia_solidaria). Último acesso 30 de Agosto de 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**, 3ª edição. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos,1981.

\_\_\_\_\_ (org.) **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999

BRASIL/SENAES/MTE.2005. **Termo de Referência: Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil.** Brasília: 2006. [www.m.te.gov.br/senaes](http://www.m.te.gov.br/senaes) acessado em 23 de março de 2007.

BRAVERMAN, Harry.**Trabalho e capital monopolista.** Ed. Guanabara Koogan.Rio de Janeiro. 1974.

BEAUVOIR, Simone de . O Segundo Sexo: Fatos e Mitos . São Paulo: Difusão Européia do livro. 1970.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base.** São Paulo, Brasiliense,1981.

BOFF, Clodovis. **Comunidade Eclesial – Comunidade Política.** Petrópolis, Vozes, 1978.

BOGDAN,R.C.; BOKKLEN, S.K. **Investigação Qualitativa em Educação.** Porto: Porto Ed., 1994.335.p.

CÁRITAS. **Economia Popular Solidária.** In: Caderno 2. da Cáritas Brasileira. Outubro de 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1999.

CASTELLS, MANUEL. **A Sociedade em rede (a era da informação: economia, sociedade e cultura);** v.1, São Paulo: Paz e Terra,1998.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CEPAT INFORMA, Nº 68 Ano 6 Dez. 2000, p. 51-57. Centro de pesquisa e apoio aos Trabalhadores, Curitiba. Dezembro de 2000.

CEPAT INFORMA, Nº 83 .**O Mundo do Trabalho em Mutação.** Centro de Apoio e pesquisa aos trabalhadores, Curitiba. Maio de 2002 p. 3-15.

COELHO, Frankin Dias. **Finanças solidárias**. In: A Outra Economia. Antônio David Catanni (org.) Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CONCRAB. **Cooperativas de produção: Questões práticas**. cadernos de formação. Nº 21. 3 ed. São Paulo, Junho de 1998.

CORAGGIO, José Luis. **Economia urbana – la perspectiva popular**. Quito: Ediciones Abya-Yala.1998.

CORAGGIO, José Luis. **Economia Popular e Construção da Cidade**. Revista Proposta, Nº 62, 1994.

CORREA, Luis Oscar Ramos. **Economia Popular Solidária e Autogestão: O papel da educação de Jovens e Adultos neste Cenário**. [Porto Alegre]: [sn.200-] Mimeo.

CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada: A crise do novo sindicalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes,2000.

DAVID, Held & ANTHONY, Mcgrew. **Prós e Contras da Globalização**; Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores,2001.

DEDECCA, Cláudio S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP,1997.

DELGADO, M. G. **Introdução ao direito do trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr., 2001.

DEMO, P. Elementos Metodológicos da Pesquisa Participante. In: Brandão, C.R. (Org.) **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense,1999.

DOWBOR, Ladislau; KILSTAJN, Samuel. **Economia Social no Brasil**. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

FARIA, Aparecido, NAKANO, Marilena, “**Empresas autogestionárias: uma alternativa diante do desemprego**”. São Paulo em Perspectiva, revista da Fundação Seade, v.11n. 4, out-dez.1997.

FARIA, Hamilton. **Experiência Operária nos anos de Resistência – A oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do Movimento Operário** (Dissertação de Mestrado) São Paulo: PUC, 1986.

FERREIRA, Cândido Guerra. **Reestruturação Produtiva**. In: FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília. (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE\FAE\UFMG, 2000.p. 283-284.

FIBGE. **PNAD**. Rio de Janeiro, 1997.

FIBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 1991.

FIDALGO, Fernando e MACHADO, Lucilia. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte- MG: FIDALGO & MACHADO Editores. NETE/UFMG,2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando Fronteiras Conceituais**. <http://www.seiba.gov.br/publicação>. Acesso em :22 de agosto de 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia da esperança**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_ **Educação Comunitária e Economia Popular**. Paulo Freire, uma Biografia. In. Gadotti, Moacir et al. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_ **Ação Cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_ & GUIMARAES, Sergio. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002

\_\_\_\_\_ Cartas a Cristina: **Reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 1ª edição. São Paulo. UNESP, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século**. Petrópolis, Vozes, 1998

FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini, Editora UNESP, São Paulo. 1997.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. 2006. **Carta de Princípios**. (Disponível no Sítio: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)). Acessado em 27 de Julho de 2007.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA – FBES in: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br). último acesso em 27 de julho de 2007.

FORUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDARIA. **Economia Popular Solidária e Comercialização: Caminhos para a construção de Novos Valores**. Cartilha: 2002.

FUBRA – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Pesquisa com 258 Empreendimentos Solidários** – 2006 in: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) Acesso em 21 de Agosto de 2007.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. **Educação Comunitária e Economia Popular**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

GAIGER, Luis I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2002. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>

\_\_\_\_\_. (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS / Unitrabalho, 2004. 414 p.

\_\_\_\_\_ **As Organizações do Terceiro Setor e a Economia Popular Solidária**. Revista de Ciências Sociais, nº 159, p. 103-151. 2006. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>

GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. In: **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Gaudêncio Frigoto (Org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo** (Tradução de Ângela R. Vianna e Sérgio G. de Paula) Rio de Janeiro. Forense, 1987.

GT Brasileiro de Economia Solidária 2003. Do FSM ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. III Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2003: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria especial da mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo. 2003. Pág. 71-88.

GUÈRIN, Isabele. **Sociologia Econômica e Relações de Gênero**. In: **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, pág. 55-63.

GUIMARÃES, Gonçalo.(org) **Sindicalismo cooperativismo**. A Economia Solidária em debate (...) Ossos do Ofício. Rio de Janeiro: FINEP, 1998.140 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 2ª.ed. São Paulo: Loyola, 1993. 349p.

HELD, David & Anthony, McGrew; **Pós e contras da globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2001

HIRATA, Helena. **Da polarização das qualificações ao modelo de competência**. In: FERRETTI, Celso João (Org.) et al. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um Debate Multidisciplinar**. 3 ed. Petrópolis. Vozes, 1996. p.128 –142

HIRATA, Helena. **Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma perspectiva Norte/Sul**. In Neto, Moreira de Carvalho e Carvalho, Ricardo Augusto Alves(orgs). **Sindicalismo e negociação Coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte:IRT/PUC-MG,1998.

HOBBSAWN, E. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914 –1991**. São Paulo, Companhia das Letras,1995.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria e TIRIBA,Lia. **“Economia Popular”** In: CATTANI, A. D. (ORG). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz. 2003.

KOLLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. Coleção Bases, nº 6, 1ª edição Global, 1977. 142 p.

LANGER, André. **Nova cultura do trabalho. Coleção cadernos da Pastoral Operária do Brasil.** São Paulo. Colegiado Nacional da Pastoral Operária, 2005.

LANGER, André. **Pelo êxodo da sociedade salarial: A evolução do Conceito de Trabalho em André Gorz.** Cadernos IHU, Ano 2, N° 5, 2004.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Globalização: a história interativa.** Disponível em <http://www.iis.com.br/~rbsoares/geo7.htm> . Acesso em 26 out. 2006.

KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.) **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Inep, 2005. 104p.

LEITE, Márcia de Paula , **O Futuro do trabalho- novas tecnologias e subjetividade Operária.** São Paulo. Página Aberta/ Fabesp.1994.

LECHAT, Noëlle. **As Raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil,** Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em <[http:// www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br)>. Acesso em 16/03/2007.

LIMA FILHO, D. L. F. & QUELUZ, G. L. **A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual.** Revista de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, V.10, n.1, p. 19-28, jan./jun.2005.

LIMA, Francisco de Paula Antunes, **A engenharia da produção solidária.** In: Revista do NETE, Belo Horizonte, n.1. volume 12. p.115-126, Jan/jun. 2003.

LIRA, B. **A Fotografia na apreensão do real.** In KOURY, M.G.P.(ORG) **Imagens e Ciências Sociais.** João Pessoa. Universitária/UFPB, 1998.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** 2ª edição, Rio de Janeiro, Elfos, 1989.

MACHADO, Lucília Regina S. **Qualificação do trabalho e relações sociais**. In: FIDALGO, F.S. (ORG). **Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996. p 13-40.

MACHADO, Lucília Regina S, NEVES, Magda A. FRIGOTTO, Gaudêncio e Outros. **Trabalho e Educação**. Campinas: Papirus, 1992.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Economia solidária: um novo paradigma?** (Trabalho apresentado no Seminário Catarinense de Economia Solidária). Florianópolis, maio de 2000a. Disponível em: <[www.milenio.com.br/mance/economia2.htm](http://www.milenio.com.br/mance/economia2.htm)>.

\_\_\_\_\_. **A Revolução das Redes: A Colaboração Solidária Como uma Alternativa Pós- Capitalista à Globalização Atual**. Petrópolis: Vozes, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Redes de colaboração solidária: Aspectos econômicos filosóficos complexidade e libertação**. Petrópolis. RJ: Vozes.2002.

\_\_\_\_\_. (org.) **Como organizar redes solidárias**, Rio de Janeiro, DP&A, FASE, IFIL. 2003.

\_\_\_\_\_. **Governo Lula e economia solidária: desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e renda e erradicação da fome**. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/Biblioteca.htm>>. Acesso em março de 2007.

MARGLIN, Stephen. **Origem e funções do parcelamento das funções: para que servem os padrões?** In: GORZ, André (org.). Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARTINS, Heloisa de Souza, RODRIGUES, Iran Jácome. **O Sindicalismo na segunda metade dos anos 90.** In Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, SP:USP, FFCH,1989.

MATOSO, J. **O Brasil desempregado: Como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90.** São Paulo. Fundação Perseu Abramo.2000.

MARX, Karl, **O Manifesto do partido comunista**, 9ª. ed., Petrópolis(RJ), Vozes,1998.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich **A Ideologia Alemã** (Feuerbach) Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Crijaldo.1977

Marx, Karl. **O Capital**. 1867. Disponível em < [http:// www.marxists.org](http://www.marxists.org)>

MARX, Karl. **A Guerra civil na França**. 1871. Disponível em < <http://www.marxists.org>.>

\_\_\_\_\_ **Manifesto comunista**.1848. Disponível em < <http://www.marxists.org>.>

\_\_\_\_\_ **Manuscritos econômicos filosóficos**.1844. < <http://www.marxists.org>.>

\_\_\_\_\_ **Para crítica da economia política** (1859). Disponível <http://www.marxists.org>

\_\_\_\_\_ **Critica do Programa de Gotha.**1875.Disponível

<http://www.marxists.org.>>

MÉDA, Dominique. **O Trabalho: Um valor em vias de extinção.** Lisboa. Fim de Século. Edições.1999.

MENEZES NETO, A.J. **Os princípios unitários na escola técnica do MST.** Currículo sem fronteiras, Estados Unidos, v.03, n.01, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento Científico: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 2ª edição. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec – ABRASCO, 1993.

MINAYO, Maria (Org.). **Pesquisa social. teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes,1994.78. p.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **I Conferência nacional de Economia Solidária.** Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento. Brasília. SENAES, 2006.

NAKANO, Marilena. **ANTEAG: A Autogestão como marca.** In SINGER. Paul e Souza, André Ricardo de (ORGs). A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo. Contexto.2000.

NOBRE, Mirian. A. **A Produção do viver. Cadernos Sempre Viva Organização Feminista.** SOF.São Paulo:2003

NUNEZ, Orlando. **Os Caminhos da Revolução e Economia Solidária.** In:.  
Revista Proposta, nº 75 p.48-58 1997/1998. Disponível em  
[www.alternex.com.br/~pacs/text/sendero.htm](http://www.alternex.com.br/~pacs/text/sendero.htm)

OLIVEIRA, Hamilton & NORONHA, Raquel. **Guia do Comunicador Comunitário**. Volume 1. Feiras de Economia Solidária. Programa Nacional 2006. São Luis,2006.

O GIRASSOL. Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1. JAN/ 2001.

ORLICK,Terry.**Winning Trough cooperation**. Washington, D. C, Acropolis. Books LTD, 1978.

OWEN, Robert. **O Livro do novo Mundo Moral [1836-1844]**. In: TEIXEIRA, Aloísio.(Org.) Utópicos, Heréticos e Malditos. São Paulo, Record, 2002. p. 101-149.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001.

PASTORAL OPERÁRIA – 10 anos a serviço da classe operária. Duque de Caxias, CPO - Nacional, 1987.

POCHMANN, M. **O Trabalho sob Fogo Cruzado: Inclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século**. São Paulo: Contexto,1999.

\_\_\_\_\_ **A década dos Mitos**. O Novo Modelo Econômico e a Crise do Trabalho no Brasil: Contexto,2001a.

\_\_\_\_\_ **O Emprego na Globalização: A Nova Divisão do Trabalho e os Caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001b.

\_\_\_\_\_ **Economia Solidária** in: Conferência Nacional de Economia Solidária, I, 2006, Brasília. Anais.

PRANDI, José Reginaldo. **Trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Ed.Símbolo, 1978.

QUEIROZ, Marcos de S. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**, **Cad. Saúde pública**, Rio de Janeiro, v.8n3, 1992 Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo:Php?Script:sci\\_arttex&pdes0102](http://www.scielo.br/scielo:Php?Script:sci_arttex&pdes0102)>. acesso em 18 de julho de 2007.

RAZETO, Luiz: **Economia de Solidariedade e Organização Popular**, in GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F., Educação Comunitária e Economia Popular, Cortez, São Paulo. 1993, p. 34-58.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos; Declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo, Makron Books, 1995.348 p.

RIQUE, Mônica. **“Os pioneiros de Rochdale e os princípios do Cooperativismo”** In: Integrar Cooperativas. São Paulo Unitrabalho e Programa Integrar-CUT.1999.

ROSSI, Waldemar. **Reflexões para a ação** In: Mundo do Trabalho em perspectiva. (Org) Emerson Neves da Silva, Porto Alegre: Oikos Editora,2004.

SADER, Eder. **Quando Novos personagens entram em cena – Experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e valor**. (tradução de Maria das Graças de S. do Nascimento). Tempo social: Revista de Sociologia da USP. São Paulo. Vol. 8 (2): 147-156, out., 1996.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e saber**. Revista Trabalho e Educação, Vol.12, nº1. Belo Horizonte: NETE/Fae/UFMG, Jan/Jun.2003.

SENAES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): Termo de Referência. Brasília: Ministério do Trabalho e emprego.2005.17p.

SILVA, M.; Celso,D. (Orgs.) **Poder Local e Socialismo**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo**. Editora Vozes, Petrópolis.RJ.1998.

\_\_\_\_\_. **Possibilidades e limites da Economia Solidária no Brasil**. In: CUT BRASIL. Sindicalismo e Economia Solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. p. 51-60.

\_\_\_\_\_.**Globalização e desemprego**, 3ª edição. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Economia dos setores populares: propostas e desafios**. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese: Ucsal, 2000a. p. 143-161.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, SOUZA, André Ricardo de (Org.). A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000b. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000c.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária** . Revista Teoria e Debate, n.47, fev/mar/abr, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a

\_\_\_\_\_. **Novo modelo econômico social**. Revista Teoria e Debate, n.50, fev/mar/abr, 2002b

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2002c. p.81-129.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 116-125.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003b.360p.

\_\_\_\_\_. **As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária**. Proposta, n 97, p.12-16, jun/ago, 2003c.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária: Possibilidades e Desafios**. In: Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

SOUZA, João Francisco. **“Educação Popular para o terceiro milênio- Desafios e perspectivas”** In M.V Costa (org.) Educação Popular Hoje, São Paulo, Loyola. 1998

SOUZA JÚNIOR, Justino de. **“Crise do trabalho”**. In: FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília. (Orgs.). Dicionário da Educação Profissional. Belo Horizonte: NETE\FAE\UFMG, 2000.

TARDIFF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **A experiência do Autoritarismo e práticas instituintes: Os Movimentos Sociais em São Paulo nos anos 70**. (Dissertação de Mestrado) São Paulo. USP.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**, 8 ed. São Paulo: Cortez Autores Associados.1998.

THOMPSON, Eduard. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TIRIBA, Lia, **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia da Produção Associada**. Ijuí. 2001.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e a Produção de uma nova Cultura do Trabalho: Contradições e Desafios à crise do Trabalho assalariado**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org) Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século. 3 ed. Petrópolis. Vozes,2000.

TIRIBA, LIA, PICANÇO, Iracy. **O Trabalho como Princípio educativo no Processo de Construção de uma “outra economia”** In: Trabalho e Educação: Arquitetos, Abelhas e Tecelões da Economia Popular Solidária. TIRIBA, Lia e PICANÇO, Iracy (Org.). Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004.

VAINER, Carlos. **O presente de um futuro possível**. In: Guimarães, Gonçalo (Org) Sindicalismo e Cooperativismo. A Economia Solidária em debate: Transformações no Mundo do Trabalho. São Paulo. Unitrabalho. S/D. P, 37-62.

VAINER, Carlos. **Controle político dos miseráveis ou utopia experimental?** In Unitrabalho Informa, Ano 3, Nº 10. São Paulo: Fundação Unitrabalho, 2000.

VALLE, Rogério. (Org). **Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?** Rio de Janeiro: Relume Dumará,2002.

VASCONCELOS, M.L.C. Brito, R.H.P. **Conceitos de educação em Paulo Freire.** Petrópolis, RJ: Vozes: São Paulo,SP Mark Pesquisa – Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2006.

VERISSIMO, Mariana & SOARES, Jurandir. **Desemprego Conjuntural/ Desemprego Estrutural** In: FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília. (Orgs.). Dicionário da Educação Profissional. Belo Horizonte: NETE\FAE\UFMG, 2000.

## **Anexos**

## Anexo A

### Empreendimentos Econômicos Solidários abordados na pesquisa

<p><u>Ana Carrara</u>: Criado em 2004. Composto por 04 membros. Atuante no bairro Ana Carrara, realizando oficinas de capacitação na comunidade, confeccionam diversos trabalhos artesanais (colchas de fuxico, patwork, tapetes, travesseiro, vestuário, artigos em jornal)</p>
<p><u>Arte Ponto Com</u>: Criado em 2005. Composto por 04 membros. Trabalham com confecções diversas: bolsas, tapetes, Artigos de decoração, vestuário, todo tipo de bordados. Realizam oficinas de capacitação sendo multiplicadores, divulgando a EPS na comunidade. Participante em Fóruns Regional, Estadual.</p>
<p><u>Mãos Mágicas</u>: Criado em 2003. Composto por 06 membros. Confeccionam diversos trabalhos artesanais com materiais reciclados (tapetes, bolsas, colchas de fuxico e retalhos reciclagem em lacres etc.).</p>
<p><u>Bangalô das Artes</u>: criado em 2003. Composto por 06 membros. Trabalham com artesanatos em retalhos. Participa em fóruns e oficinas de qualificação.</p>
<p><u>Produtos de Limpeza Rio Verde</u>: Criado em 2005. Composto por 04 membros. O grupo produz produtos de limpeza (detergente, amaciante, água sanitária, desinfetante).</p>
<p><u>APSOL</u>- Associação de Produção Solidária Cristo Libertador. Criado em 2002. Composto por 05 membros. O grupo produz camisetas em malha e roupas diversificadas. O principal mercado consumidor são creches e grupos comunitários da paróquia onde está inserido.</p>
<p><u>Fadas do Cerrado</u>: Criado em 2005. Composto por 05 membros. O grupo trabalha com alimentação alternativa e produtos naturais do cerrado: multimistura, granola, frutas desidratadas e atualmente enriquece a merenda escolar do município.</p>

## Anexo B

Mapa do estado de Minas Gerais e em destaque os municípios onde estão localizados os grupos abordados na pesquisa.



## Anexo C

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS TRABALHADORAS DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS

1) Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

2) Idade: \_\_\_\_\_ Tempo de trabalho no empreendimento  
\_\_\_\_\_

3) Escolaridade e cursos profissionalizantes:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

4) Cursos realizados com o apoio do empreendimento:

\_\_\_\_\_

5) Descrição do seu trabalho atual (função dentro do grupo).

6) Quais as habilidades mais importantes para sua função? Quando entrou no empreendimento, já possuía essas habilidades?

7) Em que outras funções já trabalhou? A mudança de postos é estimulada pelo empreendimento? Você considera positiva?

8) Foram introduzidos novos equipamentos recentemente? O que mudou? Foi necessário algum curso de treinamento? A manutenção do equipamento é realizada por vocês?

9) Já apareceram mudanças que possibilitaram a melhoria do seu trabalho? O que falta ainda para melhorar o seu trabalho?

- 10) Ocorre participação efetiva dos trabalhadores no processo de tomada de decisões? De que forma?
- 11) O trabalho atual é mais cooperativo que antes? A relação entre os trabalhadores melhorou?
- 12) Qual a sua remuneração (em salários mínimos)? Tem melhorado?
- 13) Você se sente mais estimulado(a) ao trabalho atualmente? Porque?
- 14) Como é o trabalho que realiza atualmente? (descreva a atividade exercida, responsabilidade para com o grupo e atribuições etc)?
- 15) Desde que ingressou no grupo de EPS, tem exercido a mesma função? Gostaria de mudar? Há possibilidade para isso?
- 16) Como avaliam o trabalho que exercem no grupo do qual participam? Como é para você trabalhar neste ramo?
- 17) Quais as diferenças percebidas entre o trabalho que realiza atualmente no contexto da EPS e aquele que já realizaram em outros contextos? O que há de novo?( aspectos relativos à organização do trabalho, às relações sociais de trabalho e produção, processo de tomada de decisões, relação com o “fazer/tarefa/atividade, os “saberes mobilizados no trabalho etc.
- 18) Que desafios/dificuldades identificam no trabalho exercido nos grupos autogestionários?A que se deve esses desafios?
- 19) E quais são os pontos positivos? Participa e o sindicato, a comunidade, outros empreendimentos de EPS?
- 20) Em sua perspectiva significa EPS –Economia Popular Solidária? Autogestão?

21) Você considera o trabalho que realiza atualmente como mais cooperativo, solidário, autogestionário que os trabalhos exercidos por você em outros contextos? Por que?

22) Como a formação que você recebe nos momentos de capacitação/formação conduzidos pelos grupos de apoio e assessoria influencia a forma com a qual encara e conduz seu trabalho na EPS?

23) E quanto aos aprendizados/ educação/ saberes adquiridos em outros contextos( na relação com os colegas de trabalho na EPS, nos empregos anteriores, na família, na escola etc)?

24) Você considera que a forma como realiza seu trabalho atualmente te satisfaz?

O que mudou você como trabalhador comparado o que faz atualmente com outras formas de trabalho as quais já se dedicou?

25) O que você considera uma atividade formativa?

26) Quais atividades formativas você tem participado enquanto ator da EPS?

27) Quais organizações sociais tem contribuído com a sua formação na EPS?

28) Essas atividades formativas tem lhe ajudado nos aspectos pessoais e profissionais? 29) Cite algumas contribuições.

## Anexo D

### - Documentos Consultados:

- FMEPS – Relatórios das conferências regionais e conferência estadual de Minas Gerais.
- “Projeto: Continuação do apoio para um programa de assessoria para grupos de desempregados e sub-empregados em Minas Gerais, 2005-2008, POMG.”
- PO/ABC 20 Anos “Sonho, realidade, utopia” 1979- 1999, SP, Julho de 1999.
- XIII Assembléia Nacional da PO, “Construindo a solidariedade e reafirmando a Esperança”, Ipiranga, SP, 25- 28/02/99.
- Texto Base dos Seminários Regionais/ Estadual – PO, Agosto de 99.
- Relatórios dos Seminários de Formação e Planejamento, realizado em Brumadinho, Dezembro de 2006.
- Relatórios de Ações da PO/MG – 1º e 2º Semestre de 2006.
- Estatuto Social do Instituto Estadual Santo Dias.

### - Outros Documentos:

Base de Dados SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária em [www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br) e Cd-room cedido conforme contrato com o Ministério do Trabalho e Emprego via Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

## Anexo E:

### Sítios na internet:

ADS/CUT: <http://www.cut.org.br>

Aliança Cooperativa Internacional (International Co-operative Alliance):

<http://ica.coop.org>

Aliança por um Mundo Responsável e Solidário: <http://www.alliance21.org.br>

ANTEAG: <http://www.anteag.org.br>

Associação do Trabalho e Economia Solidária: <http://www.ates-ong.blogspot.com>

Mundial): [http://www.complementarycurrency.org/ccDatabase/les\\_public.html](http://www.complementarycurrency.org/ccDatabase/les_public.html)

Blog Autogestão na Cabeça: <http://autogestnacabeca.blogspot.com/>

Cáritas Brasileira: <http://www.caritasbrasileira.org>

CRIDA: <http://www.crida-fr.org>

Complexo Cooperativo de Mondragón: <http://www.mondragon.mcc.es>

<http://www.ecosol.org.br>

FASE: <http://www.fase.org.br>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

Fundação Unitrabalho: <http://www.unitrabalho.org.br>

Instituto Fronesis (José Luís Coraggio): <http://www.fronesis.org>

Habitat/ONU – Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos:

<http://www.unchs.org>

Movimento Anti-Utilitarista na Ciências Sociais (MAUSS):

<http://www.larevuedumauss.com>

Pastoral operaria do Brasil: [www.pastoraloperaria.org.br](http://www.pastoraloperaria.org.br)

Pólo de Sócio-Economia Solidária: <http://www.alternex.com.br/~pacs>

Redes de Colaboração Solidária: <http://www.redesolidaria.org>

Redes e Clubes de Troca: <http://asso.francenet.fr/sel>

<http://passerelles.eco.free.fr>

<http://www.lets.net>

<http://letsringtripod.com>

<http://www.trueque.org.ar>

RES (Projeto Reinvenção da Emancipação Social): <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa>

SENAES: [www.mte.gov.br/senaes](http://www.mte.gov.br/senaes)







